

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 31/03/2023	8
DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022	9
Demonstração de Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	13
Demonstração do Resultado	15
Demonstração do Resultado Abrangente	16
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	17

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 31/03/2023	19
DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022	20
Demonstração de Valor Adicionado	21

Comentário do Desempenho	22
--------------------------	----

Notas Explicativas	35
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	104
---	-----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	110
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	112
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	113

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2023
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	735.848
Preferenciais	1.465.523
Total	2.201.371
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	846
Total	846

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
1	Ativo Total	26.326.960	24.938.538
1.01	Ativo Circulante	2.348.738	2.600.307
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	168.831	190.483
1.01.02	Aplicações Financeiras	51.259	100.292
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	42.463	85.752
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	42.463	85.752
1.01.02.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	8.796	14.540
1.01.02.03.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	8.796	14.540
1.01.03	Contas a Receber	2.068.324	2.281.103
1.01.03.01	Clientes	328.031	305.464
1.01.03.01.01	Consumidores e revendedores e concessionários - Transporte de energia	328.031	305.464
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.740.293	1.975.639
1.01.03.02.01	Dividendos a Receber	1.740.293	1.975.639
1.01.06	Tributos a Recuperar	35.308	0
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	35.308	0
1.01.06.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	35.308	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	25.016	28.429
1.01.08.03	Outros	25.016	28.429
1.01.08.03.03	Tributos Compensáveis	1.090	1.087
1.01.08.03.20	Outros	23.926	27.342
1.02	Ativo Não Circulante	23.978.222	22.338.231
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.996.359	2.699.000
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	238	376
1.02.01.04	Contas a Receber	13.366	13.366
1.02.01.04.03	Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	13.366	13.366
1.02.01.07	Tributos Diferidos	986.802	995.149
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	986.802	995.149
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.995.953	1.690.109
1.02.01.10.03	Depósitos Vinculados a Litígios	309.687	310.325
1.02.01.10.04	Tributos Compensáveis	529.180	523.371
1.02.01.10.05	Imposto de renda e Contribuição Social a Recuperar	64.649	95.750
1.02.01.10.06	Operações de arrendamento mercantil - direito de uso	2.128	2.151
1.02.01.10.07	Dividendos a receber	679.794	679.794
1.02.01.10.20	Outros Créditos	410.515	78.718
1.02.02	Investimentos	20.980.189	19.637.444
1.02.02.01	Participações Societárias	20.980.189	19.637.444
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	19.450.417	18.088.749
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	1.529.772	1.548.695
1.02.03	Imobilizado	1.235	1.240
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.029	1.026
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	206	214
1.02.04	Intangível	439	547
1.02.04.01	Intangíveis	439	547
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	439	547

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
2	Passivo Total	26.326.960	24.938.538
2.01	Passivo Circulante	2.598.439	2.231.852
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	12.777	13.823
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	12.777	13.823
2.01.02	Fornecedores	187.470	152.356
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	187.470	152.356
2.01.03	Obrigações Fiscais	97.894	139.603
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	84.813	124.285
2.01.03.01.02	COFINS	34.477	28.128
2.01.03.01.03	PASEP	7.463	6.084
2.01.03.01.04	INSS	1.991	2.011
2.01.03.01.05	Outros	40.882	88.062
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	13.081	15.318
2.01.03.02.01	ICMS	13.081	15.318
2.01.05	Outras Obrigações	2.300.298	1.926.070
2.01.05.02	Outros	2.300.298	1.926.070
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	2.244.408	1.860.681
2.01.05.02.05	Participações no Lucro	17.591	13.590
2.01.05.02.06	Obrigações Pós-Emprego	29.689	29.166
2.01.05.02.08	Outros	8.309	22.332
2.01.05.02.09	Operações de arrendamento mercantil - obrigações	301	301
2.02	Passivo Não Circulante	937.456	929.330
2.02.02	Outras Obrigações	656.446	650.189
2.02.02.02	Outros	656.446	650.189
2.02.02.02.03	Obrigações Pós-Emprego	647.636	641.375
2.02.02.02.04	Outros	2.066	2.065
2.02.02.02.05	Encargos Regulatórios	4.624	4.624
2.02.02.02.07	Operações de arrendamento mercantil - obrigações	2.120	2.125
2.02.04	Provisões	281.010	279.141
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	272.028	270.373
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	227.356	221.494
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	38.338	40.743
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	6.334	8.136
2.02.04.02	Outras Provisões	8.982	8.768
2.02.04.02.04	Regulatórios	8.746	8.462
2.02.04.02.05	Outros	236	306
2.03	Patrimônio Líquido	22.791.065	21.777.356
2.03.01	Capital Social Realizado	11.006.853	11.006.853
2.03.02	Reservas de Capital	2.249.721	2.249.721
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	394.448	394.448
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-1.362	-1.362
2.03.02.08	Doações e Subvenções para Investimentos	1.856.628	1.856.628
2.03.02.09	Correção Monetária do Capital	7	7
2.03.04	Reservas de Lucros	10.394.823	10.394.823
2.03.04.01	Reserva Legal	1.386.453	1.386.453

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
2.03.04.02	Reserva Estatutária	57.215	57.215
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	834.603	834.603
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	6.546.432	6.546.432
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	1.419.846	1.419.846
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	150.274	150.274
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	976.584	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-1.836.916	-1.874.041

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	729.192	286.555
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-461.007	-238.162
3.02.01	Custos com energia elétrica e gás	-461.007	-238.162
3.03	Resultado Bruto	268.185	48.393
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	1.171.717	1.360.693
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-12.112	-10.843
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-28.167	-32.581
3.04.05.02	Outras Despesas Operacionais	-28.167	-32.581
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.211.996	1.404.117
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.439.902	1.409.086
3.06	Resultado Financeiro	-4.117	13.214
3.06.01	Receitas Financeiras	-3.549	15.409
3.06.02	Despesas Financeiras	-568	-2.195
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.435.785	1.422.300
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-38.247	32.889
3.08.01	Corrente	-31.392	0
3.08.02	Diferido	-6.855	32.889
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.397.538	1.455.189
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.397.538	1.455.189

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023	Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022
4.01	Lucro Líquido do Período	1.397.538	1.455.189
4.02	Outros Resultados Abrangentes	40.397	393
4.02.03	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-1.491	0
4.02.04	Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto	37.501	0
4.02.05	Ajuste de Passivo Atuarial	4.387	0
4.02.08	Outros	0	393
4.03	Resultado Abrangente do Período	1.437.935	1.455.582

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	489.814	-64.203
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	209.778	47.117
6.01.01.01	Lucro do período	1.397.538	1.455.189
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	168	394
6.01.01.04	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.211.996	-1.404.117
6.01.01.05	Juros e Variações Monetárias	-9.363	-5.596
6.01.01.06	Imposto de Renda e Contribuições Sociais	6.855	-32.889
6.01.01.07	Provisões (Reversão) para Perdas Operacionais	9.165	14.783
6.01.01.08	Obrigações Pós Emprego	17.411	19.353
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	314.017	-111.305
6.01.02.01	Tributos Compensáveis	-3	-20
6.01.02.02	Consumidores, Revendedores e Concessionários de Energia	-22.567	5.022
6.01.02.03	Depósitos vinculados a litígios	4.262	609
6.01.02.04	Dividendos recebidos	654.880	351
6.01.02.05	Fornecedores	35.114	19.271
6.01.02.06	Impostos, Taxas e Contribuições	-82.200	-112.931
6.01.02.07	Salários e Contribuições Sociais	-1.046	-1.184
6.01.02.09	Obrigações Pós-Emprego	-6.240	-5.820
6.01.02.10	Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	46.122	121.126
6.01.02.11	Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar	31.392	0
6.01.02.20	Outros	-345.697	-137.729
6.01.03	Outros	-33.981	-15
6.01.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	-33.979	-13
6.01.03.04	Juros sobre arrendamentos	-2	-2
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-511.387	161.969
6.02.01	Em Investimentos	-560.524	-7.000
6.02.02	Títulos e Valores Mobiliários - Aplicação Financeira	49.171	168.996
6.02.03	Em Imobilizado	-3	0
6.02.05	Fundos Vinculados	0	3
6.02.06	Em Intangível	-31	-30
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-79	-72
6.03.06	Arrendamentos pagos	-79	-72
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-21.652	97.694
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	190.483	26.692
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	168.831	124.386

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/03/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	11.006.853	2.249.721	10.394.823	0	-1.874.041	21.777.356
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	11.006.853	2.249.721	10.394.823	0	-1.874.041	21.777.356
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-424.226	0	-424.226
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-424.226	0	-424.226
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.397.538	40.397	1.437.935
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.397.538	0	1.397.538
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	40.397	40.397
5.05.02.06	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	40.397	40.397
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	3.272	-3.272	0
5.06.05	Realização do custo atribuído	0	0	0	3.272	-3.272	0
5.07	Saldos Finais	11.006.853	2.249.721	10.394.823	976.584	-1.836.916	22.791.065

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	8.466.810	2.249.721	10.948.094	0	-2.208.214	19.456.411
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	8.466.810	2.249.721	10.948.094	0	-2.208.214	19.456.411
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-245.000	0	-245.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-245.000	0	-245.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.455.189	393	1.455.582
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.455.189	0	1.455.189
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	393	393
5.05.02.06	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	393	393
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	3.383	-3.383	0
5.06.05	Realização do custo atribuído	0	0	0	3.383	-3.383	0
5.07	Saldos Finais	8.466.810	2.249.721	10.948.094	1.213.572	-2.211.204	20.666.993

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2023 à 31/03/2023	Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022
7.01	Receitas	848.461	325.207
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	848.461	324.996
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	0	211
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-520.268	-276.057
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-507.997	-262.437
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-4.245	-3.440
7.02.04	Outros	-8.026	-10.180
7.02.04.20	Outros Custos Operacionais	-8.026	-10.180
7.03	Valor Adicionado Bruto	328.193	49.150
7.04	Retenções	-168	-394
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-168	-394
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	328.025	48.756
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.208.447	1.419.525
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.211.996	1.404.116
7.06.02	Receitas Financeiras	-3.549	15.409
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.536.472	1.468.281
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.536.472	1.468.281
7.08.01	Pessoal	26.128	28.109
7.08.01.01	Remuneração Direta	7.693	8.125
7.08.01.02	Benefícios	17.924	19.509
7.08.01.03	F.G.T.S.	511	475
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	112.231	-17.220
7.08.02.01	Federais	67.126	-26.661
7.08.02.02	Estaduais	44.996	9.264
7.08.02.03	Municipais	109	177
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	575	2.203
7.08.03.01	Juros	568	2.195
7.08.03.02	Aluguéis	7	8
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.397.538	1.455.189
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.397.538	1.455.189

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
1	Ativo Total	54.085.360	53.670.837
1.01	Ativo Circulante	13.138.051	13.465.203
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.600.178	1.440.661
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.356.927	1.744.546
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	1.135.862	1.498.786
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	1.135.862	1.498.786
1.01.02.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	221.065	245.760
1.01.02.03.01	Títulos para Negociação	221.065	245.760
1.01.03	Contas a Receber	5.068.950	4.915.339
1.01.03.01	Clientes	4.911.463	4.769.431
1.01.03.01.01	Consumidores e revendedores	4.911.463	4.769.431
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	157.487	145.908
1.01.03.02.02	Dividendos a Receber	157.487	145.908
1.01.06	Tributos a Recuperar	778.173	775.492
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	778.173	775.492
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recupera	778.173	775.492
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	4.333.823	4.589.165
1.01.08.03	Outros	4.333.823	4.589.165
1.01.08.03.01	Ativo Financeiro e setoriais da Concessão	1.028.762	1.055.378
1.01.08.03.05	Subsídios Tarifários	97.336	96.947
1.01.08.03.10	Ativos Contratuais	759.414	728.404
1.01.08.03.11	Ativos Classificados como Mantidos para Venda	7.212	0
1.01.08.03.12	Contribuição de iluminação pública	225.055	207.280
1.01.08.03.13	Tributos Compensáveis	1.529.363	1.916.701
1.01.08.03.20	Outros créditos	686.681	584.455
1.02	Ativo Não Circulante	40.947.309	40.205.634
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	18.771.359	18.068.706
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	137.079	133.631
1.02.01.03.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	137.079	133.631
1.02.01.04	Contas a Receber	59.193	56.815
1.02.01.04.01	Clientes	45.827	43.449
1.02.01.04.03	Contas a Receber do Estado de Minas Gerais	13.366	13.366
1.02.01.07	Tributos Diferidos	3.131.998	3.119.522
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	3.131.998	3.119.522
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	15.443.089	14.758.738
1.02.01.10.03	Tributos Compensáveis	1.401.982	1.357.846
1.02.01.10.04	Depósitos Vinculados a Litígios	1.205.273	1.206.595
1.02.01.10.05	Ativos Financeiros e Setoriais da Concessão	5.155.986	4.937.187
1.02.01.10.06	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	144.086	172.718
1.02.01.10.07	Instrumentos Financeiros Derivativos (Swap)	709.067	702.734
1.02.01.10.08	Ativos de Contrato	6.369.437	5.976.420
1.02.01.10.09	Operações de arrendamento mercantil - direito de uso	377.453	329.077
1.02.01.10.20	Outros Créditos	79.805	76.161
1.02.02	Investimentos	5.123.692	5.105.724

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
1.02.02.01	Participações Societárias	5.123.692	5.105.724
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	0	17.260
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	5.123.692	5.088.464
1.02.03	Imobilizado	2.408.039	2.409.351
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.960.184	2.030.665
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	447.855	378.686
1.02.04	Intangível	14.644.219	14.621.853
1.02.04.01	Intangíveis	14.644.219	14.621.853
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	14.644.219	14.621.853

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
2	Passivo Total	54.085.360	53.670.837
2.01	Passivo Circulante	11.021.804	11.205.178
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	232.002	260.015
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	232.002	260.015
2.01.02	Fornecedores	2.447.668	2.832.049
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.447.668	2.832.049
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.162.451	1.124.620
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	678.018	676.297
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	253.607	239.674
2.01.03.01.02	COFINS	206.953	199.179
2.01.03.01.03	PASEP	44.918	43.214
2.01.03.01.04	INSS	45.326	43.870
2.01.03.01.05	Outros	127.214	150.360
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	484.433	448.323
2.01.03.02.01	ICMS	484.433	448.323
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.091.484	955.497
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	135.109	32.195
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.572	2.380
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	133.537	29.815
2.01.04.02	Debêntures	956.375	923.302
2.01.05	Outras Obrigações	6.088.199	6.032.997
2.01.05.02	Outros	6.088.199	6.032.997
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	2.246.458	1.862.798
2.01.05.02.04	Encargos Regulatórios	530.616	510.247
2.01.05.02.05	Participações nos Lucros	146.507	105.207
2.01.05.02.06	Obrigações Pós-Emprego	399.078	388.447
2.01.05.02.07	Outras Obrigações	525.910	423.372
2.01.05.02.09	Opções de Venda SAAG	705.171	672.416
2.01.05.02.11	Instrumentos financeiros	109.584	90.526
2.01.05.02.13	Arrendamento	71.676	57.438
2.01.05.02.14	Contribuição de Iluminação pública	330.992	312.475
2.01.05.02.15	PASEP/COFINS a ser restituído a consumidores	458.810	1.154.798
2.01.05.02.16	Contas a pagar relacionado a energia gerada por consumidores	563.397	455.273
2.02	Passivo Não Circulante	20.266.126	20.682.393
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	9.187.833	9.624.001
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	3.830.983	3.929.990
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	3.830.983	3.929.990
2.02.01.02	Debêntures	5.356.850	5.694.011
2.02.02	Outras Obrigações	8.102.735	8.097.136
2.02.02.02	Outros	8.102.735	8.097.136
2.02.02.02.04	Obrigações Pós-Emprego	5.223.476	5.303.538
2.02.02.02.05	Encargos Regulatórios	47.104	65.360
2.02.02.02.06	Outras Obrigações	254.790	252.801
2.02.02.02.07	Impostos Taxas e Contribuições	370.279	370.168

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
2.02.02.02.12	PASEP/COFINS a serem restituídos a consumidores	1.873.038	1.808.074
2.02.02.02.13	Arrendamento	334.048	297.195
2.02.03	Tributos Diferidos	915.565	932.235
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	915.565	932.235
2.02.04	Provisões	2.059.993	2.029.021
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.053.535	2.014.496
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.513.193	1.474.690
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	414.034	414.809
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	77.516	77.504
2.02.04.01.06	Provisões Regulatórias	48.792	47.493
2.02.04.02	Outras Provisões	6.458	14.525
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	555	91
2.02.04.02.05	Outras Provisões	5.903	14.434
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	22.797.430	21.783.266
2.03.01	Capital Social Realizado	11.006.853	11.006.853
2.03.02	Reservas de Capital	2.249.721	2.249.721
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	394.448	394.448
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-1.362	-1.362
2.03.02.08	Doações e Subvenções para Investimentos	1.856.628	1.856.628
2.03.02.09	Correção Monetária do Capital	7	7
2.03.04	Reservas de Lucros	10.394.823	10.394.823
2.03.04.01	Reserva Legal	1.386.453	1.386.453
2.03.04.02	Reserva Estatutária	57.215	57.215
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	834.603	834.603
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	6.546.432	6.546.432
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	1.419.846	1.419.846
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	150.274	150.274
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	976.584	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-1.836.916	-1.874.041
2.03.06.01	Ajuste de Avaliação Patrimonial	-1.836.916	-1.874.041
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	6.365	5.910

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	8.646.937	7.847.448
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-6.562.108	-5.951.207
3.02.01	Custos com energia elétrica e gás	-4.759.051	-4.535.695
3.02.02	Custos de construção de infraestrutura	-703.281	-491.262
3.02.03	Custos de operação	-1.099.776	-924.250
3.03	Resultado Bruto	2.084.829	1.896.241
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-225.524	-263.337
3.04.01	Despesas com Vendas	-7.926	-43.092
3.04.01.01	Perdas de créditos esperadas	-7.926	-43.092
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-158.671	-155.748
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-211.968	-248.925
3.04.05.02	Outras despesas operacionais	-211.968	-248.925
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	153.041	184.428
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.859.305	1.632.904
3.06	Resultado Financeiro	-105.914	314.163
3.06.01	Receitas Financeiras	329.784	1.109.025
3.06.02	Despesas Financeiras	-435.698	-794.862
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.753.391	1.947.067
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-355.185	-491.496
3.08.01	Corrente	-399.333	-573.914
3.08.02	Diferido	44.148	82.418
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.398.206	1.455.571
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	1.398.206	1.455.571
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.397.538	1.455.189
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	668	382
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	PN	0,64	0,66
3.99.01.02	ON	0,64	0,66
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	PN	0,64	0,66
3.99.02.02	ON	0,64	0,66

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	1.398.206	1.455.571
4.02	Outros Resultados Abrangentes	40.397	393
4.02.03	Ajuste de Passivo Atuarial	61.208	0
4.02.05	Imposto de renda e contribuição social sobre remensuração de planos de benefícios definidos	-20.811	0
4.02.06	Outros resultados abrangentes	0	393
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	1.438.603	1.455.964
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.437.935	1.455.582
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	668	382

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	957.169	976.972
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	826.773	1.549.245
6.01.01.01	Resultado do Período	1.398.206	1.455.571
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	302.932	283.909
6.01.01.03	Baixa de valor residual líquido de ativos de contrato, ativos financeiros da concessão, imobilizado	62.032	7.944
6.01.01.04	Obrigações Pós-Emprego	111.292	167.520
6.01.01.05	Juros e Variações Monetárias	253.506	226.861
6.01.01.06	Impostos de Renda e Contribuição Social	-44.148	-82.418
6.01.01.07	Provisões (Reversão) para Perdas Operacionais	118.792	163.330
6.01.01.08	Resultado de Equivalência Patrimonial	-153.041	-184.428
6.01.01.09	Restituição à consumidores de créditos de PIS/Pasep e Cofins	-695.989	-436.718
6.01.01.12	Ganho de capital apurado com a venda de ativo mantido para venda	-30.487	0
6.01.01.13	Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A (CVA) e Outros Componentes Finance	-20.840	700.107
6.01.01.14	Amortização de Custo de Transação de Empréstimos	3.542	1.600
6.01.01.15	Variação do valor justo de Instrumentos Financeiros Derivativos - swap	12.725	456.647
6.01.01.16	Variação cambial de empréstimos	-103.814	-842.700
6.01.01.18	Ajuste na expectativa do fluxo de caixa contratual da concessão	-377.909	-360.971
6.01.01.20	Outros	-10.026	-7.009
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	428.775	-373.266
6.01.02.01	Consumidores e Revendedores	-152.336	-408.167
6.01.02.03	Tributos Compensáveis	-104.737	259.715
6.01.02.06	Imposto de Renda e Contribuição Social - Ativo	121.429	-148.888
6.01.02.07	PIS/Pasep e Cofins a ser restituído a consumidores	36.821	-274.135
6.01.02.08	Obrigações Pós-Emprego	-119.515	-110.912
6.01.02.09	Ativos Financeiros	223.937	155.765
6.01.02.10	Fornecedores	-384.381	-440.688
6.01.02.11	Impostos, Taxas, e Contribuições	190.472	171.815
6.01.02.12	Salários e Contribuições Sociais	-28.013	-18.159
6.01.02.13	Encargos Regulatórios	2.113	-239.715
6.01.02.15	Imposto de Renda e Contribuição Social - Passivo	413.266	568.746
6.01.02.16	Dividendos recebidos de controladas	99.708	0
6.01.02.18	Depósitos Vinculados a Litígio	16.716	-25.595
6.01.02.20	Outros	113.295	136.952
6.01.03	Outros	-298.379	-199.007
6.01.03.01	Juros sobre empréstimos pagos	-97.999	-140.990
6.01.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	-199.756	-57.686
6.01.03.05	Juros sobre arrendamentos	-624	-331
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-353.384	455.594
6.02.02	No Imobilizado	-93.295	-12.181
6.02.03	No Intangível	-27.222	-14.775

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022
6.02.04	Em ativos de contrato – infraestrutura de distribuição e gás	-641.225	-418.905
6.02.05	Títulos e Valores Mobiliários - Aplicação Financeira	384.171	911.957
6.02.07	Fundos Vinculados	0	-10.502
6.02.08	Aquisição de participação societária e aporte em investidas	-6.300	0
6.02.11	Alienação de participação societária	30.487	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-444.268	-848.402
6.03.02	Pagamentos de empréstimos	-428.532	-829.673
6.03.06	Arrendamentos pagos	-15.736	-18.729
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	159.517	584.164
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.440.661	825.208
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.600.178	1.409.372

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/03/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	11.006.853	2.249.721	10.394.823	0	-1.874.041	21.777.356	5.910	21.783.266
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	11.006.853	2.249.721	10.394.823	0	-1.874.041	21.777.356	5.910	21.783.266
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-424.226	0	-424.226	0	-424.226
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-424.226	0	-424.226	0	-424.226
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.397.538	40.397	1.437.935	455	1.438.390
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.397.538	0	1.397.538	668	1.398.206
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	40.397	40.397	-213	40.184
5.05.02.06	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	40.397	40.397	-213	40.184
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	3.272	-3.272	0	0	0
5.06.05	Realização do custo atribuído	0	0	0	3.272	-3.272	0	0	0
5.07	Saldos Finais	11.006.853	2.249.721	10.394.823	976.584	-1.836.916	22.791.065	6.365	22.797.430

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	8.466.810	2.249.721	10.948.094	0	-2.208.214	19.456.411	5.354	19.461.765
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	8.466.810	2.249.721	10.948.094	0	-2.208.214	19.456.411	5.354	19.461.765
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-245.000	0	-245.000	0	-245.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-245.000	0	-245.000	0	-245.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.455.189	393	1.455.582	1.548	1.457.130
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.455.189	0	1.455.189	1.548	1.456.737
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	393	393	0	393
5.05.02.06	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	393	393	0	393
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	3.383	-3.383	0	0	0
5.06.05	Realização do custo atribuído	0	0	0	3.383	-3.383	0	0	0
5.07	Saldos Finais	8.466.810	2.249.721	10.948.094	1.213.572	-2.211.204	20.666.993	6.902	20.673.895

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022
7.01	Receitas	11.455.175	11.232.617
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	10.483.024	10.529.694
7.01.02	Outras Receitas	980.077	744.456
7.01.02.04	Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão	177.254	191.945
7.01.02.05	Receita de Construção de Distribuição	676.448	440.565
7.01.02.06	Receita de Construção de Transmissão	39.403	68.395
7.01.02.07	Investimento em imobilizado (reversão)	56.128	23.819
7.01.02.09	Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição	30.844	19.732
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-7.926	-41.533
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-6.690.951	-6.065.675
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-4.504.174	-4.327.803
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.973.520	-1.580.906
7.02.04	Outros	-213.257	-156.966
7.02.04.02	Outros Custos Operacionais	-213.257	-156.966
7.03	Valor Adicionado Bruto	4.764.224	5.166.942
7.04	Retenções	-302.666	-283.909
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-302.666	-283.909
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	4.461.558	4.883.033
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	683.255	1.425.048
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	153.041	184.428
7.06.02	Receitas Financeiras	372.972	1.109.025
7.06.03	Outros	157.242	131.595
7.06.03.03	Receita de atualização financeira da bonificação pela outorga	134.766	131.595
7.06.03.05	Receita de indenização da geração	22.476	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	5.144.813	6.308.081
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	5.144.813	6.308.081
7.08.01	Pessoal	454.813	481.303
7.08.01.01	Remuneração Direta	296.460	273.003
7.08.01.02	Benefícios	140.639	191.799
7.08.01.03	F.G.T.S.	17.543	16.501
7.08.01.04	Outros	171	0
7.08.01.04.01	Programa de Desligamento Voluntário	171	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.840.281	3.565.143
7.08.02.01	Federais	1.974.884	1.773.326
7.08.02.02	Estaduais	861.093	1.787.179
7.08.02.03	Municipais	4.304	4.638
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	451.513	806.064
7.08.03.01	Juros	446.259	802.392
7.08.03.02	Aluguéis	5.254	3.672
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.398.206	1.455.571
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.397.538	1.455.189
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	668	382

Comentário do Desempenho



INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

1T2023

Comentário do Desempenho



DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicados de outra forma)

Desempenho Consolidado

Lucro líquido do trimestre

A Cemig apresentou um lucro líquido de R\$1.398.206 no primeiro trimestre de 2023 em comparação a um lucro líquido de R\$1.455.571 no primeiro trimestre de 2022.

As principais variações em receita, custos, despesas e resultado financeiro estão apresentadas de forma segregada por segmento na sequência deste relatório.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (Lajida)

O Lajida consolidado da Cemig, ajustado pela exclusão dos itens não recorrentes, aumentou 8,15% no primeiro trimestre de 2023, em comparação ao mesmo período de 2022, enquanto a margem do Lajida ajustado passou de 24,42% no primeiro trimestre de 2022 para 23,97% no primeiro trimestre de 2023.

Lajida - Jan a Mar/2023	Geração	Transmissão	Comercialização	Distribuição	Holding / Participações	Total
Resultado do período	348.395	154.910	232.593	369.533	292.775	1.398.206
Despesa de imposto de renda e contribuição social	100.990	35.885	108.152	118.970	(8.812)	355.185
Resultado financeiro	(12.517)	649	(15.528)	92.347	40.963	105.914
Depreciação e amortização	81.140	1	4	194.240	27.281	302.666
Lajida conforme "Resolução CVM 156" (1)	518.008	191.445	325.221	775.090	352.207	2.161.971
Efeitos não recorrentes e não caixa						
Lucro líquido atribuído a acionistas não-controladores	-	-	-	-	(668)	(668)
Ganho na alienação de investimento (Nota 15)	-	-	-	-	(55.391)	(55.391)
Remensuração do passivo de pós-emprego (nota 23)	(10.679)	(6.599)	(1.512)	(33.990)	(4.181)	(56.961)
Perda por redução ao valor recuperável - PCHs mantidas para venda (Nota 32)	46.126	-	-	-	-	46.126
Outros	-	-	(22.511)	-	-	(22.511)
Lajida ajustado (2)	553.455	184.846	301.198	741.100	291.967	2.072.566

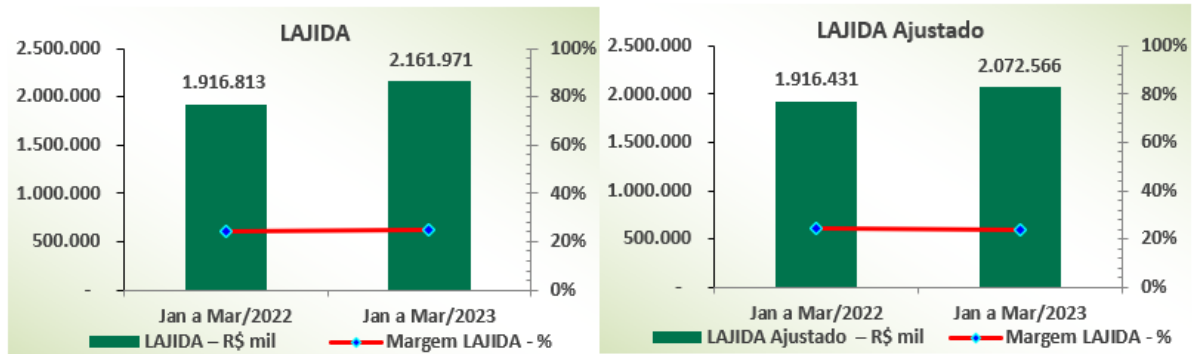
- (1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras consolidadas, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidas por outras companhias. A Companhia divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de resultado líquido ou resultado operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.
- (2) A Companhia apresenta o Lajida ajustado para melhor compreensão da forma como o seu desempenho operacional foi impactado por eventos extraordinários que, pela sua natureza, não contribuem para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa.

Lajida - Jan a Mar/2022	Geração	Transmissão	Comercialização	Distribuição	Holding / Participações	Total
Resultado do período	467.733	176.404	176.374	375.926	259.134	1.455.571
Despesa de imposto de renda e contribuição social	167.973	83.333	95.335	128.030	16.825	491.496
Resultado financeiro	(121.741)	(71.502)	(10.344)	(24.803)	(85.773)	(314.163)
Depreciação e amortização	81.875	1	3	175.375	26.655	283.909
Lajida conforme "Resolução CVM 156" (1)	595.840	188.236	261.368	654.528	216.841	1.916.813
Efeitos não recorrentes e não caixa						
Lucro líquido atribuído a acionistas não-controladores	-	-	-	-	(382)	(382)
Lajida ajustado (2)	595.840	188.236	261.368	654.528	216.459	1.916.431

Comentário do Desempenho



- (1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras consolidadas, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidas por outras companhias. A Companhia divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de resultado líquido ou resultado operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.
- (2) A Companhia apresenta o Lajida ajustado para melhor compreensão da forma como o seu desempenho operacional foi impactado por eventos extraordinários que, pela sua natureza, não contribuem para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa.



Receita operacional

A composição da receita é conforme segue:

	Consolidado	
	Jan a Mar/2023	Jan a Mar/2022
Fornecimento bruto de energia elétrica	7.095.344	8.304.056
Receita de uso dos sistemas elétricos de distribuição – TUSD	980.398	859.444
CVA e outros componentes financeiros	20.840	(700.107)
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização	695.989	436.718
Receita de transmissão		
Receita de operação e manutenção	87.740	83.787
Receita de construção de transmissão	39.403	68.395
Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão	177.254	191.945
Receita de indenização da geração	22.476	-
Receita de construção de distribuição	676.448	440.565
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição	30.844	19.732
Receita de atualização financeira da bonificação pela outorga	134.766	131.595
Liquidação na CCEE	29.363	(18.670)
Transações no mecanismo de venda de excedentes - MVE	(3.766)	138.994
Fornecimento de gás	1.123.570	956.008
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	(38.469)	(31.894)
Outras receitas operacionais	492.015	501.358
Tributos e encargos incidentes sobre a receita	(2.917.278)	(3.534.478)
Receita operacional líquida	8.646.937	7.847.448

Fornecimento bruto de energia elétrica (incluindo a receita de uso da rede - consumidores cativos)

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$7.095.344 no primeiro trimestre de 2023, em comparação a R\$8.304.056 no mesmo período de 2022, representando uma redução de 14,56%.

Comentário do Desempenho



	Jan a Mar/2023			Jan a Mar/2022			Variação %	
	MWh (2)	R\$ (Mil)	Preço médio MWh faturado (R\$/MWh) (1)	MWh (2)	R\$ (Mil)	Preço médio MWh faturado (R\$/MWh) (1)	MWh	R\$
Residencial	2.984.825	2.394.792	802,32	2.841.768	3.115.806	1.096,43	5,03	(23,14)
Industrial	4.307.674	1.439.741	334,23	4.158.420	1.393.200	335,03	3,59	3,34
Comércio, serviços e outros	2.343.460	1.503.080	641,39	2.276.420	1.743.177	765,75	2,94	(13,77)
Rural	526.308	392.758	746,25	545.936	489.779	897,14	(3,60)	(19,81)
Poder público	223.654	164.544	735,71	204.191	179.314	878,17	9,53	(8,24)
Iluminação pública	269.516	116.991	434,08	285.011	167.372	587,25	(5,44)	(30,10)
Serviço público	272.353	164.251	603,08	339.958	246.977	726,49	(19,89)	(33,50)
Subtotal	10.927.790	6.176.157	565,18	10.651.704	7.335.625	688,68	2,59	(15,81)
Consumo Próprio	7.545	-	-	9.854	-	-	(23,43)	-
Fornecimento não faturado líquido	-	13.439	-	-	77.884	-	-	(82,74)
	10.935.335	6.189.596	565,18	10.661.558	7.413.509	688,68	2,57	(16,51)
Suprimento a outras concessionárias (2)	4.038.776	964.188	238,73	3.700.905	866.323	234,08	9,13	11,30
Suprimento não faturado líquido	-	(58.440)	-	-	24.224	-	-	(341,25)
Total	14.974.111	7.095.344	477,09	14.362.463	8.304.056	571,46	4,26	(14,56)

(1) O preço médio não inclui a receita de fornecimento não faturado.

(2) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

(3) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

A variação na receita líquida nos períodos comparados decorre basicamente da redução significativa do ICMS constante das tarifas de energia elétrica no segundo semestre de 2022 em função da fixação da alíquota de ICMS para todas as classes de consumo no limite máximo de 18%, e a não incidência desse tributo sobre os serviços de transmissão e distribuição e encargos setoriais vinculados às operações com energia elétrica.

Adicionalmente, as principais variações nos volumes de energia das classes de consumo estão descritas a seguir:

- redução de 3,60% na quantidade de energia faturada para os consumidores da classe rural devido, principalmente, à migração para outras classes como consequência do atendimento à Resolução Normativa (REN) Aneel nº 901/2020, a qual determinou a readequação de clientes que não realizassem seu recadastramento e comprovação da atividade geradora do benefício tarifário que faziam jus;
- apesar do aumento de 5,03% na quantidade de energia faturada para os consumidores residenciais, houve uma redução de 23,14% na receita operacional para essa classe de consumidores;
- redução de 3,59% na quantidade de energia faturada para os consumidores industriais, devido à migração de clientes do mercado cativo para o mercado livre;
- redução de 5,44% na quantidade de energia faturada para os consumidores da classe de iluminação pública devido, principalmente, à substituição de lâmpadas comuns para lâmpadas de LED, ocorrida em algumas prefeituras;
- redução de 19,89% na quantidade de energia faturada para os consumidores da classe de serviços públicos devido, principalmente, à migração de algumas instalações de grande cliente do setor de água e esgoto para o ambiente livre;
- aumento de 2,94% na quantidade de energia faturada para a classe de comércio e serviços, em função do aumento no número de consumidores nesta classe, devido, principalmente, à migração de clientes das classes de serviços públicos e rural.

Comentário do Desempenho



Adicionalmente aos comentários acima, deve ser também destacada a redução significativa do ICMS constante das tarifas de energia elétrica no segundo semestre de 2022 em função da fixação da alíquota de ICMS para todas as classes de consumo no limite máximo de 18%, e a não incidência desse tributo sobre os serviços de transmissão e distribuição e encargos setoriais vinculados às operações com energia elétrica.

Receita de uso da rede – Consumidores livres

Refere-se à tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. No primeiro trimestre de 2023, essa receita correspondeu ao montante de R\$980.398, comparada a R\$859.444 no mesmo período de 2022, representando um aumento de 14,07%.

Esta variação decorre, principalmente, do aumento de 22,82% na tarifa média sobre os clientes livres no primeiro trimestre de 2023, comparado ao mesmo período de 2022.

CVA e outros componentes financeiros

No primeiro trimestre de 2023, foi reconhecida uma receita no montante de R\$20.840, em comparação à uma redução da receita no montante de R\$700.107 no mesmo período de 2022. Essa variação deve-se, principalmente, ao acionamento da bandeira escassez hídrica, que é a mais onerosa do sistema e vigorou no período de setembro de 2021 a abril de 2022, em razão do pior cenário de escassez hídrica dos últimos tempos. Dessa forma, constatou-se o impacto do acionamento no primeiro trimestre de 2022, reduzindo os custos a serem repassados aos consumidores no reajuste tarifário anual correspondente na proporção do faturamento da bandeira, ao passo que no mesmo período de 2023 não houve acionamento de bandeira.

Ver mais informações na nota explicativa nº 13.4 destas informações contábeis intermediárias.

Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização

A Companhia registrou um ajuste credor na receita referente à realização da restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores no montante de R\$695.989 no primeiro trimestre de 2023 comparada a R\$436.718 no mesmo período de 2022. Essa recomposição da receita decorre da tarifa da Cemig D, vigente no período de junho de 2022 a maio de 2023, estar com o desconto dos valores que estão sendo devolvidos aos consumidores referente aos créditos de PIS/Pasep e Cofins. Vide mais detalhes na nota explicativa nº 20.

Comentário do Desempenho



Receita de concessão da transmissão

As principais variações nas receitas estão apresentadas a seguir:

- as receitas de construção, reforço e melhoria da infraestrutura foram de R\$39.403 no primeiro trimestre de 2023, comparado a R\$68.395 no mesmo período de 2022, representando uma redução de 42,39%. A variação reflete o previsto para os projetos que estão em fase final de execução, resultando na diminuição nos valores investidos no primeiro trimestre de 2023 em comparação ao mesmo período de 2022. Além disso, os novos projetos estão na fase inicial, com desembolsos associados a etapas de projeto e definição, as quais apresentam menores custos;
- redução de 7,65% na receita de remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão, que foram de R\$177.254 no primeiro trimestre de 2023 comparada a R\$191.945 no mesmo período de 2022. Essa variação está associada, principalmente, à variação do IPCA, que foi negativa em 6,25% no primeiro trimestre de 2023, comparada a uma variação positiva de 3,20% no mesmo período de 2022, índice base para a remuneração do contrato.

Para mais informações, ver nota explicativa nº 14.

Receita de construção de distribuição

As receitas de construção de ativos relacionados à infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica foram de R\$676.448 no primeiro trimestre de 2023, comparados a R\$440.565 no mesmo período de 2022, representando um aumento de 53,54%. Tal aumento deve-se, basicamente, à maior execução do plano de investimentos da Companhia em relação ao período anterior, com maior mobilização de equipes na etapa de construção, somado ao aumento no custo médio das obras, com elevação dos preços de diversos materiais e serviços no período atual.

Esta receita é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Cemig D, no exercício, em ativos da concessão.

Fornecimento de gás

A Companhia registrou uma receita de fornecimento de gás no montante de R\$1.123.570 no primeiro trimestre de 2023, comparada a R\$956.008 no mesmo período de 2022, representando um aumento de 17,53%. Esta variação decorre, basicamente, do aumento da tarifa do gás homologada em 2023.

Comentário do Desempenho



Tributos e encargos incidentes sobre a receita

Os tributos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$2.917.278 no primeiro trimestre de 2023, comparados a R\$3.534.478 no mesmo período de 2022, representando uma redução de 17,46%. Essa redução decorre, substancialmente, da redução da alíquota de ICMS para todas as classes de consumo e não incidência desse tributo sobre os serviços de distribuição e os encargos setoriais vinculados às operações com energia elétrica, conforme já mencionado.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais foram de R\$6.971.160 no primeiro trimestre de 2023, comparados a R\$6.398.972 no mesmo período de 2022.

As principais variações estão descritas a seguir. Informações adicionais sobre a composição dos custos e despesas operacionais podem ser obtidas na nota explicativa nº 27 destas informações contábeis intermediárias.

Energia elétrica comprada para revenda

A Companhia apresentou uma redução de 10,98% nos custos com energia elétrica comprada para revenda, que foi de R\$3.444.067 no primeiro trimestre de 2023, comparado a R\$3.103.382 no mesmo período de 2022. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- aumento de 49,81% no custo com energia adquirida em leilão em ambiente regulado, sendo de R\$937.269 no primeiro trimestre de 2023, comparado a R\$625.633 no mesmo período de 2022. Essa redução decorre, principalmente, do menor custo com energia em 2022;
- redução de 33,47% no custo com energia binacional de Itaipu, sendo de R\$262.175 no primeiro trimestre de 2023, comparado a R\$394.055 no mesmo período de 2022. Essa redução decorre, principalmente, da redução no preço da demanda de Itaipu, em dólar, de US\$24,73/KW para US\$16,19KW, definida por resolução;
- aumento de 36,41% no custo com geração distribuída, sendo de R\$618.732 no primeiro trimestre de 2023, comparado a R\$453.589 no mesmo período de 2022. Esse aumento decorre do aumento do número de instalações geradoras (212.940 em março de 2023, comparada a 133.282 em março de 2022) e do aumento na quantidade de energia injetada (1.020.445 MWh no primeiro trimestre de 2023, comparado a 630.952 MWh no mesmo período de 2022).

Este é um custo não gerenciável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Ver mais informações na nota explicativa nº 28a destas informações contábeis intermediárias.

Comentário do Desempenho



Encargos de uso da rede básica de transmissão e demais encargos do sistema

Os encargos de uso do sistema elétrico totalizaram R\$700.181 no primeiro trimestre de 2023, comparados a R\$868.532 no mesmo período de 2022, representando uma redução de 19,38%.

Este custo refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações e componentes da rede básica, bem como do sistema elétrico, sendo os valores a serem pagos e/ou recebidos pela Companhia definidos por meio de resolução da Aneel.

A variação é justificada, principalmente, pela redução nos custos com Encargo de Serviços do Sistema (CCEE-ESS), decorrente do menor despacho de usinas fora da ordem de mérito.

Este é um custo não gerenciável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na nota explicativa nº 13b destas informações contábeis intermediárias.

Gás comprado para revenda

A despesa com gás comprado para revenda foi de R\$614.803 no primeiro trimestre de 2023, comparado a R\$563.781 no mesmo período de 2022, representando um aumento de 9,05%. Esta variação decorre, basicamente, do aumento do custo do gás comprado em 2023.

Obrigações pós-emprego

O impacto das obrigações pós-emprego da Companhia no resultado operacional do primeiro trimestre de 2023 foi uma despesa de R\$103.038, em comparação a uma despesa de R\$153.480 no mesmo período de 2022. Essa redução decorre, principalmente, da remensuração do passivo de pós-emprego no primeiro trimestre de 2023 em decorrência da adesão ao novo plano de saúde por parte dos funcionários ativos. Mais detalhes na nota explicativa nº 23.

Serviço de terceiros

A despesa com serviços de terceiros foi de R\$467.446 no primeiro trimestre de 2023, comparada a R\$379.749 no mesmo período de 2022, representando um aumento de 23,09%. As principais variações que explicam esse aumento são:

- aumento de 23,11% nas despesas com manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos, sendo de R\$176.247 no primeiro trimestre de 2023, comparado a R\$143.160 no mesmo período de 2022;
- aumento de 16,93% nas despesas com tecnologia da informação, sendo de R\$51.532 no primeiro trimestre de 2023, comparado a R\$44.070 no mesmo período de 2022.

Comentário do Desempenho



Provisões operacionais

As provisões operacionais foram de R\$159.662 no primeiro trimestre de 2023, comparadas a R\$120.265 no mesmo período de 2022, representando um aumento de 32,76%. A variação é justificada, principalmente, pela constituição da provisão para redução ao valor recuperável das PCHs que foram classificadas como ativos mantidos para venda. Mais detalhes na nota explicativa nº 32.

Perdas de créditos esperadas (PCE)

Redução de 81,61% na perda esperada de créditos, que representou uma constituição de R\$7.926 no primeiro trimestre de 2023, em comparação a R\$43.092 no mesmo período de 2022, em função, principalmente, da revisão das regras de mensuração das perdas, buscando uma maior aderência ao comportamento da inadimplência da Companhia e do aumento da quitação de débitos regulares por parte dos clientes.

Resultado de equivalência patrimonial

Foram reconhecidos ganhos líquidos com equivalência patrimonial no montante de R\$153.041 no primeiro trimestre de 2023, em comparação a R\$184.428 no mesmo período e 2022.

O resultado do primeiro trimestre de 2023 está associado, principalmente, à parcela registrada em resultado de equivalência patrimonial do ganho na alienação da participação societária na investida MESA.

Vide a composição dos resultados de equivalência patrimonial por investida na nota explicativa nº 15.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa financeira líquida de R\$105.915 no primeiro trimestre de 2023, em comparação a uma receita financeira líquida de R\$314.163 no mesmo período de 2022. Essa variação está associada, principalmente, aos seguintes fatores:

- maior desvalorização cambial no primeiro trimestre de 2023 em comparação ao mesmo período de 2022, gerando receitas financeiras de variação cambial de empréstimos nos montantes de R\$103.814 e R\$842.700 nos períodos de janeiro a março de 2023 e 2022, respectivamente;
- o valor justo do instrumento financeiro contratado para proteção dos riscos vinculados aos *Eurobonds* apresentou variação negativa no primeiro trimestre de 2023 no montante de R\$12.725, em comparação a R\$456.647 no mesmo período de 2022. A variação é decorrente, principalmente, do aumento na curva de juros em relação à expectativa de crescimento na taxa do dólar em relação ao Real;

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 28.

Comentário do Desempenho



Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apurou no primeiro trimestre de 2023 despesa com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$355.185 em relação ao lucro de R\$1.753.391 antes dos efeitos fiscais, representando 20,26% de alíquota efetiva. No mesmo período de 2022, a Companhia apurou despesas com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$491.496 em relação ao lucro de R\$1.947.067 antes dos efeitos fiscais, representando 25,24% de alíquota efetiva.

As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 9d.

Desempenho por segmentos

Desempenho do segmento de Distribuição

A Cemig D apresentou, no exercício de 2022, lucro de R\$369.531 em comparação a R\$375.926 no mesmo período de 2022. As principais variações na comparação dos resultados de 2022 e 2021 estão apresentadas a seguir:

Receita operacional líquida

No primeiro trimestre de 2023, a receita operacional líquida foi de R\$5.376.937 em comparação a R\$4.748.317 no mesmo período de 2022, representando um aumento de 13,24%, devido principalmente a:

- receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$4.721.748 no mesmo período de 2023, em comparação a R\$5.993.356 no mesmo período de 2022, representando uma redução de 21,22%. Os principais impactos na receita são decorrentes da redução do preço médio do MWh faturado, e, adicionalmente, da redução na alíquota de ICMS no segundo semestre de 2022, com redução na tarifa de energia. Destaca-se que essa redução do ICMS não tem impacto no resultado da Companhia, pois a redução no faturamento bruto teve como contrapartida uma redução nos pagamentos de ICMS;
- receita de uso da rede – consumidores livres referente à tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. No primeiro trimestre de 2023, essa receita correspondeu ao montante de R\$987.508, comparada a R\$868.131 no mesmo período de 2022, representando um aumento de 13,75%;
- os tributos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$2.132.841 no primeiro trimestre de 2023, comparados a R\$2.818.174 no mesmo período de 2022, representando uma redução de 24,32%. Essa redução decorre, substancialmente, da redução significativa do ICMS constante nas tarifas de energia elétrica no segundo semestre de 2022 em função da fixação da alíquota de ICMS para todas as classes de consumo no limite máximo de 18% e a não incidência desse tributo sobre os encargos setoriais vinculados às operações com energia elétrica.

Comentário do Desempenho



Custos com energia elétrica

No primeiro trimestre de 2023, o custo com energia elétrica foi de R\$3.053.275 em comparação a R\$2.867.437 no mesmo período de 2022, representando um aumento de 6,48%, devido principalmente a:

- aumento de 36,41% no custo com geração distribuída, sendo de R\$618.732 no primeiro trimestre de 2023 comparado a R\$453.589 no mesmo período de 2022. Esse aumento decorre do aumento do número de instalações geradoras (212.940 em março de 2023, comparada a 133.282 em março de 2022) e do aumento na quantidade de energia injetada (1.020.445 MWh no primeiro trimestre de 2023, comparado a 630.952 MWh no mesmo período de 2022);
- aumento de 50,03% nos custos de energia adquirida em leilão em ambiente regulado, sendo R\$951.606 no primeiro trimestre de 2023 e R\$634.296 no mesmo período de 2022.

Custos de operação

Os custos de operação foram de R\$1.742.814 no primeiro trimestre de 2023, comparados a R\$1.401.727 no mesmo período de 2022, representando um aumento de 24,33%, devido principalmente a:

- aumento dos custos de construção de ativos relacionados à infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo R\$657.608 no primeiro trimestre de 2023, comparados a R\$429.503 no mesmo período de 2022. Tal aumento deve-se, basicamente, à maior execução do plano de investimentos da Cemig D em relação ao período anterior;
- aumento dos custos com serviços de terceiros, sendo R\$401.236 no primeiro trimestre de 2023, comparados a R\$323.630 no mesmo período de 2022, devido, principalmente, pelo aumento dos gastos com manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos.

As informações detalhadas sobre as variações e impactos apresentadas neste segmento, estão disponíveis nas informações contábeis intermediárias da Cemig D.

Desempenho do segmento de Transmissão

O segmento de transmissão apresentou um lucro líquido de R\$154.911 no primeiro trimestre de 2023, em comparação ao lucro líquido R\$176.404 no mesmo período de 2022, representando uma redução de 12,18%.

Comentário do Desempenho



Receita de concessão da transmissão

As principais variações nas receitas estão apresentadas a seguir:

- as receitas de construção, reforço e melhoria da infraestrutura foram de R\$39.403 no primeiro trimestre de 2023, comparado a R\$68.395 no mesmo período de 2022, representando uma redução de 42,39%. A variação reflete o previsto para os projetos que estão em fase final de execução, resultando na diminuição nos valores investidos no primeiro trimestre de 2023 em comparação ao mesmo período de 2022. Além disso, os novos projetos estão na fase inicial, com desembolsos associados a etapas de projeto e definição, as quais apresentam menores custos;
- redução de 7,65% na receita de remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão, que foram de R\$177.254 no primeiro trimestre de 2023 comparada a R\$191.945 no mesmo período de 2022. Essa variação está associada, principalmente, à variação do IPCA, que foi negativa em 6,25% no primeiro trimestre de 2023, comparada a uma variação positiva de 3,20% no mesmo período de 2022, índice base para a remuneração do contrato.

Custo de construção

O custo de construção foi de R\$26.833 no primeiro trimestre de 2023, em comparação a R\$50.696 no mesmo período de 2022, representando uma redução de 47,07%. A variação reflete o previsto para os projetos que estão em fase final de execução, resultando na diminuição nos valores investidos no primeiro trimestre de 2023 em comparação ao mesmo período de 2022. Além disso, os novos projetos estão na fase inicial, com desembolsos associados a etapas de projeto e definição, as quais apresentam menores custos.

As informações detalhadas sobre as variações e impactos apresentadas neste segmento, estão disponíveis nas informações contábeis intermediárias da Cemig GT.

Desempenho do segmento de Geração

O segmento de geração apresentou um lucro líquido de R\$348.396 no primeiro trimestre de 2023, em comparação ao lucro líquido R\$467.733 no mesmo período de 2022, representando uma redução de 25,51%. Houve uma redução de 89,72% no resultado financeiro, sendo R\$12.517 no primeiro trimestre de 2023, em comparação a R\$121.741 no mesmo período de 2022. A variação decorre, principalmente, da redução das receitas financeiras com variação cambial.

As informações detalhadas sobre as variações e impactos apresentadas neste segmento, estão disponíveis nas informações contábeis intermediárias da Cemig GT.

Comentário do Desempenho



Desempenho do segmento de Comercialização

O segmento de comercialização apresentou um lucro líquido de R\$232.592 no primeiro trimestre de 2023, em comparação ao lucro líquido R\$176.374 no mesmo período de 2022, representando um aumento de 31,87%, decorrente, principalmente, do maior volume de contratos de venda de energia e do aumento das vendas de energia no curto prazo.

Desempenho do segmento de Participações e Holding

O resultado das coligadas e controladas em conjunto e da Holding é avaliado como um único segmento em linha com as estratégias de negócio da Companhia. O segmento de participações e holding apresentou, no primeiro trimestre de 2023, um lucro líquido de R\$292.775, em comparação a R\$259.073 no mesmo período de 2022. A alienação da participação societária, direta e indireta, na investida MESA gerou um ganho bruto de R\$55.391. Mais detalhes na nota explicativa nº 32.

As demais variações nos resultados das investidas, que justificam os melhores resultados obtidos no primeiro trimestre de 2023, estão apresentadas com mais detalhes na nota explicativa nº 15.

Notas Explicativas**SUMÁRIO**

BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	2
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....	4
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	5
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO.....	6
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	7
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO.....	8
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS.....	9
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	9
2. BASE DE PREPARAÇÃO.....	9
3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO.....	11
4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES.....	12
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	13
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	13
7. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA.....	14
8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS.....	15
9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	15
10. CONTAS A RECEBER DO ESTADO DE MINAS GERAIS.....	17
11. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS.....	18
12. REEMBOLSO DE SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS.....	18
13. ATIVOS FINANCEIROS E SETORIAIS DA CONCESSÃO.....	19
14. ATIVOS DE CONTRATO.....	22
15. INVESTIMENTOS.....	23
16. IMOBILIZADO.....	28
17. INTANGÍVEIS.....	29
18. ARRENDAMENTOS.....	30
19. FORNECEDORES.....	31
20. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES.....	32
21. EMPRÉSTIMOS E DEBÊNTURES.....	34
22. ENCARGOS REGULATÓRIOS.....	37
23. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO.....	37
24. PROVISÕES.....	40
25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS.....	49
26. RECEITAS.....	50
27. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS.....	52
28. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	53
29. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	53
30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	56
31. SEGMENTOS OPERACIONAIS.....	64
32. ATIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA.....	65
33. COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – CPI.....	67
34. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	68

Notas Explicativas



BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE MARÇO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022
ATIVO
(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.600.178	1.440.661	168.831	190.483
Títulos e valores mobiliários	6	1.356.927	1.744.546	51.259	100.292
Consumidores e revendedores e concessionários – Transporte de energia	7	4.911.463	4.769.431	328.031	305.464
Ativos financeiros e setoriais da concessão	13	1.028.762	1.055.378	-	-
Ativos de contrato	14	759.414	728.404	-	-
Tributos compensáveis	8	1.529.363	1.916.701	1.090	1.087
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9a	778.173	775.492	35.308	-
Dividendos a receber	29	157.487	145.908	1.740.293	1.975.639
Contribuição de iluminação pública		225.055	207.280	-	-
Reembolso subsídios tarifários	12	97.336	96.947	-	-
Outros ativos		686.681	584.455	23.926	27.342
		13.130.839	13.465.203	2.348.738	2.600.307
Ativos classificados como mantidos para venda	32	7.212	-	-	-
TOTAL DO CIRCULANTE		13.138.051	13.465.203	2.348.738	2.600.307
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e valores mobiliários	6	137.079	133.631	238	376
Consumidores e revendedores e concessionários – Transporte de energia	7	45.827	43.449	-	-
Tributos compensáveis	8	1.401.982	1.357.846	529.180	523.371
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9a	144.086	172.718	64.649	95.750
Impostos de renda e contribuição social diferidos	9c	3.131.998	3.119.522	986.802	995.149
Dividendos a receber	29	-	-	679.794	679.794
Depósitos vinculados a litígios	11	1.205.273	1.206.595	309.687	310.325
Instrumentos financeiros derivativos - Swap	30a	709.067	702.734	-	-
Contas a receber do Estado de Minas Gerais	10	13.366	13.366	13.366	13.366
Ativos financeiros e setoriais da concessão	13	5.155.986	4.937.187	-	-
Ativos de contrato	14	6.369.437	5.976.420	-	-
Investimentos	15	5.123.692	5.105.724	20.980.189	19.637.444
Imobilizado	16	2.408.039	2.409.351	1.235	1.240
Intangível	17	14.644.219	14.621.853	439	547
Direito de uso	18a	377.453	329.077	2.128	2.151
Outros ativos		79.805	76.161	410.515	78.718
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		40.947.309	40.205.634	23.978.222	22.338.231
TOTAL DO ATIVO		54.085.360	53.670.837	26.326.960	24.938.538

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas



BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE MARÇO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022
PASSIVO
(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022
CIRCULANTE					
Fornecedores	19	2.447.668	2.832.049	187.470	152.356
Encargos regulatórios	22	530.616	510.247	-	-
Participação dos empregados e administradores no resultado		146.507	105.207	17.591	13.590
Impostos, taxas e contribuições	20	908.844	884.946	97.894	139.603
Imposto de renda e contribuição social	9b	253.607	239.674	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar		2.246.458	1.862.798	2.244.408	1.860.681
Empréstimos e debêntures	21	1.091.484	955.497	-	-
Salários e contribuições sociais		232.002	260.015	12.777	13.823
Contribuição de iluminação pública		330.992	312.475	-	-
Contas a pagar relacionado a energia gerada por consumidores		563.397	455.273	-	-
Obrigações Pós-emprego	23	399.078	388.447	29.689	29.166
PASEP/Cofins a ser restituído a consumidores	20	458.810	1.154.798	-	-
Instrumentos financeiros derivativos - Swap	30b	109.584	90.526	-	-
Instrumentos financeiros derivativos - Opções	30b	705.171	672.416	-	-
Passivo de arrendamento	18b	71.676	57.438	301	301
Outros passivos		525.910	423.372	8.309	22.332
TOTAL DO CIRCULANTE		11.021.804	11.205.178	2.598.439	2.231.852
NÃO CIRCULANTE					
Encargos regulatórios	22	47.104	65.360	4.624	4.624
Empréstimos e debêntures	21	9.187.833	9.624.001	-	-
Impostos, taxas e contribuições	20	370.279	370.168	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9c	915.565	932.235	-	-
Provisões	24	2.059.993	2.029.021	281.010	279.141
Obrigações Pós-emprego	23	5.223.476	5.303.538	647.636	641.375
PASEP/Cofins a ser restituído a consumidores	20	1.873.038	1.808.074	-	-
Passivo de arrendamento	18b	334.048	297.195	2.120	2.125
Outros passivos		254.790	252.801	2.066	2.065
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		20.266.126	20.682.393	937.456	929.330
TOTAL DO PASSIVO		31.287.930	31.887.571	3.535.895	3.161.182
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	25				
Capital social		11.006.853	11.006.853	11.006.853	11.006.853
Reservas de capital		2.249.721	2.249.721	2.249.721	2.249.721
Reservas de lucros		10.394.823	10.394.823	10.394.823	10.394.823
Ajustes de avaliação patrimonial		(1.836.916)	(1.874.041)	(1.836.916)	(1.874.041)
Lucros acumulados		976.584	-	976.584	-
ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES		22.791.065	21.777.356	22.791.065	21.777.356
Participação de acionista não-controlador		6.365	5.910	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		22.797.430	21.783.266	22.791.065	21.777.356
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		54.085.360	53.670.837	26.326.960	24.938.538

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		Jan a Mar/2023	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2023	Jan a Mar/2022
RECEITA LÍQUIDA	26	8.646.937	7.847.448	729.192	286.555
CUSTOS OPERACIONAIS					
Custos com energia elétrica e gás	27a	(4.759.051)	(4.535.695)	(461.007)	(238.162)
Custos de construção de infraestrutura	27b	(703.281)	(491.262)	-	-
Custos de operação	27c	(1.099.776)	(924.250)	-	-
		(6.562.108)	(5.951.207)	(461.007)	(238.162)
LUCRO BRUTO		2.084.829	1.896.241	268.185	48.393
DESPESAS OPERACIONAIS	27c				
Perdas de créditos esperadas		(7.926)	(43.092)	-	-
Despesas gerais e administrativas		(158.671)	(155.748)	(12.112)	(10.843)
Outras despesas operacionais, líquidas		(211.968)	(248.925)	(28.167)	(32.581)
		(378.565)	(447.765)	(40.279)	(43.424)
Resultado de equivalência patrimonial	15	153.041	184.428	1.211.996	1.404.117
Resultado operacional antes do resultado financeiro e dos tributos sobre o lucro		1.859.305	1.632.904	1.439.902	1.409.086
Receitas financeiras	28	329.784	1.109.025	(3.549)	15.409
Despesas financeiras	28	(435.698)	(794.862)	(568)	(2.195)
		(105.914)	314.163	(4.117)	13.214
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		1.753.391	1.947.067	1.435.785	1.422.300
Imposto de renda e contribuição social	9d	(399.333)	(573.914)	(31.392)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9d	44.148	82.418	(6.855)	32.889
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		1.398.206	1.455.571	1.397.538	1.455.189
Total do lucro líquido do período atribuído a:					
Participação dos acionistas controladores		1.397.538	1.455.189	1.397.538	1.455.189
Participação de acionistas não controladores		668	382	-	-
		1.398.206	1.455.571	1.397.538	1.455.189
Lucro básico e diluído por ação preferencial	25	0,64	0,66		
Lucro básico e diluído por ação ordinária	25	0,64	0,66		

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Mar/2023	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2023	Jan a Mar/2022
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	1.398.206	1.455.571	1.397.538	1.455.189
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES				
Itens que não serão reclassificados para a Demonstração de Resultado				
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos	61.208	-	4.387	-
Imposto de renda e contribuição social sobre remensuração de planos de benefícios definidos (Nota 9 c)	(20.811)	-	(1.491)	-
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto	-	-	37.501	-
Outros resultados abrangentes	-	393	-	393
	40.397	393	40.397	393
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO, LÍQUIDO DE TRIBUTOS	1.438.603	1.455.964	1.437.935	1.455.582
Total do resultado abrangente atribuído a:				
Participação dos acionistas controladores	1.437.935	1.455.582	1.437.935	1.455.582
Participação de acionista não-controlador	668	382	-	-
	1.438.603	1.455.964	1.437.935	1.455.582

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas



**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2023 E 2022**
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total da Participação dos Controladores	Participação Acionistas não Controladores	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	11.006.853	2.249.721	10.394.823	(1.874.041)	-	21.777.356	5.910	21.783.266
Lucro líquido do período	-	-	-	-	1.397.538	1.397.538	668	1.398.206
Outros resultados abrangentes	-	-	-	40.397	-	40.397	(213)	40.184
Realização do custo atribuído	-	-	-	(3.272)	3.272	-	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(424.226)	(424.226)	-	(424.226)
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2023	11.006.853	2.249.721	10.394.823	(1.836.916)	976.584	22.791.065	6.365	22.797.430

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros Acumulados	Total da Participação dos Controladores	Participação Acionistas não Controladores	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	8.466.810	2.249.721	10.948.094	(2.208.214)	-	19.456.411	5.354	19.461.765
Lucro líquido do período	-	-	-	-	1.455.189	1.455.189	382	1.455.571
Outros resultados abrangentes	-	-	-	393	-	393	-	393
Realização do custo atribuído	-	-	-	(3.383)	3.383	-	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(245.000)	(245.000)	-	(245.000)
Participação de acionista não controlador	-	-	-	-	-	-	(101)	(101)
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2022	8.466.810	2.249.721	10.948.094	(2.211.204)	1.213.572	20.666.993	5.635	20.672.628

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas



DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		Jan a Mar/2023	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2023	Jan a Mar/2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do período		1.398.206	1.455.571	1.397.538	1.455.189
AJUSTES:					
Impostos de renda e contribuição social diferidos	9	(44.148)	(82.418)	6.855	(32.889)
Depreciação e amortização	27	302.932	283.909	168	394
Baixa de valor residual líquido de ativos de contrato, ativos financeiros da concessão, imobilizado e intangível		62.032	7.944	-	-
Ajuste de ativos em curso		(15.583)	(7.054)	-	-
Resultado de equivalência patrimonial		(153.041)	(184.428)	(1.211.996)	(1.404.117)
Ajuste na expectativa do fluxo de caixa dos ativos financeiros e de contrato da concessão		(377.909)	(360.971)	-	-
Juros e variações monetárias	28	253.506	226.861	(9.363)	(5.596)
Variação cambial de empréstimos	28	(103.814)	(842.700)	-	-
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores – Realização		(695.989)	(436.718)	-	-
Ganho na alienação de investimento	15	(30.487)	-	-	-
Amortização de custos de transação de empréstimos	21	3.542	1.600	-	-
Provisões operacionais e perdas estimadas		118.792	163.330	9.165	14.783
Variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos – swap e opções	30	12.725	456.647	-	-
Conta de compensação de variação de valores de itens da “Parcela A” (CVA) e outros componentes financeiros	13	(20.840)	700.107	-	-
Obrigações pós-emprego	23	111.292	167.520	17.411	19.353
Outros		5.557	45	-	-
		826.773	1.549.245	209.778	47.117
(Aumento) redução de ativos					
Consumidores, revendedores e concessionários de energia	7	(152.336)	(408.167)	(22.567)	5.022
Tributos compensáveis	8	(104.737)	259.715	(3)	(20)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9	121.429	(148.888)	46.122	121.126
Depósitos vinculados a litígios	11	16.716	(25.595)	4.262	609
Dividendos recebidos		99.708	-	654.880	351
Ativos de contrato e financeiros da concessão	13	223.937	155.765	-	-
Outros		(106.035)	94.210	(328.381)	(138.409)
		98.682	(72.960)	354.313	(11.321)
Aumento (redução) de passivos					
Fornecedores	19	(384.381)	(440.688)	35.114	19.271
Impostos, taxas e contribuições	20	190.472	171.815	(82.200)	(112.931)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	9	413.266	568.746	31.392	-
Salários e contribuições sociais		(28.013)	(18.159)	(1.046)	(1.184)
Encargos regulatórios	22	2.113	(239.715)	-	-
Obrigações pós-emprego	23	(119.515)	(110.912)	(6.240)	(5.820)
PIS/Pasep e Cofins a ser restituído a consumidores	20	36.821	(274.135)	-	-
Outros		219.330	42.742	(17.316)	680
		330.093	(300.306)	(40.296)	(99.984)
Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais		1.255.548	1.175.979	523.795	(64.188)
Juros sobre empréstimos pagos	21	(97.999)	(140.990)	-	-
Juros sobre arrendamentos pagos	18	(624)	(331)	(2)	(2)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(199.756)	(57.686)	(33.979)	(13)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		957.169	976.972	489.814	(64.203)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Em títulos e valores mobiliários	6	384.171	911.957	49.171	168.996
Fundos vinculados		-	(10.502)	-	3
Em investimentos					
Aquisição de participação societária e aporte em investidas		(6.300)	-	(560.524)	(7.000)
Alienação de participação societária, líquido dos custos		30.487	-	-	-
Em imobilizado	16	(93.295)	(12.181)	(3)	-
Em intangível	17	(27.222)	(14.775)	(31)	(30)
Em ativos de contrato – infraestrutura de distribuição e gás	14	(641.225)	(418.905)	-	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(353.384)	455.594	(511.387)	161.969
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Pagamentos de empréstimos	21	(428.532)	(829.673)	-	-
Arrendamentos pagos	18	(15.736)	(18.729)	(79)	(72)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(444.268)	(848.402)	(79)	(72)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		159.517	584.164	(21.652)	97.694
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	5	1.440.661	825.208	190.483	26.692
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	5	1.600.178	1.409.372	168.831	124.386

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas



DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Mar/2023	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2023	Jan a Mar/2022
RECEITAS				
Venda de energia, gás e serviços	10.483.024	10.529.694	848.461	324.996
Receita de construção de distribuição	676.448	440.565	-	-
Receita de construção de transmissão	39.403	68.395	-	-
Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão	177.254	191.945	-	-
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição	30.844	19.732	-	-
Investimento em imobilizado (reversão)	56.128	23.819	-	-
Perdas de créditos esperadas	(7.926)	(41.533)	-	211
	11.455.175	11.232.617	848.461	325.207
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Energia elétrica comprada para revenda	(3.723.642)	(3.363.494)	(507.997)	(262.437)
Encargos de uso da rede básica da transmissão	(780.532)	(964.309)	-	-
Serviços de terceiros	(774.701)	(547.728)	(4.239)	(3.434)
Gás comprado para revenda	(780.702)	(715.913)	-	-
Materiais	(418.117)	(317.265)	(6)	(6)
Outros custos operacionais	(213.257)	(156.966)	(8.026)	(10.180)
	(6.690.951)	(6.065.675)	(520.268)	(276.057)
VALOR ADICIONADO BRUTO	4.764.224	5.166.942	328.193	49.150
RETENÇÕES				
Depreciação e amortização	(302.666)	(283.909)	(168)	(394)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	4.461.558	4.883.033	328.025	48.756
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado de equivalência patrimonial	153.041	184.428	1.211.996	1.404.116
Receita de atualização financeira da bonificação pela outorga	134.766	131.595	-	-
Receita de indenização da geração	22.476	-	-	-
Receitas financeiras	372.972	1.109.025	(3.549)	15.409
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	5.144.813	6.308.081	1.536.472	1.468.281
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Empregados	454.813	481.303	26.128	28.109
Remuneração direta	296.460	273.003	7.693	8.125
Obrigações pós-emprego e outros benefícios	140.639	191.799	17.924	19.509
FGTS	17.543	16.501	511	475
Programa de desligamento voluntário programado	171	-	-	-
Impostos, taxas e contribuições	2.840.281	3.565.143	112.231	(17.220)
Federais	1.974.884	1.773.326	67.126	(26.661)
Estaduais	861.093	1.787.179	44.996	9.264
Municipais	4.304	4.638	109	177
Remuneração de capitais de terceiros	451.513	806.064	575	2.203
Juros	446.259	802.392	568	2.195
Aluguéis	5.254	3.672	7	8
Remuneração de capitais próprios	1.398.206	1.455.571	1.397.538	1.455.189
Lucros retidos	1.397.538	1.455.189	1.397.538	1.455.189
Participação dos não-controladores nos lucros retidos	668	382	-	-
	5.144.813	6.308.081	1.536.472	1.468.281

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
REFERENTES AO PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2023
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL**a) A Companhia**

A Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”, “Controladora” ou “Companhia”), sociedade por ações de capital aberto, CNPJ nº 17.155.730/0001-64, tem suas ações negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa da B3 e nas Bolsas de Valores de Nova Iorque (“NYSE”) e Madri (“LATIBEX”).

A Cemig é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço em Belo Horizonte/MG. Atua na comercialização de energia elétrica e como holding, com participação societária em empresas controladas individualmente ou em conjunto, cujos objetivos principais são a construção e a operação de sistemas de produção, transformação, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, bem como o desenvolvimento de atividades nos diferentes campos da energia, inclusive na distribuição de gás, com vistas à respectiva exploração econômica.

b) Leilão de Transmissão nº 2/2022

A Cemig GT sagrou-se vencedora na disputa pelo Lote 1 do Leilão de Transmissão nº 2/2022, realizado pela Aneel no dia 16 de dezembro de 2022. A proposta apresentada pela Companhia foi correspondente a um valor de RAP de aproximadamente R\$17 milhões para a nova LT 230 kv Governador Valadares 6 – Verona, com 165 km de extensão. O prazo para entrada em operação é 30 de março de 2028 e o prazo da concessão é de 30 anos.

Em 13 de abril de 2023, o Conselho de Administração aprovou o aporte de recursos, no montante de R\$221.519, pela Cemig GT na investida Centroeste no período de março de 2023 a junho de 2026 conforme necessidade e geração de caixa da Centroeste. O objetivo é a implantação da LT 230 kv Governador Valadares 6 – Verona que será operada e mantida pela Centroeste.

2. BASE DE PREPARAÇÃO**2.1 Declaração de conformidade**

As informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, foram elaboradas de acordo com o *International Accounting Standard* nº 34, *Interim Financial Reporting* emitido pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, Pronunciamento Contábil nº 21 (R1) - “CPC 21”, que abrange as informações contábeis intermediárias e com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Notas Explicativas



A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (“DVA”) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas, CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Exceto pelas novas normas, ou alterações, vigentes desde 1º de janeiro de 2023, estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras, aprovadas pelo Conselho de Administração em 25 de março de 2023.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 4 de maio de 2023, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a emissão destas informações contábeis intermediárias.

2.2 Correlação entre as notas explicativas divulgadas nas demonstrações financeiras anuais e as informações contábeis intermediárias

Número das notas explicativas		Título das notas explicativas
31/12/2022	31/03/2023	
1	1	Contexto operacional
2	2	Base de preparação
3	3	Princípios de consolidação
4	4	Das concessões e autorizações
5	31	Segmentos operacionais
6	5	Caixa e equivalentes de caixa
7	6	Títulos e valores mobiliários
8	7	Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia
9	8	Tributos compensáveis
10	9	Imposto de renda e contribuição social
11	10	Contas a receber do Estado de Minas Gerais
12	11	Depósitos vinculados a litígios
13	12	Reembolso de subsídios tarifários
14	13	Ativos e passivos financeiros da concessão
15	14	Ativos de contrato
16	15	Investimentos
17	16	Imobilizado
18	17	Intangíveis
19	18	Arrendamentos
20	19	Fornecedores
21	20	Impostos, taxas e contribuições e valores a restituir a consumidores
22	21	Empréstimos e debêntures
23	22	Encargos regulatórios
24	23	Obrigações pós-emprego
25	24	Provisões
26	25	Patrimônio líquido e remuneração aos acionistas
27	26	Receitas
28	27	Custos e despesas operacionais
29	28	Receitas e despesas financeiras
30	29	Transações com partes relacionadas
31	30	Instrumentos financeiros e gestão de riscos
32	32	Ativos classificados como mantidos para venda
35	33	Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI
36	34	Eventos subsequentes

Notas Explicativas



As notas explicativas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 que foram suprimidas nas informações contábeis intermediárias (ITR), pelo fato de não apresentarem alterações relevantes e/ou não serem aplicáveis às informações contábeis intermediárias, são as seguintes:

Número	Título das notas explicativas
33	Seguros
34	Obrigações contratuais

2.3 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

As alterações do CPC 23 / IAS 8 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro, do CPC 26 / IAS 1 – Apresentação das demonstrações contábeis, do CPC 32 / IAS 12 – Tributos sobre o lucro e a aplicação do CPC 50 / IFRS 17 – Contratos de seguro, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2023 ou após esta data, não impactaram as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia.

2.4 Reagrupamento das Demonstrações dos Resultados (DRE)

A partir do terceiro trimestre de 2022, a Companhia efetuou ajustes de classificação em suas despesas nas Demonstrações dos Resultados, de forma a agregar certos itens de acordo com sua função. A divulgação da natureza das despesas mantém-se apresentada nas respectivas notas explicativas sem alterações. Tais reclassificações não afetam margens e indicadores representando apenas melhorias propostas pela Administração da Companhia.

A fim de manter a comparabilidade, as informações correspondentes ao período findo em 31 de março de 2022 estão sendo apresentadas neste mesmo critério. Tais reclassificações foram considerados imateriais pela Companhia.

3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As datas das demonstrações financeiras das sociedades controladas, utilizadas para a consolidação, e das controladas em conjunto e coligadas utilizadas para o cálculo de equivalência patrimonial, são elaboradas na mesma data de encerramento da Companhia. As práticas contábeis são aplicadas de maneira uniforme àquelas utilizadas pela controladora.

As participações diretas da Companhia, incluídas na consolidação, são como segue:

Sociedades Controladas	2022 e 2021	
	Forma de avaliação	Participação direta (%)
Cemig Geração e Transmissão S.A.	Consolidação	100,00
Cemig Distribuição S.A.	Consolidação	100,00
Companhia de Gás de Minas Gerais ("Gasmig")	Consolidação	99,57
Cemig Soluções Inteligentes em Energia S.A. ("Cemig Sim")	Consolidação	100,00
Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A. ("Sete Lagoas")	Consolidação	100,00

Notas Explicativas



4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES

A Cemig e suas controladas detêm as seguintes concessões e autorizações:

	Empresa detentora da concessão/autorização	Contrato de concessão/autorização	Data de vencimento
GERAÇÃO DE ENERGIA			
Usinas hidrelétricas			
Theodomiro Carneiro Santiago (anteriormente denominada Emborcação) (1) (2) (8)	Cemig GT	07/1997	05/2027
Nova Ponte (1) (2)	Cemig GT	07/1997	08/2027
Santa Luzia (1)	Cemig GT	07/1997	02/2026
Sá Carvalho (1) (7)	Sá Carvalho S.A. (“Sá Carvalho”)	01/2004	08/2026
Rosal (1)	Rosal Energia S.A. (“Rosal”)	01/1997	12/2035
Machado Mineiro (1) (6)	Horizontes Energia S.A. (“Horizontes Energia”)	Resolução 331/2002	05/2027
Salto Voltão (1) (6)			06/2033
Salto Paraopeba (1)			10/2030
Salto do Passo Velho (1) (6)			03/2031
Pai Joaquim (1)	Cemig PCH S.A. (“Cemig PCH”)	Resolução autorizativa 377/2005	04/2032
Irapé (1)	Cemig GT	14/2000	09/2037
Queimado (Consórcio) (1)	Cemig GT	06/1997	06/2034
Rio de Pedras (1)	Cemig GT	02/2013	12/2025
Poço Fundo (1)	Cemig Geração Poço Fundo S.A. (“Cemig Geração Poço Fundo”)	01/2021	05/2052
São Bernardo (1)	Cemig GT	02/2013	06/2027
Três Marias (3)	Cemig Geração Três Marias S.A. (“Cemig Geração Três Marias”)	08/2016	01/2053
Salto Grande (3)	Cemig Geração Salto Grande S.A. (“Cemig Geração Salto Grande”)	09/2016	01/2053
Itutinga (3)	Cemig Geração Itutinga S.A. (“Cemig Geração Itutinga”)	10/2016	01/2053
Camargos (3)	Cemig Geração Camargos S.A. (“Cemig Geração Camargos”)	11/2016	01/2053
Coronel Domiciano (3)	Cemig Geração Sul S.A. (“Cemig Geração Sul”)	12/2016 e 13/2016	04/2047
Joasal, Marmelos, Paciência e Piau (3)			01/2053
Dona Rita (3)	Cemig Geração Leste S.A. (“Cemig Geração Leste”)	14/2016 e 15/2016	07/2050
Ervália e Neblina (3)			04/2047
Peti (3)			01/2053
Sinceridade (3)			03/2047
Tronqueiras (3)			12/2046
Cajurú, Gafanhoto e Martins (3)			01/2053
Usinas eólicas			
Central Geradora Eólica Praias de Parajuru (4)	Central Eólica Praias de Parajuru S.A. (“Parajuru”)	Resolução 526/2002	09/2032
Central Geradora Eólica Volta do Rio (4)	Central Eólica Volta do Rio S.A. (“Volta do Rio”)	Resolução 660/2001	01/2031
TRANSMISSÃO DE ENERGIA			
Rede Básica (5)	Cemig GT	006/1997	01/2043
Subestação – SE Itajubá (5)	Cemig GT	79/2000	10/2030
Linha de transmissão FURNAS – Pimenta (5)	Companhia de Transmissão Centroeste de Minas S.A. (“Centroeste”)	004/2005	03/2035
Subestação Sete Lagoas 4 (5)	Sete Lagoas	006/2011	06/2041
DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA			
	Cemig D	002/1997 003/1997 004/1997 005/1997	12/2045
DISTRIBUIÇÃO DE GÁS (11)			
	Gasmig	Lei Estadual 11.021/1993	01/2053

- Referem-se a contratos de concessão de geração de energia que não estão no escopo do ICPC 01/IFRIC 12, cujos ativos de infraestrutura encontram-se registrados como ativo imobilizado uma vez que o poder concedente não controla a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço, sendo sua energia comercializada principalmente no Ambiente de Contratação Livre ("ACL").
- Em 17 de julho de 2020, a Companhia protocolou o seu interesse pela prorrogação das concessões destas Usinas, no regime de produção independente, fora do regime de cotas, com o objetivo de garantir o seu direito de opção às modificações legislativas em curso, ligadas às medidas de modernização do setor elétrico. Contudo, a decisão ocorrerá após a divulgação pelo Ministério de Minas e Energia - MME e pela Aneel das condições para a prorrogação, as quais deverão ser submetidas à deliberação dos órgãos de governança da Companhia.
- Referem-se a contratos de concessão de geração de energia cuja receita referente à bonificação de outorga está classificada como ativo financeiro da concessão.
- Referem-se a concessões, mediante autorização, de geração de energia eólica na modalidade de produção independente, comercializada no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica ("Proinfa"). Os ativos vinculados ao direito de exploração são registrados no imobilizado. Os direitos de autorização de exploração das controladas, que são considerados nas demonstrações financeiras da controladora como investimentos, são classificados no balanço consolidado na rubrica intangíveis, conforme interpretação técnica ICPC 09.
- Referem-se a contratos de concessão de transmissão de energia que, de acordo com a IFRS 15/CPC 47, são classificados como ativo de contrato por estarem sujeitos à satisfação de obrigações de desempenho na prestação do serviço de transmissão de energia elétrica.
- A Aneel alterou, por meio da Resolução Autorizativa nº 12.137, de 14 de junho de 2022, o término de vigência das outorgas de autorização dessas usinas, em função da repactuação do risco hidrológico (GSF).

Notas Explicativas



- (7) Em fevereiro de 2023, a Cemig GT, visando garantir seu direito de pleitear nova outorga da concessão, protocolou sua manifestação de interesse na prorrogação da concessão da UHE São Carvalho mediante transferência de controle acionário da sua subsidiária integral São Carvalho. A Cemig GT reitera que, essa manifestação de interesse tem como único objetivo assegurar seu direito na eventual prorrogação do Contrato de Concessão nº 01/2004, por até 30 (trinta) anos, a critério do poder concedente, após a requerida realização do processo de transferência de controle acionário, nos termos da legislação vigente, que ainda possui premissas pendentes de definição pelo Ministério de Minas e Energia – MME.
- (8) Em 17 de março de 2023, foi publicado Despacho Aneel nº 738 registrando a alteração da denominação da UHE Emborcação para UHE Theodomiro Carneiro Santiago.
- (9) Em 17 de março de 2023, foi publicado o edital para realização de leilão público visando à alienação de 15 PCHs/CGHs, sendo 12 ativos da Cemig GT e 3 da subsidiária integral Horizontes. O valor mínimo para o lote único dos ativos é de R\$48,2 milhões, com previsão de realização do leilão em 10 de agosto de 2023. Mais detalhes na nota explicativa nº 36.
- (10) Em 25 de janeiro de 2023, foi publicada a resolução SEDE nº 4, vigente a partir de 01 de fevereiro de 2023, contendo os reajustes das tarifas que representam redução dos valores médios entre 9,19% e 10,71%, conforme faixas de consumo e categorias tarifárias. A maior redução foi na categoria GNV, como resultado de atuação da Gasmig na flexibilização das margens médias para garantir a competitividade do gás natural frente aos energéticos substitutos.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022
Contas bancárias	43.334	95.486	3.451	3.495
Aplicações financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários – CDB (1)	1.322.922	1.049.244	156.635	170.185
Aplicações automáticas - Overnight (2)	233.922	293.688	8.745	16.803
Outros	-	2.243	-	-
	1.556.844	1.345.175	165.380	186.988
Total	1.600.178	1.440.661	168.831	190.483

- (1) Os Certificados de Depósito Bancário – (CDB) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – Cetip que variam entre 80% a 112% do CDI em 31 de março de 2023 (80,05% a 112% do CDI em 31 de dezembro de 2022) conforme operação. Para esses CDBs, a Companhia e suas controladas possuem operações compromissadas afirmando, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo banco, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente.
- (2) As operações de aplicações automáticas (overnight) consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada que variou de 13,38% a 13,87% a.a. em 31 de março de 2023 (13,62% a 13,64% a.a. em 31 de dezembro de 2022) e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia e suas controladas ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

A exposição da Companhia e de suas controladas a riscos de taxas de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 30.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022
Aplicações financeiras				
Circulante				
Certificados de Depósitos Bancários (CDB) (1)	17.380	191.338	650	10.947
Letras Financeiras (LFs) – Bancos (2)	1.135.091	1.139.525	42.435	65.197
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) (3)	193.012	401.659	7.216	22.981
Outros	11.444	12.024	958	1.167
	1.356.927	1.744.546	51.259	100.292
Não circulante				
Certificados de Depósitos Bancários (CDB) (1)	130.702	127.052	-	-
Debêntures (4)	6.377	6.579	238	376
	137.079	133.631	238	376
Total	1.494.006	1.878.177	51.497	100.668

- (1) Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – Cetip, que foi 103% do CDI em 31 de março de 2023 (entre 103% e 104,4% em 31 de dezembro de 2022), conforme operação.
- (2) As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (Cetip). As LFs que compõem a carteira da Cemig GT possuem taxa de remuneração que variam entre 103,3% a 110,26% do CDI em 31 de março de 2023 (103,3% a 110,26% do CDI em 31 de dezembro de 2022).
- (3) As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa Selic diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título. As LFTs que compõem a carteira possuem taxa de remuneração que varia entre 13,65% a 13,88% a.a. em 31 de março de 2023 (13,65% a 13,88% a.a. em 31 de dezembro de 2022).
- (4) Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem ao seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures possuem taxa de remuneração que variam entre Taxa Referencial (TR) + 1% e 114,29% do CDI em 31 de março de 2023 (Taxa Referencial (TR)+1% e 114,29% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

Notas Explicativas



As classificações destes títulos e valores mobiliários estão demonstradas na nota explicativa nº 30. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 29.

Os rendimentos destes títulos e valores mobiliários estão devidamente demonstrados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa na atividade de investimentos.

7. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

	Consolidado					
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos entre 91 e 360 dias	Vencidos há mais de 361 dias	31/03/2023	31/12/2022
Fornecimento de energia e gás faturado	1.524.727	736.518	480.602	753.631	3.495.478	3.240.333
Fornecimento de energia e gás não faturado	1.237.577	-	-	-	1.237.577	1.243.735
Suprimento a outras concessionárias	37.430	40.404	4.650	97	82.581	67.445
Suprimento a outras concessionárias não faturado	320.155	-	-	-	320.155	368.970
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE	13.284	65.405	4.236	3.640	86.565	162.104
Concessionários – transporte de energia faturado	85.787	30.389	7.751	87.295	211.222	180.356
Concessionários – transporte de energia não faturado	370.237	-	-	-	370.237	370.261
(-) Perdas de créditos esperadas	(142.845)	(17.913)	(145.056)	(540.711)	(846.525)	(820.324)
	3.446.352	854.803	352.183	303.952	4.957.290	4.812.880
Ativo circulante					4.911.463	4.769.431
Ativo não circulante					45.827	43.449

	Controladora					
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos entre 91 e 360 dias	Vencidos há mais de 361 dias	31/03/2023	31/12/2022
Fornecimento de energia faturado	17.903	15.093	2.572	23.003	58.571	43.877
Fornecimento de energia não faturado	282.971	174	-	-	283.145	271.709
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE	4.515	4.797	-	-	9.312	12.881
(-) Perdas de créditos esperadas	-	-	-	(22.997)	(22.997)	(23.003)
	305.389	20.064	2.572	6	328.031	305.464
Ativo circulante					328.031	305.464
Ativo não circulante					-	-

A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de crédito relacionado a consumidores e revendedores está divulgada na nota explicativa nº 30 e as transações envolvendo partes relacionadas estão divulgadas na nota explicativa nº 29.

As perdas de créditos esperadas são consideradas suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos, e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

Consolidado	31/03/2023	31/12/2022
Residencial	287.465	272.406
Industrial	169.799	168.215
Comércio, serviços e outras	210.476	202.739
Rural	33.897	32.741
Poder público	29.459	27.567
Iluminação pública	1.216	833
Serviço público	33.191	32.580
Encargos de uso de rede - TUSD	81.022	83.243
	846.525	820.324

Notas Explicativas



A movimentação da provisão para perdas de créditos esperadas no período é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	820.324
Constituições líquidas (nota 27)	7.926
Baixas	18.275
Saldo em 31 de março de 2023	846.525

8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022
Circulante				
ICMS a recuperar	443.651	449.054	15	12
PIS/Pasep (a)	189.662	257.680	24	24
Cofins (a)	875.995	1.189.190	121	121
Outros	20.055	20.777	930	930
	1.529.363	1.916.701	1.090	1.087
Não Circulante				
ICMS a recuperar	597.110	547.156	-	-
PIS/Pasep (a)	129.471	166.193	116.212	114.944
Cofins (a)	675.401	644.497	412.968	408.427
	1.401.982	1.357.846	529.180	523.371
Total	2.931.345	3.274.547	530.270	524.458

a) Créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS

A Companhia possui registrado, em 31 de março de 2023, o montante de R\$1.060.869 no ativo circulante e R\$800.070 no ativo não circulante referente aos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS, com atualização pela Selic até a data da sua efetiva compensação.

No primeiro trimestre de 2023, foram compensados créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS com tributos federais a pagar no valor de R\$168.096 (R\$391.915 no mesmo período de 2022).

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022
Imposto de renda	696.368	707.263	100.641	97.568
Contribuição social	225.891	240.947	(684)	(1.818)
	922.259	948.210	99.957	95.750
Circulante	778.173	775.492	35.308	-
Não circulante	144.086	172.718	64.649	95.750

Os saldos de imposto de renda e contribuição social registrados no ativo não circulante são decorrentes, principalmente, de recolhimentos a título de antecipações, requeridos pela legislação tributária, que foram superiores ao valor de IRPJ/CSLL apurados ao final do ano calendário pela Companhia.

Notas Explicativas



b) Imposto de renda e contribuição social a recolher

	Consolidado	
	31/03/2023	31/12/2022
Circulante		
Imposto de renda	201.097	197.619
Contribuição social	52.510	42.055
	253.607	239.674

A Companhia possui alguns tratamentos incertos de tributos sobre o lucro para os quais a Administração concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não. Os efeitos de potenciais contingências estão divulgados na nota explicativa nº 24.

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022
Ativos fiscais diferidos				
Prejuízo fiscal/base negativa	945.905	986.659	753.639	767.103
Provisões para contingências	609.178	602.084	95.449	94.790
Provisão para perda em investimentos	56.300	56.398	-	-
Provisão PUT SAAG	239.758	228.621	-	-
Provisões operacionais (1)	624.953	598.380	588	588
Provisões PLR	42.143	29.824	2.845	2.118
Obrigações pós-emprego	1.840.950	1.852.232	226.690	223.779
Perdas de créditos esperadas	329.183	318.982	8.403	8.405
Concessão onerosa	12.310	11.579	-	-
Outros	25.143	24.928	99	93
Total	4.725.823	4.709.687	1.087.713	1.096.876
Passivos fiscais diferidos				
Custo atribuído	(151.386)	(155.882)	-	-
Valor justo de ativos adquiridos em combinações de negócios	(452.358)	(456.418)	(100.911)	(101.727)
Encargos financeiros capitalizados	(171.089)	(169.801)	-	-
Tributos sobre rendas não resgatadas – lucro presumido	(8.648)	(9.262)	-	-
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo indenizável da concessão	(278.342)	(263.041)	-	-
Atualização ativo de contrato	(960.636)	(940.026)	-	-
Ajuste a valor justo instrumentos financeiros derivativos - Perda	(205.512)	(209.599)	-	-
Atualização de depósitos judiciais	(8.393)	(7.950)	-	-
Ressarcimento custos GSF	(262.744)	(274.036)	-	-
Outros	(10.282)	(36.385)	-	-
Total	(2.509.390)	(2.522.400)	(100.911)	(101.727)
Total Líquido	2.216.433	2.187.287	986.802	995.149
Total do Ativo	3.131.998	3.119.522	986.802	995.149
Total do Passivo	(915.565)	(932.235)	-	-

- (1) Inclui provisão registrada em decorrência da Lei nº 14.385/22, que determinou a destinação integral, em proveito dos consumidores, dos valores objeto de repetição de indébito pelas distribuidoras, relacionados à exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS/Pasep e Cofins. O montante refere-se ao período a partir do 11º ano, contados retroativamente à data do trânsito em julgado da ação, líquido da parcela inclusa no Reajuste Tarifário Anual de 2022.

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro 2022	2.187.287	995.149
Efeitos alocados ao resultado	44.148	(6.855)
Efeitos alocados às demonstrações de resultados abrangentes	(20.811)	(1.491)
Outros	5.809	(1)
Saldo em 31 de março de 2023	2.216.433	986.802

Notas Explicativas



d) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Mar/2023	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2023	Jan a Mar/2022
Resultado das operações antes do imposto de renda e contribuição social	1.753.391	1.947.067	1.435.785	1.422.300
Imposto de renda e contribuição social – Despesa nominal (34%)	(596.153)	(662.003)	(488.167)	(483.582)
<i>Efeitos fiscais incidentes sobre:</i>				
Resultado de equivalência patrimonial (líquido dos efeitos de Juros sobre Capital Próprio)	51.958	59.531	304.679	433.860
Incentivos fiscais	21.936	22.605	19	-
Diferença resultante da base de incidência do lucro presumido	29.431	24.222	-	-
Multas indedutíveis	(28.486)	(12.881)	23	(49)
JCP declarado	144.237	83.300	144.237	83.300
Outros	21.892	(6.270)	962	(640)
Imposto de renda e contribuição social – receita (despesa) efetiva	(355.185)	(491.496)	(38.247)	32.889
Imposto de renda e contribuição social corrente	(399.333)	(573.914)	(31.392)	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	44.148	82.418	(6.855)	32.889
	(355.185)	(491.496)	(38.247)	32.889
Alíquota efetiva	20,26%	25,24%	2,66%	(2,31)%

10. CONTAS A RECEBER DO ESTADO DE MINAS GERAIS

A Companhia possui saldo a receber reconhecido no ativo não circulante, em 31 de março de 2023, de R\$13.366 (R\$13.366 em 31 de dezembro de 2022), referente ao contas a receber junto ao Governo do Estado de Minas Gerais decorrente da devolução de depósito administrativo relativo à discussão quanto ao critério de atualização monetária de AFAC realizado em anos anteriores, que foi objeto de assinatura do Termo de Reconhecimento de Débitos (TRD).

A Companhia fez a retenção da parcela remanescente nos dividendos pagos ao Governo do Estado de Minas Gerais em 30 de junho de 2021, estando no aguardo da evolução da questão junto à Câmara de Prevenção e Resolução Administrativa de Conflitos (CPRAC).

Em caso de insucesso na busca de solução por meio da CPRAC e eventual ação judicial para discussão do mérito relacionado ao critério utilizado no passado para atualização monetária do AFAC, a Administração, com base na avaliação dos assessores jurídicos internos, considerou a probabilidade de perda como possível.

Notas Explicativas



11. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022
Trabalhista	242.145	259.294	26.824	30.806
Fiscais				
Imposto de renda sobre JCP	31.583	31.297	343	337
PIS/Pasep e Cofins (1)	71.843	70.453	-	-
ITCD	60.658	59.591	59.628	58.574
IPTU	97.132	95.831	68.079	67.011
FINSOCIAL	44.050	43.633	44.050	43.633
IR/INSS - indenização do anuênio (2)	307.912	305.427	14.787	14.668
IRRF sobre lucro inflacionário	9.110	9.058	9.110	9.058
IRPJ/CSLL (3)	106.048	105.850	510	313
Outros (4)	126.753	122.730	65.751	65.395
	855.089	843.870	262.258	258.989
Outros				
Regulatório	46.318	45.642	9.421	9.311
Responsabilidade civil	9.307	9.156	3.204	3.202
Relações de consumo	7.504	7.890	965	971
Bloqueio judicial	23.944	19.991	3.339	3.310
Outros	20.966	20.752	3.676	3.736
	108.039	103.431	20.605	20.530
	1.205.273	1.206.595	309.687	310.325

- (1) Refere-se aos depósitos judiciais relacionados à inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo dessas contribuições.
 (2) Ver detalhes na nota explicativa nº 25 – Provisões (Indenização do anuênio);
 (3) Depósito judicial no âmbito de processos que discutem a tributação de IRPJ/CSLL sobre o pagamento de JCP e tributação de CSLL sobre doações e patrocínio de caráter cultural e artístico, despesas com multas punitivas e tributos com exigibilidade suspensa.
 (4) Inclui os saldos de depósitos decorrentes de ações relacionadas à INSS e PIS/Pasep e Cofins.

12. REEMBOLSO DE SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS

Os subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica são reembolsados por meio dos repasses de recursos da conta de desenvolvimento energético (CDE).

No primeiro trimestre de 2023, o montante apropriado como receitas dos subsídios, reembolsados por meio dos repasses de recursos da conta de desenvolvimento energético (CDE), foi de R\$225.567 (R\$245.942 no mesmo período de 2022). Do montante total de reembolsos de subsídios tarifários, a Companhia tem a receber R\$97.336 (R\$96.947 em 31 de dezembro de 2022), reconhecido no ativo circulante, sendo R\$90.916 (R\$90.923 em 31 de dezembro de 2022) pela Cemig D e R\$6.420 (R\$6.024 em 31 de dezembro de 2022) pela Cemig GT.

Em 10 de março de 2023, a Cemig D celebrou instrumento particular de contrato de cessão de créditos sem coobrigação com o Banco ABC Brasil S.A. para antecipação de recebíveis da CDE no valor de R\$100.000, sendo R\$25.000 e R\$75.000 das faturas de abril e maio de 2023, respectivamente. O total recebido em 10 de março de 2023 foi de R\$97.554.

Notas Explicativas



13. ATIVOS FINANCEIROS E SETORIAIS DA CONCESSÃO

Consolidado	31/03/2023	31/12/2022
Ativos relacionados à infraestrutura		
Concessões de distribuição de energia (nota 13.1)	1.437.515	1.369.652
Concessão de distribuição de gás (nota 13.1)	38.063	36.945
Indenizações a receber – Geração (nota 13.2)	713.935	691.460
Bonificação pela outorga – Concessões de geração (nota 13.3)	3.003.695	2.950.418
	5.193.208	5.048.475
Ativos financeiros setoriais		
Conta de compensação de variação de valores de itens da “Parcela A” CVA e outros componentes financeiros (nota 13.4)	991.540	944.090
Total	6.184.748	5.992.565
Ativo circulante	1.028.762	1.055.378
Ativo não circulante	5.155.986	4.937.187

A movimentação dos ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura é como segue:

	Distribuição	Geração	Gás	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.369.652	3.641.878	36.945	5.048.475
Transferências entre ativo de contrato	37.097	-	-	37.097
Atualização financeira	30.844	157.241	1.118	189.203
Baixas	(78)	-	-	(78)
Recebimentos	-	(81.489)	-	(81.489)
Saldo em 31 de março de 2023	1.437.515	3.717.630	38.063	5.193.208

13.1 Geração – Indenização a receber

Os saldos contábeis correspondentes a esses ativos foram reconhecidos no ativo financeiro, pelo método do valor justo por meio do resultado.

Em 28 de julho de 2022, a Aneel revogou a ReN nº 942, por meio da publicação da ReN nº 1.027, estabelecendo a metodologia e os critérios gerais para cálculo, a qual tem como base o valor novo de reposição, sendo este calculado prioritariamente a partir de banco de preços referenciais, seguido pelo banco de preços da concessionária ou, em última hipótese, do custo contábil fiscalizado atualizado.

O laudo de avaliação foi concluído e os resultados são conforme segue:

Central geradora	Data de vencimento das concessões	Capacidade instalada (MW) ¹	Saldo líquido dos ativos em 31 de dezembro de 2022	Atualização financeira	Saldo líquido dos ativos em 31 de março de 2023
Lote D					
UHE Três Marias	jul-15	396,00	179.083	5.822	184.905
UHE Salto Grande	jul-15	102,00	91.874	2.986	94.860
UHE Itutinga	jul-15	52,00	10.825	352	11.177
UHE Camargos	jul-15	46,00	21.042	684	21.726
PCH Piau	jul-15	18,01	4.695	153	4.848
PCH Gafanhoto	jul-15	14,00	5.630	183	5.813
PCH Peti	jul-15	9,40	6.498	211	6.709
PCH Dona Rita	set-13	2,41	1.683	55	1.738
PCH Tronqueiras	jul-15	8,50	9.063	264	9.327
PCH Joasal	jul-15	8,40	6.727	218	6.945
PCH Martins	jul-15	7,70	4.776	155	4.931
PCH Cajuru	jul-15	7,20	20.238	659	20.897
PCH Paciência	jul-15	4,08	4.449	144	4.593
PCH Marmelos	jul-15	4,00	2.585	84	2.669
Outras					
UHE Volta Grande	fev-17	380,00	387	13	400
UHE Miranda	dez-16	408,00	97.493	3.169	100.662
UHE Jaguará	ago-13	424,00	147.788	4.834	152.622
UHE São Simão	jan-15	1.710,00	76.624	2.491	79.115
		3.601,70	691.460	22.477	713.937

Notas Explicativas



(1) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

O saldo de R\$713.937 representa a melhor estimativa da Administração para indenização das usinas, considerando os critérios de avaliação definidos pela Aneel e a atualização financeira do período.

O relatório de avaliação dos ativos está sujeito à fiscalização da Aneel, podendo esta solicitar documentação complementar e, assim, os valores resultantes do processo de avaliação podem sofrer ajustes, sendo assegurado à concessionária o direito ao contraditório e ampla defesa.

O prazo e a forma de pagamento dos investimentos realizados após a entrada em operação do projeto básico e ainda não amortizados ou depreciados serão definidos pelo Poder Concedente após a fiscalização e homologação dos valores das indenizações pela Aneel.

13.2 Geração – Bonificação pela outorga

A bonificação paga pela outorga por 30 anos dos contratos de concessão de nº 08 ao 16/2016, referentes às 18 usinas hidrelétricas do Lote D do Leilão nº 12/2015, vencido pela Cemig GT, foi de R\$2.216.353, tendo sido reconhecida como um ativo financeiro, avaliado ao custo amortizado, em função do direito incondicional da Cemig GT de receber o valor pago, atualizado pelo IPCA e somado aos juros remuneratórios (cujo total equivale à taxa interna de retorno do projeto) durante o período de vigência da concessão.

A movimentação destes ativos financeiros é como segue:

SPE	Usinas	Saldo em 31/12/2022	Atualização	Recebimento	Saldo em 31/03/2023
Cemig Geração Três Marias S.A.	Três Marias	1.671.517	73.552	(43.783)	1.701.286
Cemig Geração Salto Grande S.A.	Salto Grande	524.779	23.168	(13.808)	534.139
Cemig Geração Itutinga S.A.	Itutinga	197.984	9.529	(5.870)	201.643
Cemig Geração Camargos S.A.	Camargos	148.407	7.108	(4.370)	151.145
Cemig Geração Sul S.A.	Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau	194.694	9.805	(6.149)	198.350
Cemig Geração Leste S.A.	Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras	133.014	7.225	(4.670)	135.569
Cemig Geração Oeste S.A.	Cajuru, Gafanhoto e Martins	80.023	4.379	(2.839)	81.563
		2.950.418	134.766	(81.489)	3.003.695

13.3 Ativos e passivos setoriais - conta de compensação de variação de valores de itens da “parcela A” (CVA) e outros componentes financeiros

Os saldos desses ativos e passivos financeiros setoriais, que nas informações contábeis intermediárias estão apresentados pelo valor líquido no ativo ou passivo em conformidade aos reajustes tarifários homologados ou a serem homologados, estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas



BALANÇO PATRIMONIAL	31/03/2023			31/12/2022		
	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total
Ativo	246.495	745.045	991.540	544.370	399.720	944.090
Ativo circulante	246.495	467.763	714.258	544.370	201.661	746.031
Ativo não circulante	-	277.282	277.282	-	198.059	198.059
Passivo	-	-	-	-	-	-
Passivo circulante	-	-	-	-	-	-
Passivo não circulante	-	-	-	-	-	-
Total circulante líquido	246.495	467.763	714.258	544.370	201.661	746.031
Total não circulante líquido	-	277.282	277.282	-	198.059	198.059
Total líquido	246.495	745.045	991.540	544.370	399.720	944.090

COMPONENTES FINANCEIROS	31/03/2023			31/12/2022		
	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total
Itens da "Parcela A"						
Quota de recolhimento à conta de desenvolvimento energético – CDE	62.993	(91.656)	(28.663)	140.528	(139.639)	889
Tarifa de uso das instalações de transmissão dos integrantes da rede básica	(33.344)	310.047	276.703	4.297	211.497	215.794
Tarifa de transporte de energia elétrica proveniente de Itaipu	2.856	28.334	31.190	180	17.786	17.966
Programa de incentivo às fontes alternativas de energia – Proinfa	15.844	(32.066)	(16.222)	38.984	(7.872)	31.112
Encargo de serviço do sistema - ESS e encargo de energia de reserva – EER	174.206	321.652	495.858	377.682	204.843	582.525
Energia elétrica comprada para revenda	120.902	(1.560.695)	(1.439.793)	233.721	(1.321.656)	(1.087.935)
Outros componentes financeiros						
Sobrecontratação de energia (1)	16.247	876.410	892.657	40.617	708.966	749.583
Neutralidade da parcela A	(13.073)	323.655	310.582	(32.683)	235.990	203.307
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos	(5.746)	(66.551)	(72.297)	(22.983)	(47.707)	(70.690)
Outros itens financeiros	(94.390)	635.915	541.525	(235.973)	537.512	301.539
Total	246.495	745.045	991.540	544.370	399.720	944.090

- (1) A Cemig Distribuição apresentou sobrecontratação nos anos de 2017 e 2018, sendo que o ganho decorrente da venda da sobra de energia no mercado de curto prazo foi provisoriamente repassado aos consumidores pela Aneel nos reajustes tarifários de 2018 e 2019, incluindo a parcela superior ao limite de 105% da carga regulatória, reduzindo, dessa forma, a tarifa definida. Por entender se tratar de sobrecontratação voluntária, a Companhia considera que a parcela acima do limite regulatório será recuperada no reajuste tarifário subsequente, com base na regulação vigente à época. Em 2020, por meio do Despacho SGT/SEM nº 2.508, foi reconhecida parte do valor referente à sobrecontratação de 2017, no montante de R\$39.270, que foi considerado no processo tarifário de 2021. Em razão dos recursos administrativos apresentados à Aneel, os montantes de sobrecontratação tiveram seus valores ajustados através do Despacho Aneel nº 2.168, de 2022. Com a publicação do despacho, e considerando as regras atuais, o montante de R\$218.900, pendente de repasse de 2017, será considerado no próximo processo tarifário. Em relação ao valor de R\$26.778 relativo à sobrecontratação de 2018, a Companhia permanece reconhecendo o direito e aguarda publicação do respectivo despacho.

A movimentação dos saldos de ativos e passivos setoriais da concessão é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	944.090
Constituição líquida de ativos (passivos) financeiros	339.854
Realização	(319.014)
Atualização Selic (nota 28)	26.610
Saldo em 31 de março de 2023	991.540

Notas Explicativas



14. ATIVOS DE CONTRATO

	Consolidado	
	31/03/2023	31/12/2021
Distribuição - Ativos de infraestrutura em construção	2.225.808	1.849.853
Gás - Ativos de infraestrutura em construção	117.678	116.982
Transmissão - Rede básica - Lei 12.783/13	1.907.414	1.927.040
Transmissão - Ativos remunerados por tarifa	2.877.951	2.810.949
	7.128.851	6.704.824
Circulante	759.414	728.404
Não circulante	6.369.437	5.976.420

A movimentação dos ativos de contrato é como segue:

	Transmissão	Distribuição	Gás	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	4.737.989	1.849.853	116.982	6.704.824
Adições	39.403	633.457	20.093	692.953
Atualização financeira	177.254	-	-	177.254
Recebimentos	(169.343)	-	-	(169.343)
Baixa	-	-	(1.502)	(1.502)
Outras adições	62	-	-	62
Transferências para o ativo financeiro	-	(37.097)	-	(37.097)
Transferências para o ativo intangível	-	(235.988)	(17.895)	(253.883)
Ajuste de ativos em curso	-	15.583	-	15.583
Saldo em 31 de março de 2023	4.785.365	2.225.808	117.678	7.128.851

Dentre as adições realizadas no período findo em 31 de março de 2023, está contemplado o valor de R\$12.325 a título de encargos financeiros capitalizados, conforme apresentado na nota explicativa nº 21. A capitalização dos encargos financeiros é uma operação que não envolve caixa, e, por conseguinte, não está refletida nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa. A taxa utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo passíveis de capitalização foi de 14,23%.

Atividade de transmissão

Para a atividade de transmissão os valores a receber da Companhia são decorrentes dos contratos demonstrados a seguir:

	31/03/2023	31/12/2022
Circulante		
Contrato de Concessão - 004/05	26.417	28.879
Contrato de Concessão - 079/00	46.589	46.685
Contrato de Concessão - 006/11	8.464	8.371
Contrato de Concessão - 006/97		
Rede Básica do Sistema Existente - RBSE	433.533	408.395
Rede Básica de Novas Instalações - RBNI	244.412	236.073
	759.415	728.403
Não circulante		
Contrato de Concessão - 004/05	80.380	81.399
Contrato de Concessão - 079/00	137.886	142.513
Contrato de Concessão - 006/11	85.691	85.391
Contrato de Concessão - 006/97		
Rede Básica do Sistema Existente - RBSE	1.473.881	1.518.645
Rede Básica de Novas Instalações - RBNI	2.248.112	2.181.638
	4.025.950	4.009.586
	4.785.365	4.737.989

Notas Explicativas



15. INVESTIMENTOS

Investidas	Controle	Consolidado		Controladora	
		31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022
Cemig Geração e Transmissão	Controlada	-	-	9.421.054	8.966.797
Guanhães Energia S.A. ("Guanhães Energia")	Controlada em conjunto	199.274	182.579	-	-
Hidrelétrica Cachoeirão S.A. ("Hidrelétrica Cachoeirão")	Controlada em conjunto	50.400	47.096	-	-
Hidrelétrica Pipoca S.A. ("Hidrelétrica Pipoca")	Controlada em conjunto	54.232	46.744	-	-
Madeira Energia ("MESA") (2) (4)	Coligada	-	9.500	-	-
Fundo de Investimento em Participações Melbourne Multiestratégia ("FIP Melbourne") (2) (4)	Coligada	-	7.760	-	-
Retiro Baixo Energética S.A. ("Retiro Baixo") (5)	Controlada em conjunto	189.598	185.495	-	-
Aliança Norte Participações S.A. ("Aliança Norte") (3)	Controlada em conjunto	570.031	575.745	-	-
Baguari Energia S.A. ("Baguari Energia") (5)	Controlada em conjunto	158.171	160.324	-	-
Aliança Geração de Energia S.A. ("Aliança Geração")	Controlada em conjunto	1.229.006	1.193.841	-	-
Amazônia Energia Participações S.A. ("Amazônia Energia") (3)	Controlada em conjunto	872.001	885.529	-	-
Paracambi Energética S.A. ("Paracambi")	Controlada em conjunto	134.080	134.425	-	-
Cemig Distribuição	Controlada	-	-	7.892.630	7.105.260
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa")	Controlada em conjunto	1.529.772	1.548.695	1.529.772	1.548.695
Gasmig	Controlada	-	-	1.851.575	1.749.549
Cemig Sim	Controlada	-	-	215.369	198.880
UFVs (1)	Controlada em conjunto	137.127	127.991	-	-
Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A. ("Sete Lagoas")	Controlada	-	-	69.789	68.263
Total do investimento		5.123.692	5.105.724	20.980.189	19.637.444

- (1) Conjunto de negócios de UFVs, nas quais a investida Cemig Sim possui participação societária.
- (2) Participação indireta na Usina de Santo Antônio por meio dessas investidas.
- (3) Participação indireta na Usina de Belo Monte por meio dessas investidas.
- (4) Em 20 de março de 2023, a Cemig GT concluiu a alienação de sua participação societária, direta e indireta, no capital social da Mesa para Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas"). Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.
- (5) Em 14 de abril de 2023, a Cemig GT celebrou os contratos de compra e venda de ações regulando as alienações da totalidade de suas participações societárias em Retiro Baixo e Baguari Energia para Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas"). Mais detalhes na nota explicativa nº 32.

Para o período findo em 31 de março de 2023, a Companhia concluiu que não houve indicativos de possível desvalorização de seus investimentos, em conformidade ao previsto no CPC 01/IAS 36 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Adicionalmente, em relação ao acima destacado, a Administração da Companhia analisou o risco de continuidade operacional de seus investimentos relevantes, tendo levado em consideração substancialmente as cláusulas de equilíbrio econômico financeiro da Cemig D e Gasmig, a garantia de receitas das transmissoras, a proteção contra redução por força maior dos contratos regulados da geração, bem como as ações legais tomadas pelo Governo Federal e Aneel, concluindo assim pela preparação das informações contábeis intermediárias, da Companhia e de suas controladas, no pressuposto de continuidade.

Movimentação do direito de exploração da atividade regulada

Investidas	Controladora		
	31/12/2022	Amortização	31/03/2023
Paracambi	73.987	(626)	73.361
Taesa	142.141	(2.330)	139.811
Gasmig	380.989	(3.381)	377.608
Sete Lagoas	(4.262)	61	(4.201)
Total	592.855	(6.276)	586.579

Notas Explicativas



Consolidado				
Investidas	31/12/2022	Adição	Amortização	31/03/2023
Cemig Geração e Transmissão				
Retiro Baixo	26.408	-	(347)	26.061
Aliança Geração	276.295	-	(6.327)	269.968
Aliança Norte	44.688	-	(493)	44.195
Paracambi	73.987	-	(626)	73.361
Taesa	142.141	-	(2.330)	139.811
Cemig Sim				
UFVs	14.205	3.031	(181)	17.055
Total	577.724	3.031	(10.304)	570.451

O direito de exploração é reconhecido na combinação de negócios e são amortizados considerando o período de concessão de cada controlada, controlada em conjunto ou coligada.

Movimentação dos investimentos em empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas:

Controladora						
Investidas	31/12/2022	Equivalência patrimonial (Resultado)	Equivalência patrimonial (Outros resultados abrangentes)	Dividendos / JCP	Aportes	31/03/2023
Cemig Geração e Transmissão	8.966.797	608.878	8.635	(163.256)	-	9.421.054
Cemig Distribuição	7.105.260	369.530	28.866	(155.026)	544.000	7.892.630
Gasmig	1.749.549	151.312	-	(49.286)	-	1.851.575
Cemig Sim	198.880	(35)	-	-	16.524	215.369
Sete Lagoas	68.263	1.526	-	-	-	69.789
Taesa	1.548.695	80.785	-	(99.708)	-	1.529.772
Total	19.637.444	1.211.996	37.501	(467.276)	560.524	20.980.189

Notas Explicativas



Consolidado						
Investidas	31/12/2022	Equivalência patrimonial (Resultado)	Dividendos / JCP	Aportes / Aquisições	Alienações	31/03/2023
Hidrelétrica Cachoeirão	47.096	3.304	-	-	-	50.400
Guanhães Energia	182.579	16.695	-	-	-	199.274
Hidrelétrica Pipoca	46.744	7.488	-	-	-	54.232
MESA (1)	9.500	(9.500)	-	-	-	-
FIP Melbourne (1)	7.760	22.326	-	-	(30.086)	-
Paracambi	134.425	(345)	-	-	-	134.080
Baguari Energia	160.324	9.426	(11.579)	-	-	158.171
Amazônia Energia (2)	885.529	(13.736)	-	208	-	872.001
Aliança Norte (2)	575.745	(6.047)	-	333	-	570.031
Taesa	1.548.695	80.785	(99.708)	-	-	1.529.772
Aliança Geração	1.193.841	35.165	-	-	-	1.229.006
Retiro Baixo	185.495	4.103	-	-	-	189.598
UFV Janaúba Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Janaúba")	3.422	301	-	-	-	3.723
UFV Corinto Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Corinto")	8.441	166	-	-	-	8.607
UFV Manga Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Manga")	10.799	210	-	-	-	11.009
UFV Bonfinópolis II Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Bonfinópolis II")	6.406	(153)	-	-	-	6.253
UFV Lagoa Grande Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Lagoa Grande")	14.140	253	-	-	-	14.393
UFV Lontra Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Lontra")	17.526	254	-	-	-	17.780
UFV Mato Verde Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Mato Verde")	6.123	138	-	-	-	6.261
UFV Mirabela Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Mirabela")	4.199	(47)	-	-	-	4.152
UFV Porteirinha I Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Porteirinha I")	4.739	173	-	-	-	4.912
UFV Porteirinha II Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Porteirinha II")	6.604	95	-	-	-	6.699
UFV Brasília Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Brasília")	14.176	157	-	-	-	14.333
Apolo I SPE Empreendimentos e Energia S.A. ("UFV Apolo I")	6.689	52	-	-	-	6.741
Apolo II SPE Empreendimentos e Energia S.A. ("UFV Apolo II")	-	1.520	-	5.759	-	7.279
G2 Campo Lindo I Energia S.A. ("UFV Campo Lindo I")	8.161	100	-	-	-	8.261
G2 Campo Lindo II Energia S.A. ("UFV Campo Lindo II")	8.458	81	-	-	-	8.539
G2 Olaria I Energia S.A. ("UFV Olaria I")	8.108	77	-	-	-	8.185
Total do Investimento	5.105.724	153.041	(111.287)	6.300	(30.086)	5.123.692

(1) Participação indireta na Usina de Santo Antônio por meio dessas investidas.

(2) Participação indireta na Usina de Belo Monte por meio dessas investidas.

A movimentação dos dividendos a receber está demonstrada a seguir:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2022	145.908	2.655.433
Proposta de dividendos feita pelas investidas	111.287	467.276
IRRF sobre JCP declarados por investidas	-	(47.742)
Recebimentos	(99.708)	(654.880)
Saldo em 31 de março de 2023	157.487	2.420.087

Alienação de participação societária - MESA

Em 20 de março de 2023, a Cemig GT concluiu a alienação, para Furnas Centrais Elétricas S.A, da totalidade de sua participação societária em MESA, direta e indireta, equivalente a 7,53% do Capital Social desta investida, que é controladora da empresa Santo Antônio Energia S.A. pelo valor de R\$55.390.

Notas Explicativas



Com a conclusão da alienação, Furnas se comprometeu a assumir as garantias apresentadas pela Cemig e Cemig GT junto ao BNDES e demais credores, no âmbito dos instrumentos de financiamento da SAE, bem como manter a Cemig e a Cemig GT indenidas de qualquer obrigação referente a tais garantias, até que ocorra a efetiva assunção de tais obrigações por Furnas.

Como resultado da alienação, em março de 2023, foi reconhecido um ganho de capital, apurado da seguinte forma:

Controladora e consolidado	
Participação direta:	4,1422%
Participação indireta:	3,3837%
Preço da alienação:	736.000
Participação direta:	30.487
Participação indireta:	24.904
	55.391
Custo do investimento (1):	-

(1) Considerou-se para cálculo o saldo do investimento em 28 de fevereiro de 2023, que representa o último balancete levantado em investida antes da venda, utilizado para escrituração do método da equivalência patrimonial. O saldo do investimento é zero, de maneira que sua baixa não gerou efeitos no resultado, para fins de apuração do ganho de capital da alienação.

O ganho de capital referente à participação direta foi reconhecido no resultado do período em contrapartida à rubrica de caixa e equivalentes de caixa. O valor dos tributos incidentes sobre esse montante corresponde a R\$10.365, que representa 34% (25% de IRPJ e 9% de CSLL).

O ganho de capital referente à participação indireta foi reconhecido a crédito da conta de equivalência patrimonial, haja vista sua origem na realização da participação detida pelo Fundo Melbourne na SAAG. Devido à venda da participação societária pelo fundo de investimento, que subsiste apenas por questões operacionais necessárias à sua liquidação, o saldo a receber dos fundos foi reconhecido no balanço patrimonial, como instrumento financeiro no grupo “outros ativos”, considerando a iminência do seu recebimento.

A presente alienação se insere no contexto de execução do Programa de Desinvestimento da Cemig para, assim, redirecionar os esforços de gestão e a alocação de capital para o Estado de Minas Gerais.

Acordo FIP Melbourne x AGPar – Sentença arbitral CCBC – 86/2016

O CCVA que disciplinou a operação de aquisição das ações da SAAG pela Companhia prevê indenização ao FIP Melbourne pela AGPar em caso de sobrecurso na MESA em função de fato gerador anterior à assinatura do referido contrato. Após a conclusão da transação, em 2014, e até o ano de 2016, houve dispêndios extraordinários, que oneraram o FIP Melbourne e que se enquadravam, na interpretação do FIP, na cobertura prevista no CCVA. Diante da divergência de entendimento sobre a questão com a AGPar, o FIP Melbourne requereu procedimento arbitral junto à Câmara de Comércio Brasil Canadá.

Notas Explicativas



Em janeiro de 2021, foi proferida sentença arbitral final, em favor do FIP Melbourne, sendo que em agosto de 2022 foi celebrado o acordo entre as partes para encerramento do litígio, com o estabelecimento de valor de compensação atualizado de R\$200 milhões, liquidados em 12 de setembro de 2022.

Considerando a participação da Cemig GT no FIP Melbourne, a Companhia possui um recebível registrado no montante de R\$165.826, no balanço patrimonial no grupo de “Outros ativos”.

Amazônia Energia S.A. e Aliança Norte Energia S.A.

A Amazônia Energia e a Aliança Norte são acionistas da Norte Energia S.A. (“NESA”), sociedade titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará. Essa participação indireta da Cemig GT na NESA, por meio das controladas em conjunto mencionadas acima, é de 11,69%.

Em 31 de março de 2023, a NESA apresenta capital circulante líquido negativo de R\$447.437 (R\$494.493 em 31 de dezembro de 2022). De acordo com estimativas e projeções, a situação do capital circulante líquido negativo, assim como as demandas para futuros investimentos na UHE, serão suportadas pelas receitas de operações futuras e/ou captação de financiamentos bancários.

Em 21 de setembro de 2015, a NESA obteve decisão liminar determinando à Aneel que “até a análise do pleito liminar formulado no processo de origem, se abstenha de aplicar à agravante quaisquer penalidades ou sanções em decorrência da não entrada em operação da UHE Belo Monte na data estabelecida no cronograma original do projeto, incluindo aquelas previstas em Resolução Normativa da Aneel nº 595/2013 e no Contrato de Concessão 01/2010-MME da UHE Belo Monte”. A probabilidade de perda foi classificada como possível pelos assessores jurídicos da NESA, e o valor da perda estimada em Belo Monte até 31 de março de 2023 é de R\$2.977 milhões (R\$2.972 milhões em 31 de dezembro de 2022). O potencial impacto para a Companhia está limitado ao seu investimento na NESA.

UFV Três Marias S.A.

A investida UFV Três Marias irá operar a usina fotovoltaica UFV Três Marias com potência instalada de 1,5 MW, localizada no município de Três Marias.

Em 2 de março e 27 de abril de 2023, a Cemig GT realizou, a título de adiantamentos para futuro aumento de capital com caráter definitivo, aportes financeiros e de ativos com o objetivo de viabilizar as operações da investida, sendo R\$32.396 como aporte financeiro e R\$6.886 como aporte de ativos operacionais da usina UFV Três Marias.

Notas Explicativas



16. IMOBILIZADO

Consolidado	31/03/2023			31/12/2022		
	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço						
Terrenos	245.800	(29.589)	216.211	247.028	(29.140)	217.888
Reservatórios, barragens e adutoras	3.238.648	(2.411.046)	827.602	3.302.646	(2.432.974)	869.672
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.084.847	(845.618)	239.229	1.092.227	(859.006)	233.221
Máquinas e equipamentos	2.692.987	(2.020.839)	672.148	2.764.985	(2.059.246)	705.739
Veículos	16.054	(13.228)	2.826	14.970	(13.050)	1.920
Móveis e utensílios	13.762	(11.594)	2.168	13.739	(11.514)	2.225
	7.292.098	(5.331.914)	1.960.184	7.435.595	(5.404.930)	2.030.665
Em curso	447.855	-	447.855	378.686	-	378.686
Imobilizado líquido	7.739.953	(5.331.914)	2.408.039	7.814.281	(5.404.930)	2.409.351

Controladora	31/03/2023			31/12/2022		
	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço						
Terrenos	82	-	82	82	-	82
Edificações, obras civis e benfeitorias	55	(27)	28	55	(26)	29
Máquinas e equipamentos	5.164	(5.093)	71	5.200	(5.124)	76
Móveis e utensílios	727	(702)	25	727	(700)	27
	6.028	(5.822)	206	6.064	(5.850)	214
Em curso	1.029	-	1.029	1.026	-	1.026
Imobilizado líquido	7.057	(5.822)	1.235	7.090	(5.850)	1.240

A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2022	Adição	Baixa	Depreciação	Transferência	Saldo em 31/03/2023
Em serviço						
Terrenos (1)	217.888	-	(848)	(829)	-	216.211
Reservatórios, barragens e adutoras	869.672	-	(21.710)	(20.360)	-	827.602
Edificações, obras civis e benfeitorias	233.221	-	(3.891)	(4.331)	14.230	239.229
Máquinas e equipamentos (2)	705.739	-	(23.691)	(16.853)	6.953	672.148
Veículos	1.920	-	-	(178)	1.084	2.826
Móveis e utensílios	2.225	-	-	(76)	19	2.168
	2.030.665	-	(50.140)	(42.627)	22.286	1.960.184
Em curso	378.686	93.295	(1.840)	-	(22.286)	447.855
Imobilizado líquido	2.409.351	93.295	(51.980)	(42.627)	-	2.408.039

(1) Determinados terrenos vinculados a contratos de concessão sem previsão de indenização são amortizados de acordo com o período da concessão.

(2) Reversão de provisão para redução ao valor recuperável de ativos vinculados a obras.

Controladora	Saldo em 31/12/2022	Adição	Depreciação	Saldo em 31/03/2023
Em serviço				
Terrenos	82	-	-	82
Edificações, obras civis e Benfeitorias	29	-	(1)	28
Máquinas e equipamentos	76	-	(5)	71
Móveis e utensílios	27	-	(2)	25
	214	-	(8)	206
Em curso	1.026	3	-	1.029
Imobilizado líquido	1.240	3	(8)	1.235

Consórcio

A Companhia participa no consórcio de geração de energia elétrica de Queimado, para o qual não foi constituída entidade com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão. A parcela da Companhia no consórcio é registrada e controlada individualmente nas respectivas rubricas de ativo imobilizado e intangível.

Notas Explicativas



Consolidado	Participação na energia gerada (%)	Taxa média anual de Depreciação (%)	31/03/2023	31/12/2022
Em serviço				
Usina de Queimado	82,50	3,94	220.096	220.009
Depreciação acumulada			(136.498)	(134.524)
Total em operação			83.598	85.572
Em curso				
Usina de Queimado	82,50	-	1.966	1.962
Total em construção			1.966	1.962
Total			85.564	87.534

17. INTANGÍVEIS

Consolidado	31/03/2023			31/12/2022		
	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor residual	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor residual
Em serviço						
Com vida útil definida						
Servidão	14.689	(5.574)	9.115	14.692	(5.405)	9.287
Concessão onerosa	13.599	(9.272)	4.327	13.599	(9.116)	4.483
Ativos de concessão	24.068.709	(10.454.827)	13.613.882	23.813.446	(10.259.144)	13.554.302
Ativos de concessão - GSF	1.031.161	(233.140)	798.021	1.031.810	(199.809)	832.001
Outros	99.503	(77.613)	21.890	92.279	(76.838)	15.441
	25.227.661	(10.780.426)	14.447.235	24.965.826	(10.550.312)	14.415.514
Em curso	196.984	-	196.984	206.339	-	206.339
Intangível líquido	25.424.645	(10.780.426)	14.644.219	25.172.165	(10.550.312)	14.621.853

Controladora	31/03/2023			31/12/2022		
	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor residual	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor residual
Em serviço						
Com vida útil definida						
Direito de uso de softwares	13.565	(13.276)	289	13.564	(13.136)	428
Outros	17	(17)	-	17	(17)	-
	13.582	(13.293)	289	13.581	(13.153)	428
Em curso	150	-	150	119	-	119
Intangível líquido	13.732	(13.293)	439	13.700	(13.153)	547

A movimentação do ativo intangível é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2022	Adição	Baixa	Amortização	Transferência (1)	Saldo em 31/03/2023
Em serviço						
Com vida útil definida						
Servidão	9.287	-	(3)	(169)	-	9.115
Concessão onerosa	4.483	-	-	(156)	-	4.327
Ativos de concessão	13.554.302	(458)	(4.485)	(215.550)	280.073	13.613.882
Ativos de concessão - GSF	832.001	-	(473)	(33.507)	-	798.021
Outros	15.441	-	-	(885)	7.334	21.890
	14.415.514	(458)	(4.961)	(250.267)	287.407	14.447.235
Em curso	206.339	27.680	(3.511)	-	(33.524)	196.984
Intangível líquido	14.621.853	27.222	(8.472)	(250.267)	253.883	14.644.219

Controladora	Saldo em 31/12/2022	Adição	Amortização	Saldo em 31/03/2023
Em serviço				
Direito de uso de softwares	428	-	(139)	289
	428	-	(139)	289
Em curso	119	31	-	150
Intangível líquido	547	31	(139)	439

Notas Explicativas



18. ARRENDAMENTOS

a) Direito de uso

A movimentação do ativo de direito de uso é como segue:

Consolidado	Imóveis	Veículos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	213.645	115.432	329.077
Amortização (1)	(2.979)	(7.236)	(10.215)
Direito de uso recebido na combinação de negócios	84	-	84
Baixa (contratos encerrados)	(176)	-	(176)
Adição	1.804	2.126	3.930
Remensuração (2)	82	54.671	54.753
Saldo em 31 de março de 2023	212.460	164.993	377.453

- (1) A amortização do direito de uso reconhecida no resultado está líquida do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de aluguéis, no montante de R\$177 no período de janeiro a março de 2023 (R\$157 no mesmo período de 2022).
- (2) A Companhia e suas controladas identificaram eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento com ajuste ao ativo de direito de uso.

Controladora	Imóveis
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.151
Amortização (1)	(23)
Saldo em 31 de março de 2023	2.128

- (1) A amortização do direito de uso reconhecida no resultado está líquida do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de aluguéis, no montante de R\$2 no período de janeiro a março de 2023 (R\$2 no mesmo período de 2022).
- (2) A Companhia e suas controladas identificaram eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento com ajuste ao ativo de direito de uso.

b) Passivo de arrendamentos

A movimentação do passivo de arrendamentos é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2022	354.633	2.426
Adição	3.930	-
Passivo de arrendamento recebido na combinação de negócios	599	-
Juros incorridos (1)	8.368	76
Arrendamentos pagos	(15.736)	(79)
Juros sobre arrendamentos pagos	(624)	(2)
Baixa (contratos encerrados)	(199)	-
Remensuração (2)	54.753	-
Saldo em 31 de março de 2023	405.724	2.421
Passivo circulante	71.676	301
Passivo não circulante	334.048	2.120

- (1) As despesas financeiras reconhecidas no resultado estão líquidas do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de aluguéis, nos montantes de R\$489 e R\$6 no período de janeiro a março de 2023 (R\$452 e R\$5 no mesmo período de 2022), para as demonstrações consolidadas e da controladora, respectivamente.
- (2) Companhia e suas controladas identificaram eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento com ajuste ao ativo de direito de uso.

As adições e baixas nos arrendamentos são operações que não envolvem caixa, e, por conseguinte, não estão refletidas nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

Notas Explicativas



O direito potencial de recuperar PIS/Pasep e Cofins embutido na contraprestação de arrendamento, de acordo com os períodos previstos para pagamento, é apresentado a seguir:

Fluxo de caixa	Consolidado		Controladora	
	Nominal	Ajustado a valor presente	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	855.639	405.724	7.325	2.421
PIS/Pasep e Cofins potencial (9,25%)	58.139	20.386	678	224

A Companhia, na mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2) / IFRS 16.

Os fluxos de caixa dos contratos de arrendamento são, em sua maioria, atualizados pelo IPCA, anualmente. A análise de vencimento do passivo de arrendamentos é apresentada a seguir:

	Consolidado (nominal)	Controladora (nominal)
2023	57.139	241
2024	82.569	322
2025	72.506	322
2026	72.339	322
2027	60.368	322
2028 a 2048	510.718	5.796
Valores não descontados	855.639	7.325
Juros embutidos	(449.915)	(4.904)
Passivo de arrendamento	405.724	2.421

19. FORNECEDORES

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022
Energia elétrica comprada para revenda	1.000.462	1.162.009	183.435	151.715
Energia de curto prazo - CCEE	131.864	110.075	-	-
Encargos de uso da rede elétrica	210.828	206.759	95	95
Itaipu binacional	176.434	273.618	-	-
Gás comprado para revenda	283.680	277.750	-	-
Materiais e serviços	644.400	801.838	3.940	546
	2.447.668	2.832.049	187.470	152.356

Notas Explicativas



20. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022
Circulante				
ICMS	143.633	107.523	13.081	15.318
Cofins (1)	206.953	199.179	34.477	28.128
PIS/Pasep (1)	44.918	43.214	7.463	6.084
INSS	45.326	43.870	1.991	2.011
Outros (2)	127.214	150.360	40.882	88.062
	568.044	544.146	97.894	139.603
Não circulante				
Cofins (1)	304.116	304.057	-	-
PIS/Pasep (1)	66.163	66.111	-	-
	370.279	370.168	-	-
	938.323	914.314	97.894	139.603
Valores a serem restituídos a consumidores				
Circulante				
PIS/Pasep e Cofins	458.810	1.154.798	-	-
ICMS (3)	340.800	340.800	-	-
Não circulante				
PIS/Pasep e Cofins	1.873.038	1.808.074	-	-
	2.672.648	3.303.672	-	-

- (1) PIS/Pasep e Cofins registrados no passivo circulante incluem o diferimento sobre a remuneração financeira do ativo de contrato e sobre as receitas de construção e melhoria vinculadas aos contratos de transmissão. Para mais informações, ver nota explicativa nº 13.
- (2) O saldo de 31 de março de 2023 inclui as retenções na fonte de imposto de renda sobre os juros sobre o capital próprio declarados em 27 de março de 2023, cujo recolhimento ocorreu em abril de 2023, em conformidade à legislação tributária.
- (3) Em 23 de junho de 2022 foi promulgada a Lei Complementar nº 194, com vigência imediata, que promoveu alterações no Código Tributário Nacional (CTN) e na Lei Complementar nº 87/96 (Lei Kandir), classificando a energia elétrica, dentre outros bens, como essencial, vedando a fixação de alíquotas de ICMS para operações com esses bens em patamar superior ao das operações em geral e aplicando a não incidência desse tributo sobre serviços de transmissão, distribuição e encargos setoriais vinculados às operações com energia elétrica.

Os valores de PIS/Pasep e Cofins a restituir aos consumidores referentes aos créditos a serem aproveitados pela Cemig D e pela Gasmig em razão da exclusão do ICMS da base de cálculo destas contribuições representam o valor de R\$2.331.848, já tendo sido restituído o montante de R\$4.639.359 até 31 de março de 2023 (R\$3.943.371 até 31 de dezembro de 2022).

Em complemento ao passivo relativo à parcela dos créditos tributários correspondentes ao período dos últimos 10 anos, a Cemig D registrou, em junho de 2022, o montante atualizado de R\$624.251 decorrentes da homologação do Reajuste Tarifário Anual de 2022, que considerou os efeitos do Projeto de Lei nº 1.280/22, convertido na Lei nº 14.385/22 em 27 de junho de 2022. O saldo registrado está líquido de PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre a receita financeira auferida sobre suas atualizações.

A referida Lei determina a destinação integral, em proveito dos consumidores, dos valores objeto de repetição de indébito pelas distribuidoras, relacionados à exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS/Pasep e Cofins. Como consequência, foi registrado também o montante atualizado de R\$1.479.010 referente à obrigação de devolução integral do referido crédito tributário aos consumidores, referente ao montante excedente àquele incluído no Reajuste Tarifário Anual de 2022, referente ao período a partir do 11º ano, contados retroativamente à data do trânsito em julgado da ação. A Administração da Companhia avalia junto aos seus assessores legais eventuais ações futuras relacionadas à questão.

Notas Explicativas



Em dezembro de 2022, a Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia (Abradee) entrou com Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no Supremo Tribunal Federal (STF) com pedido de medida cautelar contra o artigo 1º da Lei nº 14.385/2022, que, alterando a Lei nº 9.427/1996, determina e disciplina a destinação aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, pela via tarifária, dos indêbitos tributários do PIS e da Cofins restituídos como consequência da exclusão do ICMS de suas bases de cálculo relativos ao Tema nº 69 da Repercussão Geral da Suprema Corte e decorrentes de ações ajuizadas pelas empresas distribuidoras.

A Companhia está restituindo os valores aos consumidores conforme abaixo:

- Em 18 de agosto de 2020, a Aneel homologou a incorporação no reajuste tarifário de 2020 de um componente financeiro negativo de R\$714.339, que vigorou de 19 de agosto de 2020 até 27 de maio de 2021, correspondente a parte dos recursos levantados judicialmente em função do trânsito em julgado da Ação.
- Em 25 de maio de 2021, a Aneel homologou a incorporação no reajuste tarifário de 2021, que vigorou de 28 de maio de 2021 até 27 de maio de 2022, do componente financeiro negativo de R\$1.573.000, correspondente ao montante total dos créditos compensados e levantados judicialmente.
- Em 22 de junho de 2022, a Aneel homologou a incorporação no reajuste tarifário de 2022, que vigora desde 22 de junho de 2022 até 27 de maio de 2023, do componente financeiro negativo de R\$2.810.830, correspondente à devolução de créditos de PIS/Pasep e Cofins. Mais detalhes sobre os créditos estão disponíveis na nota explicativa 7a. Para mais informações sobre o reajuste tarifário da Cemig D, ver nota explicativa 13.4.

A controlada Gasmig registrou o passivo correspondente aos valores a serem devolvidos aos seus clientes considerando efeitos retrospectivos de 10 anos, sendo este no montante atualizado de R\$173.545. Os critérios para a restituição dos créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores ainda serão objeto de discussões junto à Secretaria de Desenvolvimento de Minas Gerais.

Notas Explicativas



21. EMPRÉSTIMOS E DEBÊNTURES

Financiadores	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais	Moedas	Consolidado			
				31/03/2023			31/12/2022
				Circulante	Não circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
Eurobonds (1)	2024	9,25%	U\$\$	133.537	3.841.342	3.974.879	3.974.971
(-) Custos de transação				-	(3.917)	(3.917)	(5.743)
(±) Recursos antecipados (2)				-	(6.442)	(6.442)	(9.423)
Dívida em moeda estrangeira				133.537	3.830.983	3.964.520	3.959.805
MOEDA NACIONAL							
Eletrobrás (3)	2023	UFIR + 6,00% a 8,00%	R\$	1.572	-	1.572	2.380
Dívida em moeda nacional				1.572	-	1.572	2.380
Total de empréstimos				135.109	3.830.983	3.966.092	3.962.185
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série (3)(4)	2025	IPCA + 5,10%	R\$	300.929	297.395	598.324	911.878
Debêntures - 7ª Emissão - 1ª Série (3)(4)	2024	CDI + 0,45%	R\$	544.272	134.999	679.271	814.697
Debêntures - 7ª Emissão - 2ª Série (3)(4)	2026	IPCA + 4,10%	R\$	22.570	1.901.544	1.924.114	1.864.547
Debêntures - 8ª Emissão - 1ª Série (3)(4)	2027	CDI + 1,35%	R\$	21.192	500.000	521.192	503.095
Debêntures - 8ª Emissão - 2ª Série (3)(4)	2029	IPCA + 6,10%	R\$	9.147	516.930	526.077	507.408
Debêntures - 7ª emissão - Série única (5)	2023	CDI + 1,50%	R\$	20.034	-	20.034	20.023
Debêntures - 8ª emissão - Série única (5)	2031	IPCA + 5,27%	R\$	6.416	1.046.089	1.052.505	1.043.943
Debêntures - 9ª Emissão - 1ª Série (1)	2027	CDI + 1,33%	R\$	28.402	700.000	728.402	703.185
Debêntures - 9ª Emissão - 2ª Série (1)	2029	IPCA + 7,63%	R\$	6.443	308.032	314.475	302.216
(-) Deságio na emissão de debêntures (6)				-	(11.220)	(11.220)	(12.048)
(-) Custos de Transação				(3.030)	(36.919)	(39.949)	(41.631)
Total de debêntures				956.375	5.356.850	6.313.225	6.617.313
Total geral consolidado				1.091.484	9.187.833	10.279.317	10.579.498

(1) Cemig Geração e Transmissão;

(2) Antecipação de recursos para atingir a taxa de retorno até o vencimento (*Yield to Maturity*) acordado em contrato do Eurobonds;

(3) Debêntures emitidas pela Cemig Distribuição;

(4) Debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativa e escritural e não há cláusulas de repactuação;

(5) Debêntures emitidas pela Gasmig. Os recursos provenientes da 8ª emissão de debêntures, concluída pela Gasmig em 10 de setembro de 2020, no montante de R\$850.000, foram utilizados para resgate das notas promissórias emitidas em 26 de setembro de 2019, com prazo de 12 meses, cujos recursos foram integralmente destinados ao pagamento do bônus de outorga do contrato de concessão de distribuição de gás;

(6) Deságio no preço de venda da 2ª série da 7ª emissão da Cemig Distribuição.

As debêntures de emissão das controladas são do tipo “simples” não conversíveis em ações, não havendo cláusulas de repactuação e debêntures em tesouraria.

Garantias

O saldo devedor dos empréstimos e debêntures, em 31 de março de 2023, é garantido da seguinte forma:

	31/03/2023
Nota promissória, aval e fiança	4.562.634
Aval e recebíveis	2.588.387
Fiança	2.073.153
Recebíveis	1.529
Sem garantia	1.053.614
Total	10.279.317

Notas Explicativas



A composição consolidada dos empréstimos e debêntures, por moeda e indexador, com a respectiva amortização é como segue:

Consolidado	2023	2024	2025	2026	2027	2028 em diante	Total
Moedas							
Dólar Norte-Americano	133.537	3.841.342	-	-	-	-	3.974.879
Total por moedas	133.537	3.841.342	-	-	-	-	3.974.879
Indexadores							
IPCA (1)	48.109	408.157	1.365.084	1.073.841	129.223	1.391.081	4.415.495
UFIR/RGR (2)	1.572	-	-	-	-	-	1.572
CDI (3)	478.900	269.999	233.334	233.333	733.333	-	1.948.899
Total por indexadores	528.581	678.156	1.598.418	1.307.174	862.556	1.391.081	6.365.966
(-) Custos de transação	(2.642)	(7.397)	(4.370)	(4.426)	(4.344)	(20.687)	(43.866)
(±) Recursos antecipados	-	(6.442)	-	-	-	-	(6.442)
(-) Deságio	-	-	(5.443)	(5.443)	-	(334)	(11.220)
Total geral	659.476	4.505.659	1.588.605	1.297.305	858.212	1.370.060	10.279.317

- (1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);
 (2) Unidade Fiscal de Referência (UFIR/RGR), utilizada até sua extinção;
 (3) Certificado de Depósito Interbancário (CDI);
 (4) Unidade de Referência de Taxa de Juros (URTJ) / Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP);

O dólar norte americano e os indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos tiveram as seguintes variações nos períodos apresentados:

Moeda	Variação acumulada no primeiro trimestre de 2023 (%)	Variação acumulada no primeiro trimestre de 2022 (%)	Indexador	Variação acumulada no primeiro trimestre de 2023 (%)	Variação acumulada no primeiro trimestre de 2022 (%)
Dólar Norte-Americano	(2,63)	(15,10)	IPCA	(6,25)	3,20
			CDI	3,20	2,39
			TJLP	2,36	14,29

A movimentação dos empréstimos e debêntures é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	10.579.498
Variação monetária	71.950
Variação cambial	(103.814)
Encargos financeiros provisionados	254.672
Amortização do custo de transação	3.542
Encargos financeiros pagos	(97.999)
Amortização de empréstimos	(428.532)
Saldo em 31 de março de 2023	10.279.317

Encargos financeiros capitalizados

As controladas Cemig D e Gasmig incorporaram ao custo de construção da infraestrutura da concessão os encargos dos empréstimos e debêntures vinculados a obras, conforme abaixo:

	Jan a Mar/2023	Jan a Mar/2022
Encargos de empréstimos e debêntures	254.750	232.247
Encargos financeiros capitalizados nos ativos de contrato e intangível	(12.325)	(8.524)
Efeito líquido no resultado	242.425	223.723

- (1) A taxa média de capitalização foi de 14,23% a.a. em 31 de março de 2023 (10,18% a.a. em 31 de março de 2022).

Os valores dos encargos capitalizados não foram considerados nas adições ao fluxo de caixa das atividades de investimentos, para fins das Demonstrações dos Fluxos de Caixa, por não representarem saída de caixa para aquisição do referido ativo.

Notas Explicativas



Cláusulas contratuais restritivas - “Covenants”

Há cláusulas de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado, da Cemig D, GT ou da Companhia, superior a R\$50 milhões (“cross default”).

A Companhia e suas controladas possuem contratos com Cláusulas Restritivas (“Covenants”) atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Título	Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido emissora	Índice requerido Cemig (garantidora)	Exigibilidade de cumprimento
Eurobonds Cemig GT (1) 7ª e 8ª emissão de debêntures Cemig D	Dívida Líquida / EBITDA Ajustado para o Covenant (3)	Igual ou inferior a 2,5 em 31/12/2021 em diante	Igual ou inferior a 3,0 em 31/12/2021 em diante	Semestral e anual
	Dívida Líquida / Ebitda ajustado	Igual ou inferior a 3,5	Igual ou inferior a 3,0	Semestral e anual
Debêntures Gasmig – 8ª emissão série única (2)	EBITDA/Serviço da Dívida	Igual ou maior que 1,3	-	Anual
	Dívida Líquida/EBITDA	Igual ou menor que 3,0	-	Anual
9ª emissão de debêntures 1ª e 2ª séries Cemig GT (3)	Dívida líquida/EBITDA Ajustado	Igual ou inferior a 3,5 de 31/12/2022 em diante	Igual ou inferior a 3,0 de 31/12/2022 em diante Igual ou inferior a 3,5 de 31/12/2026 em diante	Semestral e anual

- (1) O Ebtida ajustado corresponde ao lucro antes dos juros, impostos de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização, calculado conforme a Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, do qual é subtraído o resultado não operacional, quaisquer créditos e ganhos não monetários que aumentem o lucro líquido, na medida em que não sejam recorrentes, e quaisquer pagamentos em dinheiro efetuados em bases consolidadas durante esse período, referentes a encargos não monetários que foram adicionados novamente na determinação do Ebtida em qualquer período anterior, e acréscido de despesas não monetárias e encargos não monetários, na medida em que não sejam recorrentes.
- (2) O não cumprimento dos covenants financeiros implica em vencimento antecipado não automático. Caso seja declarado o vencimento antecipado pelos debenturistas, a Gasmig deverá efetuar o pagamento após recebimento da notificação.
- (3) O não cumprimento dos covenants financeiros implica em vencimento antecipado, acarretando a imediata exigibilidade do pagamento pela Cemig GT do Valor Nominal Unitário ou Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, conforme o caso, acréscido de remuneração, além dos demais encargos devidos, independente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

A Administração monitora esses índices de forma que as condições sejam atendidas.

As informações relativas aos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção do serviço associado à dívida com *Eurobonds* (principal em moeda estrangeira mais juros), bem como a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, são divulgadas na nota explicativa nº 30.

Notas Explicativas



22. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado	
	31/03/2023	31/12/2022
Passivo		
Reserva global de reversão – RGR	28.099	28.245
Conta de desenvolvimento energético – CDE	115.638	127.370
Taxa de fiscalização da Aneel	2.918	2.890
Eficiência energética	221.111	220.802
Pesquisa e desenvolvimento	137.509	125.864
Pesquisa expansão sistema energético	5.841	4.049
Fundo nacional de desenvolvimento científico tecnológico	11.698	8.114
Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica - Proinfa	10.512	10.291
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	7.941	10.424
Encargo de capacidade emergencial	26.325	26.325
Encargos consumidor - bandeiras tarifárias	16	16
CDE sobre P&D	3.627	2.551
CDE sobre PEE	1.860	4.041
Outros	4.625	4.625
Total	577.720	575.607
Passivo circulante	530.616	510.247
Passivo não circulante	47.104	65.360

23. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Movimentação do passivo líquido

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2022	2.317.621	3.313.138	61.226	5.691.985
Despesa reconhecida no resultado	68.029	98.384	1.840	168.253
Custo do serviço passado	-	(55.489)	(1.472)	(56.961)
Contribuições pagas	(68.162)	(50.389)	(964)	(119.515)
Perdas (ganhos) atuariais	-	(60.274)	(934)	(61.208)
Passivo líquido em 31 de março de 2023	2.317.488	3.245.370	59.696	5.622.554
			31/03/2023	31/12/2022
Passivo circulante			399.078	388.447
Passivo não circulante			5.223.476	5.303.538

Controladora	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2022	459.146	206.722	4.673	670.541
Despesa reconhecida no resultado	13.475	5.950	135	19.560
Custo do serviço passado	-	(2.075)	(74)	(2.149)
Contribuições pagas	(3.353)	(2.830)	(57)	(6.240)
Perdas (ganhos) atuariais	-	(4.295)	(92)	(4.387)
Passivo líquido em 31 de março de 2023	469.268	203.472	4.585	677.325
			31/03/2023	31/12/2022
Passivo circulante			29.689	29.166
Passivo não circulante			647.636	641.375

Os valores registrados no passivo circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Cemig e suas controladas, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado consolidado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego, no montante de R\$159.998 no período de janeiro a março de 2023 (R\$153.480 no mesmo período de 2022), mais os encargos e variação monetária da dívida pactuada com a Forluz, no montante de R\$8.255 de janeiro a março de 2023 (R\$14.040 no mesmo período de 2022).

Notas Explicativas



Plano de saúde e odontológico

A partir de dezembro de 2022, em substituição ao Plano de Saúde Integrado (PSI) então vigente, a Cemig Saúde passou a ofertar um novo plano de saúde, denominado Plano Premium, o qual foi ofertado a todos empregados ativos da Cemig e integralmente custeado pela Companhia. Em contrapartida ao custeio integral pela Companhia, os empregados que fizessem a adesão ao novo plano deixariam de ter a contribuição da Cemig para o custeio do plano de saúde no período de aposentadoria. O período para as adesões nas condições propostas pela Companhia se encerrou em 31 de janeiro de 2023 e, até a citada data, houve a migração de uma parcela de colaboradores para o Plano Premium, reduzindo o número de empregados cobertos pelo PSI.

À luz do CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, tal situação é um evento de encurtamento (*curtailment*), o qual levou à necessidade de que a Companhia remensurasse seus passivos pós-emprego para a data base de 31 de março de 2023. Os efeitos do encurtamento do plano foram reconhecidos no resultado como custo do serviço passado, no montante de R\$55.489 para o plano de saúde e de R\$1.473 para o plano odontológico.

Vale ressaltar que o evento de encurtamento apurado para o trimestre afetou as premissas atuariais, no sentido de alterar as taxas de desconto aplicadas aos planos. Como a nova taxa de desconto foi maior, houve uma redução do passivo e, portanto, um ganho atuarial de R\$60.274 para o plano de saúde e de R\$934 para o plano odontológico.

Dívida pactuada com o fundo de pensão - Forluz

Em 31 de março de 2023, a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação a pagar referente a déficits atuariais passados relacionados ao fundo de pensão no montante de R\$215.239 (R\$251.401 em 31 de dezembro de 2022). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar e está sendo amortizado até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e reajustadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido de 6% ao ano. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Companhia mantém o registro integral da dívida, de forma específica, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

Equacionamento do déficit do Plano A da Forluz

A Forluz e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D assinaram Instrumentos de Assunção de Dívida para Cobertura do Déficit do Plano A relativos aos anos de 2015, 2016 e 2017. Em 31 de março de 2023, o montante total a ser pago pela Cemig em decorrência dos déficits é de R\$543.041 (R\$547.251 em 31 de dezembro de 2022, referente aos déficits de 2015, 2016 e 2017).

Notas Explicativas



As amortizações mensais são calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e serão pagas até 2031 para os déficits de 2015 e 2016, no montante de R\$360.270, e até 2033 para o déficit de 2017, no montante de R\$182.771. Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor são de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral dos contratos, a Companhia ficará dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e os contratos serão extintos.

Depósitos em consignação à Forluz

Equacionamento do déficit 2019

Em dezembro de 2020, em conformidade com a legislação específica, a Forluz encaminhou à Cemig proposta de celebração de um novo Instrumento Particular de Assunção de Dívida entre a Forluz e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D, conforme plano de equacionamento para cobertura de déficit do Plano A da Forluz verificado em 2019. O montante total a ser pago pela Cemig e suas controladas em decorrência do déficit apurado no Plano A, sem considerar a paridade contributiva, é de R\$160.425, através de 166 parcelas mensais, incidindo juros remuneratórios sobre o saldo devedor de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral do contrato, a Companhia e suas controladas ficariam dispensadas do pagamento das parcelas remanescentes e o contrato seria extinto.

A Companhia, reconhecendo a obrigação legal quanto ao déficit do Plano A, correspondente a 50% do valor mínimo, respeitando a regra de paridade contributiva, realizou os pagamentos em consignação, no montante de R\$19.158 (R\$16.636 em 31 de dezembro de 2022), que ficaram à disposição da Forluz para serem resgatados em conta em banco oficial. Devido à recusa do recebimento deste montante pela Forluz, a Companhia propôs, em 26 de maio de 2021, Ação de Consignação de Pagamento.

A Forluz, em decorrência da não celebração do Instrumento Particular de Assunção de Dívida para cobertura do valor mínimo proposto no plano de equacionamento do déficit atuarial do Plano A verificado em 2019, bem como da recusa dos pagamentos em consignação realizados pela Companhia, entrou, em 27 de abril de 2021, com ação judicial contra as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D, requerendo que seja julgado procedente o pedido para assegurar o cumprimento da contratação da dívida para a cobertura do déficit do Plano A, no montante de R\$160.425, referente ao exercício de 2019.

Em 2022, a 1ª instância do Tribunal de Justiça de Minas Gerais proferiu decisão favorável à Forluz, julgando improcedentes os pedidos da Companhia. Entretanto, para essa discussão cabe continuidade em instâncias superiores. Por isso, a Companhia, amparada na avaliação de seus especialistas, optou pela manutenção da contingência de perda como possível.

Notas Explicativas



Equacionamento do déficit 2020

Em 31 de março de 2022, considerando a divergência mencionada no item anterior, foi iniciada consignação em pagamento do déficit de 2020 do Plano A, com o depósito da primeira parcela, limitada a 50% dos valores previstos no Plano proposto pela Forluz, com respeito à norma constitucional da paridade contributiva, sendo este recusado pela entidade de Previdência, exercendo possibilidade processual cabível, em 18 de abril de 2022. O montante depositado pela Companhia foi de R\$14.556 (R\$10.877 em 31 de dezembro de 2022), que ficará mantido em banco oficial à disposição da Forluz em conta consignada.

O montante total que deveria ser pago pela Companhia em decorrência do déficit apurado no Plano A caso não fosse considerada a paridade contributiva, seria de R\$251.644, por meio de 158 parcelas mensais, incidindo juros remuneratórios sobre o saldo devedor de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral do contrato, a Companhia ficaria dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e o contrato seria extinto.

24. PROVISÕES

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Nesse contexto, considerando a avaliação da Companhia e de seus assessores legais, foram constituídas provisões para as ações judiciais cuja expectativa de perda é considerada provável, conforme segue:

	Consolidado				
	31/12/2022	Adições	Reversões	Liquidações	31/03/2023
Trabalhistas	414.809	28.769	(6.622)	(22.922)	414.034
Cíveis					
Relações de consumo	41.208	15.007	(5.661)	(9.616)	40.938
Outras ações cíveis	36.296	3.654	-	(3.372)	36.578
	77.504	18.661	(5.661)	(12.988)	77.516
Tributárias	1.474.690	38.533	-	(30)	1.513.193
Regulatórias	47.493	1.498	(20)	(179)	48.792
Outras	14.525	12.178	(9.225)	(11.020)	6.458
Total	2.029.021	99.639	(21.528)	(47.139)	2.059.993

	Controladora				
	31/12/2022	Adições	Reversões	Liquidações	31/03/2023
Trabalhistas	40.743	6.689	(2.405)	(6.689)	38.338
Cíveis					
Relações de consumo	4.527	188	(2.053)	(69)	2.593
Outras ações cíveis	3.609	421	-	(289)	3.741
	8.136	609	(2.053)	(358)	6.334
Tributárias	221.494	5.870	-	(8)	227.356
Regulatórias	8.462	284	-	-	8.746
Outras	306	244	(74)	(240)	236
Total	279.141	13.696	(4.532)	(7.295)	281.010

Notas Explicativas



Adicionalmente, há ações judiciais cuja expectativa de perda é considerada possível, uma vez que os assessores legais da Companhia e de suas controladas as avaliaram com chances possíveis de obter êxito, não sendo constituída provisão, conforme segue:

	Perda Possível			
	Consolidado		Controladora	
	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022
Trabalhistas	1.333.035	1.198.657	125.803	110.093
Cíveis				
Relações de consumo	246.763	230.919	9.527	8.329
Outras ações cíveis	559.372	527.753	37.979	33.142
	806.135	758.672	47.506	41.471
Tributárias	2.302.734	2.084.899	570.818	593.075
Regulatórias	3.221.057	3.044.857	1.432.414	1.402.417
Outras	1.438.746	1.371.168	27.301	10.035
Total	9.101.707	8.458.253	2.203.842	2.157.091

A Administração da Companhia e de suas controladas, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas informações contábeis intermediárias a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de quaisquer possibilidades de reembolsos.

A Companhia e suas controladas acreditam que eventuais desembolsos após o desfecho dos respectivos processos, em excesso aos montantes provisionados, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e da sua posição financeira.

As principais provisões e passivos contingentes estão detalhados a seguir, incluindo a melhor expectativa dos desembolsos futuros para sua liquidação.

Tributárias

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD), ao Programa de Integração Social (PIS), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e aos embargos à execução fiscal. O valor da contingência é, aproximadamente, de R\$296.654 (R\$276.265 em 31 de dezembro de 2022), dos quais R\$25.248 (R\$22.664 em 31 de dezembro de 2022) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Adicionalmente às questões acima, a Companhia e suas controladas são partes em diversas ações judiciais em que se discutem a não incidência do Imposto Territorial Urbano – IPTU, relativamente aos imóveis afetos à concessão do serviço público. O valor da contingência é de R\$182.839 (R\$94.324 em 31 de dezembro de 2022), dos quais R\$3.583 foram provisionados (R\$3.525 em 31 de dezembro de 2022), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões. A Companhia tem logrado êxito em seus esforços no sentido de suspender a exigibilidade do crédito tributário de IPTU tendo obtido decisões favoráveis em alguns casos, sendo este o principal fato que levou à redução do valor da contingência.

Notas Explicativas



Contribuições Previdenciárias – Participação nos Lucros e Resultados

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos e judiciais contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) a seus empregados entre os anos de 1999 e 2016, alegando que a Companhia não atendeu aos requisitos da Lei nº 10.101/2000 por não estabelecer previamente regras claras e objetivas para a distribuição desses valores. Em agosto de 2019, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região publicou decisão desfavorável à Companhia sobre o tema. Consequentemente, a Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, reavaliou a probabilidade de perda de possível para provável de determinadas parcelas pagas a título de PLR, mantendo a classificação da probabilidade de perda como possível das demais parcelas, por acreditar ter argumentos de mérito para defesa.

O montante das contingências é de aproximadamente R\$1.674.108 (R\$1.639.980 em 31 de dezembro de 2022), dos quais R\$1.345.883 (R\$1.311.148 em 31 de dezembro de 2022) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Indenização do anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$177.686, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de imposto de renda e contribuição previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, dada a controvérsia e para evitar o risco de multa futura, a Companhia e suas controladas ajuizaram ações judiciais para o reconhecimento do direito de não tributar a indenização dos anuênios, segregando as discussões relativas ao Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária e efetuando o depósito judicial do valor envolvido em cada ação judicial, no valor total histórico de R\$121.834, o qual é considerado suficiente para pagamento da ação judicial.

Na ação judicial relativa à incidência da Contribuição Previdenciária sobre os anuênios, foi proferida decisão judicial que impediu a análise de recurso pelo STF, restando a apreciação pelo STJ. Adicionalmente, em outubro de 2022, foi publicada decisão não reconhecendo o Agravo em Recurso Especial interposto pela Companhia, reduzindo as chances de êxito na ação. Em decorrência disso, a classificação de perda desta demanda foi alterada para provável, com provisão do valor em depósito judicial. A ação judicial relativa à incidência do Imposto de Renda sobre a indenização dos anuênios, diante sua atual fase processual, foi mantida com a probabilidade de perda possível. O montante das contingências é de, aproximadamente, R\$307.912 (R\$305.427 em 31 de dezembro de 2022), dos quais R\$137.239 (R\$136.131 em 31 de dezembro de 2022) foram provisionados.

Notas Explicativas



Não homologação da compensação de créditos tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas declarações de informações econômico-fiscais da pessoa jurídica (DIPJ), além de pagamentos a maior, identificados pelos DARFs e/ou DCTFs, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS/Pasep e Cofins. A Companhia e suas controladas estão contestando a não homologação das compensações. O valor da contingência é de R\$168.919 (R\$164.014 em 31 de dezembro de 2022), dos quais R\$1.240 (R\$1.221 em 31 de dezembro de 2022) foram provisionados, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN). A probabilidade de perda foi avaliada como possível.

Contribuições previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia e suas controladas relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxílio alimentação, adicional aposentadoria especial, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia e suas controladas apresentaram as defesas e aguardam julgamento. O valor da contingência é de aproximadamente R\$137.256 (R\$124.621 em 31 de dezembro de 2022). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e jurisprudência relativa à questão.

Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre ganho de capital em operação societária

A Receita Federal do Brasil autuou a Cemig, na condição de responsável solidária de sua controlada em conjunto com a Parati S.A. Participações em Ativos de Energia Elétrica (Parati), relativamente ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidente sobre o ganho de capital em operação societária correspondente à compra, pela Parati, e venda, pela Enlighted, em 07 de julho de 2011, de 100% das participações na LUCE LLC (empresa com sede em Delaware, EUA), proprietária de 75,00% das quotas do Luce Brasil Fundo de Investimento em Participações (FIP Luce), detentor indireto, por meio da Luce Empreendimentos e Participações S.A., de, aproximadamente, 13,03% do capital total e votante de emissão da Light S.A. (Light). O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$260.330 (R\$255.792 em 31 de dezembro de 2022) e a probabilidade de perda foi avaliada como possível.

Notas Explicativas



Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia e suas controladas nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$534.507 (R\$517.199 em 31 de dezembro de 2022). A Companhia avaliou os tratamentos fiscais adotados, que estão suscetíveis aos questionamentos das autoridades tributárias, e concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não.

Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços – ICMS

Entre dezembro de 2019 e março de 2022, a Secretaria da Fazenda de Minas Gerais lavrou seis autos de infração contra a Gasmig, no valor total de R\$357.435, relativamente à redução da base de cálculo do ICMS na venda de gás natural aos seus consumidores no período de 01 de dezembro de 2014 a 30 de setembro de 2021, alegando divergência entre a fórmula de cálculo utilizada pela Gasmig e o entendimento do fisco. Os autos são compostos de R\$124.478 de principal, R\$200.546 de multas e R\$32.411 de juros.

Considerando que o Estado de Minas Gerais, ao longo de mais de 25 anos, não se insurgiu contra a metodologia de cálculo da Gasmig, os administradores, em conjunto com os assessores legais, entendem que é possível a defesa da aplicação do artigo 100, III do Código Tributário Nacional, que afasta a cobrança de penalidades e juros, sendo remota a contingência de perda vinculada a estes valores. Em relação à discussão sobre a diferença do valor de ICMS apurado pela Gasmig e a nova interpretação do fisco estadual, a probabilidade de perda foi considerada possível, sendo que, em 31 de março de 2023, o valor estimado da contingência para o período de prescrição de cinco anos é de R\$192.490 (R\$182.058 em 31 de dezembro de 2022). Em julho de 2021, a Gasmig protocolou uma ação anulatória de débito fiscal contra o Estado de Minas Gerais. Os autos de infração ficam suspensos até julgamento do mérito da ação.

Juros sobre Capital Próprio (JCP)

A Companhia impetrou Mandado de Segurança, com pedido liminar, requerendo o direito de deduzir, da base de cálculo para apuração de IRPJ e CSLL, as despesas realizadas com o pagamento dos Juros sobre Capital Próprio (“JCP”) no 4º trimestre de 2020, porém, calculados com base em períodos anteriores aos efetivos pagamentos, notadamente no 1º e 2º trimestres de 2020, bem como afastar a exigência de supostos créditos tributários de IRPJ e CSLL relativos ao montante que deixou de ser recolhido, em decorrência da dedução da referida despesa financeira, com aplicação de multas. O montante das contingências é de, aproximadamente, R\$68.532 (R\$66.693 em 31 de dezembro de 2022). A Companhia avaliou os tratamentos fiscais adotados, que estão suscetíveis aos questionamentos das autoridades tributárias, e concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não.

Notas Explicativas



Estorno de créditos na apuração de PIS/Pasep e Cofins

A Receita Federal do Brasil lavrou, em agosto de 2021, dois autos de infração referentes à apuração de PIS/Pasep e Cofins para os fatos geradores ocorridos entre agosto de 2016 e dezembro de 2017, alegando a insuficiência de pagamento dessas contribuições em razão do crédito supostamente indevido dos dispêndios com o encargo do Proinfa e a ausência de estorno dos créditos relativos às perdas não técnicas. A Companhia está contestando a autuação. O montante da contingência é de R\$184.870 (R\$179.848 em 31 de dezembro de 2022) e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Companhia em razão da escassa jurisprudência judicial sobre o tema.

Trabalhistas

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O montante das contingências é de aproximadamente R\$1.747.069 (R\$1.613.466 em 31 de dezembro de 2022), dos quais R\$414.033 foram provisionados (R\$414.809 em 31 de dezembro de 2022), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Relações de consumo

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações cíveis relativas a indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$287.701 (R\$272.127 em 31 de dezembro de 2022), dos quais R\$40.938 (R\$41.208 em 31 de dezembro de 2022) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outras ações cíveis

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$595.950 (R\$573.493 em 31 de dezembro de 2022), dos quais R\$36.578 (R\$36.296 em 31 de dezembro de 2022) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Notas Explicativas



Regulatórias

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos administrativos e judiciais em que são questionados, principalmente: (i) os encargos tarifários cobrados nas faturas relativas ao uso do sistema de distribuição por autoprodutor; (ii) a violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica e; (iii) a majoração tarifária ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$602.137 (R\$484.034 em 31 de dezembro de 2022), dos quais R\$48.792 (R\$47.493 em 31 de dezembro de 2022) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de saída de recursos para liquidar estas discussões.

Contribuição para Iluminação Pública (CIP)

A Cemig e a sua controlada Cemig D são partes em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP.

A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, tendo, inclusive, obtido decisão parcial favorável e, portanto, não constituiu provisão para esta ação, estimada em R\$1.445.557 (R\$1.432.813 em 31 de dezembro de 2022), tendo classificado a probabilidade de perda como possível em razão da inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor sobre o caso, por se tratar de regulamentação própria do setor elétrico, dispostas nas Resoluções 414 e 456 da Aneel.

Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que se determinou que a Aneel atendesse ao pleito da distribuidora e procedesse, com a CCEE, à recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002.

Notas Explicativas



Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria um desembolso adicional para a Cemig GT, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor aproximado de R\$527.497 (R\$506.742 em 31 de dezembro de 2022). A Cemig GT obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE, e classificou a possibilidade de perda como possível em razão de se tratar de Acordo Geral do Setor Elétrico, no qual a controlada possui documentação hábil para suas alegações.

Exclusão de consumidores inscritos como baixa renda

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a Aneel, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da subclasse tarifa residencial de baixa renda, requerendo a condenação da Cemig D ao pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a Aneel interpuseram recurso de apelação contra esta decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de aproximadamente R\$503.976 (R\$483.294 em 31 de dezembro de 2022). A Cemig D classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de decisões favoráveis sobre este tema.

Ambientais

Impactos ambientais decorrentes de construção de usinas

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ações civis públicas requerendo a formação de Área de Preservação Permanente (APP) no entorno do reservatório da usina hidrelétrica de Capim Branco, suspensão dos efeitos das licenças ambientais e recuperação de supostos danos ambientais. A Cemig GT, baseada na opinião de seus assessores jurídicos acerca das alterações ocorridas no novo código florestal e na jurisprudência relativa ao tema, classificou a probabilidade de perda nesta discussão como possível, e o valor estimado da contingência é de R\$141.054 (R\$136.795 em 31 de dezembro de 2022).

Outros processos no curso normal dos negócios

Discussão sobre faturamento de energia

No decorrer do ano de 2022, um dos Clientes da Companhia instaurou um procedimento arbitral requerendo alterações de cláusulas contratuais e questionando a incidência de determinados tributos no valor de suas faturas de energia elétrica. Em setembro de 2022, a Companhia foi regularmente intimada de decisão judicial que deferiu pedido liminar, a qual determinou que a Companhia passasse a realizar os faturamentos do contrato de fornecimento de energia conforme o pedido. Após a instauração do procedimento arbitral e com a oitiva das partes, em janeiro de 2023, o Tribunal revogou a decisão anterior e determinou o restabelecimento da sistemática contratual de faturamento, bem como o pagamento dos valores não faturados por conta do pedido liminar inicialmente deferido em favor deste cliente.

Notas Explicativas



O procedimento arbitral continua em curso, no qual este cliente questiona os pontos informados acima. Caso a decisão arbitral acate o pedido deste cliente, a Companhia deverá restituir a diferença entre os valores contratados e os ajustes demandados, que em 31 de março de 2023 totalizam R\$190.681. A Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, classificou a probabilidade de perda como possível.

Quebra de contrato – Prestação de serviço de limpeza de faixas de servidão e aceiros

A Companhia e suas controladas são partes em discussões quanto a alegados prejuízos sofridos em razão de supostos descumprimentos contratuais quando da prestação de serviço de limpeza de faixas de servidão e aceiros. Em outubro de 2022, o juiz autorizou a parte contrária a levantar o valor depositado de R\$37.792, convertendo-o em pagamento de condenação. Em fevereiro de 2023, foi realizado o pagamento do montante de R\$7.272, referentes às questões residuais do processo, sendo encerrada a discussão.

Projeto Luz para todos

A Companhia é parte em discussões quanto a alegados prejuízos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da implantação de parte do programa de eletrificação rural Luz Para Todos. O montante estimado é de R\$485.964 (R\$470.248 em 31 de dezembro de 2022) dos quais R\$146 (R\$141 em 31 de dezembro de 2022) foram provisionados, sendo essa a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Desequilíbrio contratual

A Cemig D é parte em outras discussões decorrentes de supostos descumprimentos de contratos relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$231.129 (R\$223.395 em 31 de dezembro de 2022). A Cemig D classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise de jurisprudência sobre este tema.

IDPJ Renova

Determinado fundo de investimento em direitos creditórios entrou com pedido de Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica (“IDPJ”) de determinadas empresas do grupo Renova, objetivando a inclusão de alguns acionistas da Renova, dentre os quais a Companhia e a sua controlada Cemig GT, no polo passivo do cumprimento de sentença, de forma a responderem solidariamente. O montante envolvido nesta discussão foi estimado em R\$107.206 (R\$102.760 em 31 de dezembro de 2022) e a probabilidade de perda foi avaliada como possível.

Notas ExplicativasOutras ações

A Companhia e suas controladas estão envolvidas, como impetrante ou ré, em outros litígios, incluindo causas ambientais, remoção de moradores de área de risco e indenizações por rescisões contratuais, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$479.850 (R\$433.911 em 31 de dezembro de 2022), dos quais R\$6.313 foram provisionados (R\$5.912 em 31 de dezembro de 2022), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS**a) Capital Social**

Em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia é de R\$11.006.853, representado por 735.847.624 ações ordinárias e 1.465.523.064 preferenciais, subscritas e integralizadas, ambas com valor nominal de R\$5,00.

b) Lucro por ação

O número de ações utilizado no cálculo do lucro básico e diluído por ação é como segue:

	Quantidade de ações	
	Jan a Mar/2023	Jan a Mar/2022
Ações ordinárias já capitalizadas	735.847.624	735.847.624
Ações em tesouraria	(102)	(102)
Total ações ordinárias	735.847.522	735.847.522
Ações preferenciais já capitalizadas	1.465.523.064	1.465.523.064
Ações em tesouraria	(846.062)	(846.062)
Total ações preferenciais	1.464.677.002	1.464.677.002
Total	2.200.524.524	2.200.524.524

Lucro básico e diluído por ação

O cálculo do lucro básico e diluído por ação é como segue:

	Jan a Mar/2023	Jan a Mar/2022
Lucro líquido do período (A)	1.448.545	1.455.189
Total de ações (B)	2.200.524.524	2.200.524.524
Lucro básico e diluído por ação (A/B) (R\$)	0,66	0,66

c) Ajustes de avaliação patrimonial

O evento de encurtamento apurado para o primeiro trimestre de 2023 afetou as premissas atuariais, no sentido de alterar as taxas de desconto aplicadas aos planos. Como a nova taxa de desconto foi maior, houve uma redução do passivo e, portanto, um ganho atuarial de R\$60.274 para o plano de saúde e de R\$934 para o plano odontológico.

Notas Explicativas



d) Remuneração dos acionistas

Em 22 de março de 2023, a Diretoria Executiva da Companhia deliberou pela declaração de Juros sobre capital próprio – JCP no montante de R\$424.226, fazendo jus os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas em 27 de março de 2023, com retenção de imposto de renda na fonte no valor de R\$40.498.

O valor de imposto de renda retido na fonte, por obrigação da legislação tributária, não é considerado quando se imputam os JCPs ao dividendo obrigatório e é calculado à alíquota de 15%, nos casos em que há incidência deste tributo, nos termos da legislação em vigor.

26. RECEITAS

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Mar/2023	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2023	Jan a Mar/2022
Fornecimento bruto de energia elétrica (a)	7.095.344	8.304.056	816.757	314.449
Receita de uso dos sistemas elétricos de distribuição – TUSD	980.398	859.444	-	-
CVA e outros componentes financeiros	20.840	(700.107)	-	-
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização (1)	695.989	436.718	-	-
Receita de transmissão				
Receita de operação e manutenção	87.740	83.787	-	-
Receita de construção de transmissão	39.403	68.395	-	-
Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão (nota 15)	177.254	191.945	-	-
Receita de indenização da geração (nota 13.1)	22.476	-	-	-
Receita de construção de distribuição	676.448	440.565	-	-
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição	30.844	19.732	-	-
Receita de atualização financeira da bonificação pela outorga	134.766	131.595	-	-
Liquidação na CCEE	29.363	(18.670)	6.798	10.438
Transações no mecanismo de venda de excedentes - MVE	(3.766)	138.994	-	-
Fornecimento de gás	1.123.570	956.008	-	-
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	(38.469)	(31.894)	-	-
Outras receitas operacionais (c)	492.015	501.358	24.906	109
Tributos e encargos incidentes sobre a receita (d)	(2.917.278)	(3.534.478)	(119.269)	(38.441)
Receita operacional líquida	8.646.937	7.847.448	729.192	286.555

(1) Mais informações na nota explicativa nº 8 a.

a) Fornecimento bruto de energia elétrica

	Consolidado				Controladora			
	MWh (1)		R\$		MWh (1)		R\$	
	Jan a Mar/2023	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2023	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2023	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2023	Jan a Mar/2022
Residencial	2.984.825	2.841.768	2.394.792	3.115.806	-	-	-	-
Industrial	4.307.674	4.158.420	1.439.741	1.393.200	1.089.819	227.931	284.014	47.469
Comércio, serviços e outros	2.343.460	2.276.420	1.503.080	1.743.177	273.315	69.565	70.277	19.108
Rural	526.308	545.936	392.758	489.779	5.538	3.344	1.532	925
Poder público	223.654	204.191	164.544	179.314	-	-	-	-
Iluminação pública	269.516	285.011	116.991	167.372	-	-	-	-
Serviço público	272.353	339.958	164.251	246.977	-	-	-	-
Subtotal	10.927.790	10.651.704	6.176.157	7.335.625	1.368.672	300.840	355.823	67.502
Consumo próprio	7.545	9.854	-	-	-	-	-	-
Fornecimento não faturado líquido	-	-	13.439	77.884	-	-	48.402	1.105
	10.935.335	10.661.558	6.189.596	7.413.509	1.368.672	300.840	404.225	68.607
Suprimento a outras concessionárias (2)	4.038.776	3.700.905	964.188	866.323	1.629.701	909.809	449.672	230.473
Suprimento não faturado líquido	-	-	(58.440)	24.224	-	-	(37.140)	15.369
Total	14.974.111	14.362.463	7.095.344	8.304.056	2.998.373	1.210.649	816.757	314.449

(1) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

(2) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), contratos bilaterais com outros agentes e as receitas de gestão de ativos de geração (GAG) das 18 usinas hidrelétricas do Lote D do Leilão nº 12/2015.

Notas Explicativas



b) Receita de concessão da transmissão

A margem das obrigações de performance dos contratos de transmissão está demonstrada abaixo:

	Jan a Mar/2023	Jan a Mar/2022
Receita de construção e melhorias	39.403	68.395
Custo de construção e melhorias	(26.833)	(50.696)
Margem	12.570	17.699
Mark-up (%)	46,85%	34,91%
Receita de operação e manutenção	87.740	83.787
Custo de operação e manutenção	(69.679)	(68.554)
Margem	18.061	15.233
Mark-up (%)	25,92%	22,22%

c) Outras receitas operacionais

	Consolidado	
	Jan a Mar/2023	Jan a Mar/2022
Serviço taxado	5.117	4.294
Prestações de serviços	20.354	15.019
Subvenções - Baixa renda	87.221	72.360
Subvenções (1)	252.769	322.897
Aluguel e arrendamento	98.085	63.792
Outras	28.469	22.996
Total	492.015	501.358

- (1) Compreende a receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, no montante de R\$225.567 no período de janeiro a março de 2023 (R\$245.942 no mesmo período de 2022), que inclui subsídios de carga fonte incentivada, rural, irrigantes noturnos, geração de fonte incentivada e serviço público; a receita de bandeiras tarifárias, no montante de R\$17.523 no período de janeiro a março de 2023 (R\$76.089 no mesmo período de 2022), reconhecida em decorrência da posição credora adquirida pela Companhia na CCRBT e a reversão de receita reconhecida em decorrência dos subsídios relacionados ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica, no montante de R\$7 no período de janeiro a março de 2023 (R\$5.485 no mesmo período de 2022).

d) Tributos e encargos incidentes sobre a receita

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Mar/2023	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2023	Jan a Mar/2022
Tributos sobre a receita				
ICMS (1)	952.838	1.872.055	44.944	9.233
Cofins	755.418	664.046	61.067	23.998
PIS/Pasep	160.107	145.008	13.258	5.210
Outros	1.377	1.441	-	-
	1.869.740	2.682.550	119.269	38.441
Encargos do consumidor				
Reserva global de reversão – RGR	3.324	3.742	-	-
Programa de eficiência energética – PEE	8.808	16.219	-	-
Conta de desenvolvimento energético – CDE	950.418	1.009.297	-	-
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	12.613	8.583	-	-
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico – FNDCT	17.966	12.211	-	-
Pesquisa expansão sistema energético – EPE/MME	8.983	6.105	-	-
Encargos do consumidor – Proinfa	15.908	19.490	-	-
Taxa fiscalização serviços energia elétrica	8.761	7.603	-	-
Compensação financeira utilização recursos hídricos	12.624	11.747	-	-
Encargos do consumidor - bandeiras tarifárias	-	(251.821)	-	-
CDE sobre P&D	5.352	3.630	-	-
CDE sobre PEE	2.781	5.122	-	-
	1.047.538	851.928	-	-
Total	2.917.278	3.534.478	119.269	38.441

- (1) Em 23 de junho de 2022, foi promulgada a Lei Complementar nº 194, com vigência imediata, que promoveu alterações no Código Tributário Nacional (CTN) e na Lei Complementar nº 87/96 (Lei Kandir), classificando a energia elétrica, dentre outros bens, como essencial, vedando a fixação de alíquotas de ICMS para operações com esses bens em patamar superior ao das operações em geral e aplicando a não incidência desse tributo sobre serviços de transmissão, distribuição e encargos setoriais vinculados às operações com energia elétrica. Em fevereiro de 2023, foi proferida decisão liminar na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 7.195, na qual determinou-se a suspensão dos efeitos do art. 3º, X, da Lei Complementar nº 87/96, com redação dada pela Lei Complementar nº 194/2022, que excluiu os serviços de transmissão e distribuição e encargos setoriais vinculados às operações com energia elétrica da base de cálculo do ICMS. Com isto, a Cemig ajustou o seu procedimento em função da decisão mencionada.

Notas Explicativas



27. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

A composição dos custos e despesas operacionais da Companhia e suas controladas é conforme segue:

a) Custos com energia elétrica e gás

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Mar/2023	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2023	Jan a Mar/2022
Energia elétrica comprada para revenda				
Energia de Itaipu Binacional	262.175	394.055	-	-
Contratos por cotas de garantia física	226.248	214.718	-	-
Cotas das usinas de Angra I e II	89.917	89.298	-	-
Energia de curto prazo	110.319	93.764	7.488	(220)
Proinfa	127.894	151.414	-	-
Contratos bilaterais	125.429	110.083	-	-
Energia adquirida através de leilão em ambiente regulado	937.269	625.633	-	-
Energia adquirida no ambiente livre (1)	1.225.659	1.230.940	500.509	262.657
Geração distribuída	618.732	453.589	-	-
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(279.575)	(260.112)	(46.990)	(24.275)
	3.444.067	3.103.382	461.007	238.162
Encargos de uso da rede básica				
Encargos de transmissão - Rede básica	766.754	952.751	-	-
Encargos de distribuição	13.778	11.558	-	-
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(80.351)	(95.777)	-	-
	700.181	868.532	-	-
Gás comprado para revenda	614.803	563.781	-	-
Total	4.759.051	4.535.695	461.007	238.162

- (1) A energia adquirida no ambiente livre pela Controladora decorre dos contratos transferidos pela Cemig GT, como resultado do processo de segregação parcial do negócio de comercialização de energia da Companhia.

b) Custos de construção de infraestrutura

	Consolidado	
	Jan a Mar/2023	Jan a Mar/2022
Pessoal e administradores	25.823	30.351
Materiais	386.496	281.455
Serviços de terceiros	250.502	157.508
Outros	40.460	21.948
Total	703.281	491.262

c) Outros custos e despesas operacionais

	Consolidado								Total Jan a Mar/2023	Total Jan a Mar/2022
	Custos de operação		PCE		Despesas gerais e administrativas		Outras despesas operacionais			
	Jan a Mar/2023	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2023	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2023	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2023	Jan a Mar/2022		
Pessoal	259.355	228.266	-	-	75.842	75.301	-	-	335.197	303.567
Participação dos empregados e administradores no resultado	-	-	-	-	-	-	38.127	37.150	38.127	37.150
Obrigações pós-emprego (nota 23)	-	-	-	-	-	-	103.038	153.480	103.038	153.480
Materiais	24.438	15.482	-	-	4.795	4.770	-	-	29.233	20.252
Serviços de terceiros	410.989	323.900	-	-	56.457	55.849	-	-	467.446	379.749
Depreciação e amortização	299.258	265.192	-	-	3.408	18.717	-	-	302.666	283.909
Provisões e ajustes para perdas operacionais	68.945	76.317	-	-	-	-	44.591	43.948	113.536	120.265
Perda por redução ao valor recuperável (1)	-	-	-	-	-	-	46.126	-	46.126	-
Perdas de créditos esperadas	-	-	7.926	43.092	-	-	-	-	7.926	43.092
Ganho na alienação de investimento (nota 15)	-	-	-	-	-	-	(30.487)	-	(30.487)	-
Outros custos e despesas operacionais	36.791	15.093	-	-	18.169	1.111	10.573	14.347	65.533	30.551
Total	1.099.776	924.250	7.926	43.092	158.671	155.748	211.968	248.925	1.478.341	1.372.015

- (1) Refere-se ao reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável das usinas da Cemig GT que estão em processo de alienação. Mais detalhes na nota explicativa nº 32.

Notas Explicativas



Controladora					Total Jan a Mar/2023	Total Jan a Mar/2022
	Despesas gerais e administrativas		Outras despesas operacionais			
	Jan a Mar/2023	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2023	Jan a Mar/2022		
Pessoal	6.660	7.009	-	-	6.660	7.009
Participação dos empregados e administradores no resultado	-	-	4.001	3.756	4.001	3.756
Obrigações pós-emprego (nota 23)	-	-	17.005	18.661	17.005	18.661
Materiais	6	6	-	-	6	6
Serviços de terceiros	4.238	3.433	-	-	4.238	3.433
Depreciação e amortização	168	395	-	-	168	395
Provisões e ajustes para perdas operacionais	-	-	9.165	14.810	9.165	14.810
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	1.040	-	(2.004)	(4.646)	(964)	(4.646)
Total	12.112	10.843	28.167	32.581	40.279	43.424

28. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Mar/2023	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2023	Jan a Mar/2022
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de aplicação financeira	97.983	73.658	10.150	15.313
Acréscimos moratórios sobre venda de energia	68.504	95.375	444	155
Variações cambiais – Itaipu Binacional	1.889	23.965	-	-
Variações cambiais – Empréstimos	103.814	842.700	-	-
Variação monetária	9.453	17.215	90	3.598
Variação monetária – CVA	26.610	51.999	-	-
Variação monetária de depósitos vinculados a litígios	15.394	14.885	3.624	2.907
PIS/Pasep e Cofins incidente sobre as receitas financeiras (1)	(43.188)	(24.426)	(30.704)	(13.407)
Rendas de antecipação de pagamento	1.029	469	-	-
Encargos de créditos com partes relacionadas	-	-	6.342	1.020
Atualização dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS (2)	25.548	(375)	5.809	4.154
Outras receitas financeiras	22.748	13.560	696	1.669
	329.784	1.109.025	(3.549)	15.409
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de empréstimos e debêntures (nota 22)	(242.347)	(223.723)	-	(1.400)
Amortização do custo de transação	(3.542)	(1.600)	-	-
Variação monetária – Empréstimos e debêntures	(71.950)	(65.249)	-	-
Encargos e variação monetária de obrigação pós-emprego	(8.254)	(14.040)	(406)	(692)
Perdas com instrumentos financeiros - Swap	(12.725)	(456.647)	-	-
Variação monetária de arrendamento	(8.503)	(6.285)	(70)	(65)
Despesas financeiras P&D e PEE	(10.259)	(7.313)	-	-
Outras despesas financeiras	(78.118)	(20.005)	(92)	(38)
	(435.698)	(794.862)	(568)	(2.195)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(105.914)	314.163	(4.117)	13.214

- (1) As despesas com PIS/Pasep e Cofins são incidentes sobre as receitas financeiras e juros sobre o capital próprio.
- (2) A atualização dos créditos tributários referentes a PIS/Pasep e Cofins, decorrentes da exclusão do ICMS da sua base de cálculo, e do passivo a restituir aos consumidores é apresentada pelo valor líquido.

29. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações consolidados com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS (1)	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022	Jan a Mar/2023	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2023	Jan a Mar/2022
Operações com energia elétrica (4)								
Aliança Geração	4.218	4.070	17.689	18.567	8.705	15.422	(49.246)	(53.865)
Norte Energia	2.319	2.352	30.053	37.900	6.962	6.466	(67.925)	(80.685)
Paracambi	-	-	2.850	2.476	-	-	(6.069)	(8.472)
Hidrelétrica Pipoca	-	108	4.714	3.491	292	-	(13.686)	(12.363)
Hidrelétrica Cachoeirão	-	-	-	-	429	-	-	-
Taesá	-	24	9.856	12.226	72	65	(35.235)	(33.742)
Consumidores e revendedores								
Governo do Estado de Minas Gerais (2)	41.692	36.558	-	-	40.925	43.360	-	-
Prestação de serviços								
Aliança Geração (5)	613	673	-	-	1.500	1.303	-	-

Notas Explicativas



EMPRESAS (1)	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022	Jan a Mar/2023	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2023	Jan a Mar/2022
Taesá (5)	158	125	-	-	374	288	-	-
Contas a receber - AFAC								
Governo do Estado de Minas Gerais (3)	13.366	13.366	-	-	-	-	-	-
Outros créditos								
FIP Melbourne (7)	190.730	160.644	-	-	-	-	-	-
Contingências								
Aliança Geração (6)	-	-	55.610	54.905	-	-	(705)	(833)
Juros sobre capital próprio e dividendos								
Retiro Baixo	5.867	5.867	-	-	-	-	-	-
Baguari Energia	11.579	-	-	-	-	-	-	-
Hidrelétrica Pipoca	3.882	3.882	-	-	-	-	-	-
Hidrelétrica Cachoeirão	3.867	3.867	-	-	-	-	-	-
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e equivalentes	231.109	291.598	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	1.338.662	1.730.105	-	-	72.404	41.775	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	6.299	6.533	-	-	-	-	-	-
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações pós-emprego (8)	-	-	206.925	198.569	-	-	(68.029)	(71.205)
Contribuições para suplementação de aposentadoria - plano de contribuição definitiva (9)	-	-	-	-	-	-	(18.854)	(18.027)
Custeio administrativo (10)	-	-	-	-	-	-	(9.355)	(8.024)
Arrendamento operacional (11)	-	-	25.429	25.607	-	-	(8.287)	(7.536)
Não circulante								
Obrigações pós-emprego (8)	-	-	2.110.563	2.119.052	-	-	-	-
Arrendamento operacional (11)	179.477	181.637	178.208	178.661	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de saúde e odontológico (12)	-	-	220.316	218.040	-	-	(100.224)	(96.315)
Não circulante								
Plano de saúde e odontológico (12)	-	-	3.084.750	3.156.322	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

- (1) Os relacionamentos entre a Cemig e suas investidas estão descritos na nota de investimento (nº 15);
- (2) Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais considerando que o preço da energia é aquele definido pela Aneel por meio de resolução sobre o reajuste tarifário anual da Companhia;
- (3) Refere-se a recálculo de correção monetária de valores relativos ao AFAC devolvidos ao Estado de Minas Gerais. Esses recebíveis possuem como garantia a retenção dos dividendos ou juros sobre capital próprio distribuíveis ao Estado, na proporção de sua participação, enquanto perdurar a mora e/ou inadimplência. Para mais informações, consultar a nota explicativa nº 10;
- (4) As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica são realizadas pelas transmissoras e decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS);
- (5) Refere-se a contrato de prestação de serviço de operação e manutenção de usinas e de redes de transmissão;
- (6) Refere-se a obrigações contratuais perante à investida Aliança Geração correspondentes a contingências que têm como fato gerador eventos ocorridos antes do fechamento da transação que resultou no aporte de ativos pela Cemig e Vale S.A. no capital desta investida. O valor total das ações alcança o montante de R\$103 milhões (R\$156 milhões em 31 de dezembro de 2022), cabendo à Cemig o valor de R\$56 milhões (R\$55 milhões em 31 de dezembro de 2022);
- (7) Em janeiro de 2021, foi proferida sentença arbitral final, em favor do FIP Melbourne, sendo que em agosto de 2022 foi celebrado o acordo entre as partes para encerramento do litígio, com o estabelecimento de valor de compensação atualizado de R\$200 milhões, liquidados em 12 de setembro de 2022 (vide nota explicativa nº 15);
- (8) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, mais juros de 6% ao ano e serão amortizados até o exercício de 2031 (vide nota explicativa nº 23);
- (9) Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- (10) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade à legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- (11) Aluguel da sede administrativa da Companhia com vigência até agosto de 2024 (Edifício Júlio Soares, podendo ser prorrogado a cada 5 anos, até 2034), reajustado anualmente pelo IPCA, tendo seus preços revisados a cada 60 meses. Em 20 de setembro de 2021, o contrato de aluguel foi reajustado em 8,72%, correspondendo ao IPCA acumulado dos últimos 12 meses. Em 27 de abril de 2021, foi firmado um aditivo do contrato junto à Forluz, em função da transferência das instalações das investidas Cemig SIM e Gasmig para o Edifício Júlio Soares com a consequente redução do custo com aluguel para a Cemig;
- (12) Obrigações pós-emprego relativas ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide nota explicativa nº 23).

Notas Explicativas



Dividendos a receber

Dividendos a receber	Consolidado		Controladora	
	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022
Cemig GT	-	-	1.045.725	1.406.958
Cemig D	-	-	1.315.618	1.183.846
Gasmig	-	-	49.285	55.170
Sete Lagoas	-	-	3.801	3.801
Aliança Geração	126.634	126.634	-	-
Taes	5.646	5.646	5.646	5.646
Outras (1)	25.207	13.628	12	12
	157.487	145.908	2.420.087	2.655.433

(1) As controladas que compõem os montantes apresentados em "Outras" estão divulgadas na tabela anterior nas linhas de "Juros sobre capital próprio e dividendos".

Garantias: aval e fiança de empréstimos, financiamentos e debêntures

A Cemig figura como avalista e fiadora de empréstimos, financiamentos e debêntures das seguintes partes relacionadas que não são consolidadas nas informações contábeis, por se tratarem de coligadas e controladas em conjunto:

Parte relacionada	Vínculo	Tipo	Objeto	31/03/2023	Vencimento
Norte Energia (NESA) (1)	Coligada	Fiança	Financiamento	2.606.320	2042
Norte Energia S.A (NESA)/Light (2)	Coligada	Contragarantia	Financiamento	683.615	2042
Norte Energia (NESA)	Coligada	Fiança	Debêntures	81.789	2030
				3.371.724	

(1) Relacionada ao financiamento da Norte Energia.

(2) Contragarantia emitida à Light, relacionada ao financiamento da Norte Energia.

Em 31 de março de 2023, a Administração acredita que não são necessárias provisões a serem reconhecidas nas informações contábeis intermediárias da Companhia para cumprir com eventuais obrigações oriundas destes avais e fianças.

Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha da Cemig e suas controladas e coligadas

A Cemig e suas controladas e controlada em conjunto aplicam parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados nas rubricas "Títulos e Valores Mobiliários" e "Caixa e equivalentes de caixa" no ativo circulante e não circulante.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de março de 2023 e 2022 são demonstrados na tabela abaixo:

Notas Explicativas



	Jan a Mar/2023	Jan a Mar/2022
Remuneração	6.870	5.866
Participação nos resultados	2.533	2.436
Previdência privada	371	401
Planos de saúde e odontológico	44	53
Seguro de vida	7	8
Total	9.825	8.764

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros são apresentados abaixo:

	Nível	31/03/2023		31/12/2022	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado					
Títulos e valores mobiliários		358.145	358.145	379.390	379.390
Consumidores, revendedores e concessionários - Transporte de energia		4.957.290	4.957.290	4.812.880	4.812.880
Fundos vinculados		21.709	21.709	15.933	15.933
Contas a receber do Estado de Minas Gerais (AFAC)		13.366	13.366	13.366	13.366
Ativos financeiros da concessão - Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros		991.541	991.541	944.090	944.090
Depósitos vinculados a litígios		1.205.273	1.205.273	1.206.595	1.206.595
Bonificação pela outorga – Concessões de geração		3.003.695	3.003.695	2.950.418	2.950.418
Contas a receber - FIP Melbourne		190.730	190.730	160.643	160.643
		10.741.749	10.741.749	10.483.315	10.483.315
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa – Aplicações financeiras	2	1.556.844	1.556.844	1.345.175	1.345.175
Títulos e valores mobiliários					
Certificados de Depósitos Bancários	2	17.380	17.380	191.338	191.338
Letras Financeiras – Bancos	2	925.469	925.469	905.790	905.790
Letras Financeiras do Tesouro	1	193.012	193.012	401.659	401.659
		2.692.705	2.692.705	2.843.962	2.843.962
Instrumentos financeiros derivativos (operações de Swap)	3	709.067	709.067	702.734	702.734
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição	3	1.475.578	1.475.578	1.406.597	1.406.597
Indenizações a receber – Geração	3	713.937	713.937	691.460	691.460
		5.591.287	5.591.287	5.644.753	5.644.753
		16.333.036	16.333.036	16.128.068	16.128.068
Passivos					
Custo amortizado					
Empréstimos e debêntures		(10.279.317)	(10.279.317)	(10.579.498)	(10.579.498)
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz)		(215.239)	(215.239)	(251.401)	(251.401)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão - Forluz		(543.041)	(543.041)	(545.196)	(545.196)
Concessões a pagar		(29.338)	(29.338)	(27.291)	(27.291)
Fornecedores		(2.447.668)	(2.447.668)	(2.832.049)	(2.832.049)
Arrendamentos		(405.724)	(405.724)	(354.633)	(354.633)
Passivos financeiros setoriais		-	-	-	-
		(13.920.327)	(13.920.327)	(14.590.068)	(14.590.068)
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	3	(109.584)	(109.584)	(90.526)	(90.526)
Opções de venda (SAAG)	3	(705.171)	(705.171)	(672.416)	(672.416)
		(814.755)	(814.755)	(762.942)	(762.942)
		(14.735.082)	(14.735.082)	(15.353.010)	(15.353.010)

As informações sobre as (i) classificações dos instrumentos financeiros e valor justo; (ii) metodologia de cálculo do valor justo das posições; e, (iii) instrumentos financeiros – derivativos, estão divulgadas na nota explicativa 31 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Notas Explicativas**b) Instrumentos financeiros****Opções de venda SAAG**

Encontra-se registrado nas informações contábeis intermediárias um passivo no valor de R\$705.171 referente à diferença entre o valor justo estimado para os ativos em relação ao preço de exercício. Considerando a liquidação antecipada dos Fundos e o vencimento da opção de venda, conforme descrito a seguir, esse montante foi transferido para o passivo circulante.

A movimentação do valor das opções é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	672.416
Variação do valor justo	32.755
Saldo em 31 de março de 2023	705.171

Liquidação antecipada dos Fundos e vencimento da opção de venda

Em 7 de fevereiro de 2023, foi divulgada a sentença do procedimento arbitral, condenando a Cemig GT ao pagamento integral relativo ao preço de exercício das opções constantes dos contratos. A Companhia, em conjunto com os seus assessores legais, está avaliando as medidas cabíveis. A expectativa é que a liquidação financeira ocorra em até cinco dias úteis a contar da assinatura do acordo final, que será objeto de aprovação pelo Conselho de Administração.

Operações de Swap e opções de moeda

Considerando que parte dos empréstimos da Cemig GT é denominada em moeda estrangeira, ela se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (operações de “swap” e opções de moeda) para proteção do serviço associado a estas dívidas (principal e juros).

O instrumento financeiro derivativo contratado tem o propósito de proteger as operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no balanço patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos. Os resultados líquidos nestas operações representam um ajuste negativo, em 31 de março de 2023, no montante de R\$12.725 (ajuste negativo de R\$456.647 em 31 de março de 2022), registrado no resultado financeiro.

A Companhia é garantidora desses instrumentos derivativos contratados pela Cemig GT.

O quadro a seguir apresenta os instrumentos derivativos em vigor em 31 de março de 2023 e 2022:

Notas Explicativas



Direito da Companhia (1)	Obrigação da Companhia	Período de vencimento	Mercado de negociação	Valor principal contratado (2)	Ganho/(Perda) não realizado		Ganho/(Perda) não realizado	
					Valor conforme contrato 31/03/2023	Valor justo 31/03/2023	Valor conforme contrato 31/12/2022	Valor justo 31/12/2022
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R\$ + 152,01% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Balcão	US\$250.000	416.666	271.600	428.134	272.846
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R\$ + 125,52% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Balcão	US\$500.000	548.468	327.883	568.487	339.362
					965.134	599.483	996.621	612.208
Ativo não circulante						709.067		702.734
Passivo circulante						(109.584)		(90.526)

- (1) Para a emissão original de US\$1 bilhão em Eurobonds, realizada em dezembro de 2017, foi contratada uma combinação de *Call Spread* do principal, com piso em R\$3,25/US\$ e teto em R\$5,00/US\$ e *swap* da totalidade dos juros, com troca do cupom de 9,25% a.a. por taxa média equivalente a 150,49% do CDI. Para a emissão adicional de US\$500 milhões em Eurobonds, realizada em julho de 2018, foi contratada uma combinação de *Call Spread* do principal, com piso em R\$3,85/US\$ e teto em R\$5,00/US\$ e *swap* da totalidade dos juros, com troca do cupom de 9,25% a.a. por taxa média equivalente a 125,52% do CDI. Esses instrumentos derivativos possuem teto de proteção de R\$5,00/dólar para o principal dos Eurobonds, que possui vencimento em dezembro de 2024. Caso a relação USD/BRL permaneça, em dezembro de 2024, acima de R\$5,00, a Companhia desembolsará, naquela data, a diferença entre o valor teto da proteção e dólar spot verificado. A Companhia está monitorando os possíveis riscos e impactos associados a valorização do dólar acima do patamar de R\$5,00 e avalia diversas estratégias para mitigação do risco cambial até o vencimento da operação. O instrumento derivativo protege integralmente o pagamento dos juros semestrais, independente da relação USD/BRL. Contudo, não protege a parcela de IRRF incidente sobre o pagamento dos juros.
- (2) Em milhares de dólares americanos (US\$).

A Cemig GT utiliza uma metodologia de marcação a mercado para mensuração do instrumento financeiro derivativo de proteção dos *Eurobonds*, em conformidade com as práticas de mercado. Os principais indicadores para mensurar o valor justo do *Swap* são as curvas de mercado de taxas DI e o dólar futuro negociados no mercado futuro da B3. Para precificar a *Call Spread* (opções) é utilizado o modelo *Black & Scholes* que tem como parâmetro, dentre outros, a volatilidade do dólar, mensurada com base no seu histórico de 2 anos.

O valor justo apurado em 31 de março de 2023 foi de R\$599.483 (R\$612.208 em 31 de dezembro de 2022), que seria uma referência caso a Cemig GT efetuasse a liquidação dos derivativos em 31 de março de 2023. Porém, os contratos de *swap* protegem o fluxo de caixa da empresa até o vencimento dos *bonds* em dezembro de 2024 e representam o saldo contratual (*accrual*) de R\$965.134 em 31 de março de 2023 (R\$996.621 em 31 de dezembro de 2022).

A Companhia está exposta ao risco de mercado em função da contratação desse instrumento derivativo, sendo o seu resultado impactado pela alteração da taxa de juros e/ou da taxa de câmbio futuros. Com base nas curvas de juros e dólar futuro, a Cemig GT estima que em um cenário provável o seu resultado, em 31 de março de 2024, seria afetado, positivamente, pelos instrumentos derivativos, ao fim do período contábil, em R\$129.686. O valor justo do instrumento financeiro foi estimado em R\$729.169, sendo um valor positivo de R\$781.836 referente à opção (*call spread*) e negativo de R\$52.667 referente ao *swap*.

A Companhia, a partir do cenário base observado em 31 de março de 2023, mensurou os efeitos em seu resultado para os cenários provável e adverso, nos quais as projeções de taxas de juros e dólar americano são elevadas, simulando um estresse econômico.

Notas Explicativas



Os resultados estão demonstrados a seguir:

Consolidado	Cenário base 31/03/2023	Cenário provável Selic 12,75% Dólar R\$5,10	Cenário adverso Selic 15,75% Dólar R\$5,99
Swap ponta ativa	2.934.299	2.895.149	2.892.489
Swap ponta passiva	(3.065.195)	(2.947.816)	(3.002.250)
Opção/Call Spread	730.379	781.836	902.458
Instrumento derivativo de hedge	<u>599.483</u>	<u>729.169</u>	<u>792.697</u>

O valor justo foi estimado aplicando-se os mesmos métodos de mensuração utilizados na marcação a mercado do instrumento derivativo descrito acima.

c) Gestão de riscos

Risco de taxas de câmbio

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de câmbio, com impacto em empréstimos, fornecedores (energia elétrica comprada de Itaipu) e fluxo de caixa. Para o montante da dívida em moeda estrangeira da Cemig GT, foram contratados instrumentos financeiros derivativos, na modalidade de operações de *swap* cambial para proteção dos pagamentos de juros e na modalidade de *call spread* para proteção do principal, de acordo com a política de hedge da Companhia. A exposição da Cemig GT aos riscos de mercado associados à contratação desse instrumento foi descrita no tópico “Operações de Swap” desta nota explicativa. Para a Cemig D, esse risco é mitigado através da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A – CVA.

A exposição líquida às taxas de câmbio é como segue:

Exposição às taxas de câmbio	31/03/2023		31/12/2022	
	Moeda estrangeira	R\$	Moeda estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos (nota 21)	(782.395)	(3.974.879)	(761.824)	(3.974.971)
Fornecedores (Itaipu Binacional)	(34.728)	(176.434)	(52.440)	(273.618)
	<u>(817.123)</u>	<u>(4.151.313)</u>	<u>(814.264)</u>	<u>(4.248.589)</u>
Passivo líquido exposto		(4.151.313)		(4.248.589)

Análise de sensibilidade

A Companhia, com base em informações disponibilizadas por seus consultores financeiros, estima que, em um cenário provável, a variação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real em 31 de março de 2024 será uma desvalorização de 0,39% para o dólar norte-americano (R\$5,10). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos da variação cambial esperada do Real, considerando um cenário adverso em relação ao cenário provável.

Notas Explicativas



Risco - Exposições cambiais	Valor contábil	Cenário provável Dólar R\$5,10	Cenário adverso Dólar R\$5,92
Dólar Norte-Americano			
Empréstimos (nota 21)	(3.974.879)	(3.990.214)	(4.629.978)
Fornecedores (Itaipu Binacional) (nota 20)	(176.434)	(177.115)	(205.512)
	(4.151.313)	(4.167.329)	(4.835.490)
Passivo líquido exposto	(4.151.313)	(4.167.329)	(4.835.490)
Efeito líquido da variação cambial		(16.016)	(684.177)

Ressalta-se que a Companhia contratou operação de swap para substituição da exposição ao dólar norte-americano pela variação do CDI, conforme descrito em mais detalhes no tópico “Operações de Swap” desta nota explicativa.

Risco de taxa de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas aos riscos de redução das taxas de juros nacionais em 31 de março de 2023. Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras da Companhia e aos ativos financeiros relativos a CVA e outros componentes financeiros e pelas despesas financeiras atreladas aos empréstimos e debêntures em moeda nacional, bem como passivos financeiros setoriais.

Parte dos empréstimos em moeda nacional é obtida junto a diversos agentes financeiros, os quais definem as taxas de juros levando-se em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas.

A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

O ativo líquido indexado à variação das taxas de juros é demonstrado a seguir:

Exposição às taxas de juros nacionais	Consolidado	
	31/03/2023	31/12/2022
Ativos		
Equivalentes de caixa (nota 6) - CDI	1.556.844	1.345.176
Títulos e valores mobiliários (nota 7) - CDI/Selic	1.494.006	1.878.177
Indenizações a receber – Geração	713.935	691.460
Fundos vinculados - CDI	21.709	15.933
CVA e outros componentes financeiros – Selic (nota 14)	991.541	944.090
	4.778.035	4.874.836
Passivos		
Empréstimos e debêntures – CDI (nota 21)	(1.948.899)	(2.041.000)
	(1.948.899)	(2.041.000)
Ativo líquido exposto	2.829.136	2.833.836

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia e suas controladas estimam que, em um cenário provável, a taxa Selic será de 12,50% e a taxa TJLP será de 6,74% em 31 de março de 2024. A Companhia e suas controladas fizeram uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados considerando um cenário adverso em relação ao cenário provável, conforme tabela abaixo. A taxa CDI acompanha a taxa Selic.

Notas Explicativas



Risco - Alta nas taxas de juros nacionais	31/03/2023	31/12/2023	
	Valor contábil	Cenário provável Selic 12,50% TJLP 6,74%	Cenário adverso Selic 9,75% TJLP 5,96%
Ativos			
Equivalentes de caixa – Aplicações financeiras (nota 5)	1.556.844	1.751.450	1.708.636
Títulos e valores mobiliários (nota 6)	1.494.006	1.680.757	1.639.672
Fundos vinculados	21.709	24.423	23.826
CVA e outros componentes financeiros – Selic (nota 13)	991.541	1.115.484	1.088.216
	4.064.100	4.572.114	4.460.350
Passivos			
Empréstimos e debêntures – CDI (nota 21)	(1.948.899)	(2.192.511)	(2.138.917)
	(1.948.899)	(2.192.511)	(2.138.917)
Ativo exposto líquido	2.115.201	2.379.603	2.321.433
Efeito líquido da variação das taxas de juros		264.402	206.232

Risco de elevação da inflação

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de inflação em 31 de março de 2023, sendo parte de seus empréstimos e seus passivos de pós-emprego atrelados ao IPCA. Em contrapartida, os índices que corrigem as receitas vinculadas aos contratos também estão indexados à variação da inflação por meio dos índices IPCA ou IGP-M, contrabalanceando parte da exposição ao risco da Companhia.

O passivo líquido exposto é demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia à inflação	31/03/2023	31/12/2022
Ativos		
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição – IPCA (1)	1.475.578	1.406.597
Bonificação de outorga – IPCA (nota 13)	3.003.695	2.950.418
	4.479.273	4.357.015
Passivos		
Empréstimos e debêntures – IPCA e IGP-DI (nota 21)	(4.415.495)	(4.629.992)
Dívida pactuada com fundo de pensão - Forluz (nota 23)	(215.239)	(251.401)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão - Forluz (nota 23)	(543.041)	(545.196)
	(5.173.775)	(5.426.589)
Passivo líquido	(694.502)	(1.069.574)

(1) Parcela do ativo financeiro da concessão relativa à Base de Remuneração Regulatória homologada pela Aneel após o 4º ciclo de revisão tarifária.

Análise de sensibilidade

Em função de ter mais passivos que ativos indexados à variação dos indicadores de inflação, a Companhia está exposta a uma elevação destes indicadores. Assim, a partir da estimativa de que, em um cenário provável, a taxa IPCA será de 5,38% e a taxa de IGPM será de 2,68% em 31 de março de 2024, a Companhia e suas controladas fizeram uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados considerando um cenário adverso em relação ao cenário provável, conforme abaixo:

Notas Explicativas



Consolidado	31/03/2023	31/12/2023	
	Valor contábil	Cenário provável IPCA 5,38% IGPM 2,68%	Cenário adverso IPCA 7,64% IGPM 5,75%
Ativos			
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição – IPCA (1)	1.437.515	1.514.853	1.547.341
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição de Gás – IGPM	38.063	39.083	40.252
Bonificação de outorga – IPCA (nota 13)	3.003.695	3.165.294	3.233.177
	4.479.273	4.719.230	4.820.770
Passivos			
Empréstimos e debêntures- IPCA e IGP-DI (nota 21)	(4.415.495)	(4.653.049)	(4.752.839)
Dívida pactuada com fundo de pensão - Forluz (nota 23)	(215.239)	(226.819)	(231.683)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão - Forluz (nota 23)	(543.041)	(572.257)	(584.529)
	(5.173.775)	(5.452.125)	(5.569.051)
Passivo líquido	(694.502)	(732.895)	(748.281)
Efeito líquido da variação da inflação		(38.393)	(53.779)

(1) Parcela do ativo financeiro da concessão relativa à Base de Remuneração Regulatória homologada pela Aneel após o 4º ciclo de revisão tarifária.

Risco de liquidez

A Cemig apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir as exigências de caixa de suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez por meio de um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Cemig administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem a princípios rígidos para controle dos riscos operacionais, de crédito e liquidez, estabelecidos em Política de Aplicações, aderente às necessidades de fluxo de caixa das empresas. Essas aplicações financeiras são realizadas em fundos de investimentos exclusivos do grupo econômico Cemig ou diretamente em CDBs e operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, grau de alavancagem, exposições e patrimônio líquido. Busca também retorno por meio do alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

Qualquer redução nos *ratings* da Companhia e de suas controladas pode ter como consequência uma redução na habilidade de obter novos empréstimos e financiamentos e também dificultar ou tornar mais oneroso o refinanciamento das dívidas vincendas. Nessas condições, qualquer financiamento ou refinanciamento da dívida da Companhia poderia ter taxas de juros mais altas e requereria o atendimento de cláusulas restritivas mais onerosas, o que poderia adicionalmente causar restrições nas operações dos negócios.

Notas Explicativas



O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia e de suas controladas, com fornecedores, dívidas pactuadas com fundo de pensão, empréstimos e debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, pode ser observado na tabela a seguir:

Consolidado	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas*						
Empréstimos e debêntures	56.970	477.440	1.206.764	9.338.970	885.348	11.965.492
Concessões a pagar	358	705	3.020	13.364	17.466	34.913
Dívida pactuada c/fundo de pensão Forluz (nota 23)	14.958	30.079	138.095	47.168	-	230.300
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz) (nota 23)	6.619	13.340	61.256	357.490	391.434	830.139
	78.905	521.564	1.409.135	9.756.992	1.294.248	13.060.844
- Pré-fixadas						
Fornecedores	1.990.841	420.387	36.440	-	-	2.447.668
Total	2.069.746	941.951	1.445.575	9.756.992	1.294.248	15.508.512

(*) O fluxo de pagamento dos arrendamentos está apresentado na nota explicativa nº 18.

Controladora	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas*						
Dívida pactuada c/fundo de pensão (Forluz) (nota 23)	736	1.480	6.795	2.321		11.332
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz) (nota 23)	326	656	3.014	17.589	19.259	40.844
	1.062	2.136	9.809	19.910	19.259	52.176
- Pré-fixadas						
Fornecedores	187.470	-	-	-	-	187.470
Total	188.532	2.136	9.809	19.910	19.259	239.646

(*) O fluxo de pagamento dos arrendamentos está apresentado na nota explicativa nº 18.

Risco de antecipação do vencimento de dívidas

As controladas da Companhia possuem contratos de empréstimos e debêntures com cláusulas restritivas ("covenants"), normalmente aplicáveis a esse tipo de operação, relacionadas ao atendimento de índice financeiro. O não atendimento destas cláusulas pode implicar na aceleração do vencimento da dívida. Mais detalhes na nota explicativa nº 21.

Administração de capital

As comparações do passivo líquido consolidado da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido são apresentadas a seguir:

	Consolidado	
	31/03/2023	31/12/2022
Total do passivo	31.287.931	31.887.571
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(1.600.178)	(1.440.661)
Fundos vinculados	(21.709)	(15.933)
Passivo líquido	29.666.044	30.430.977
Total do patrimônio líquido	22.848.437	21.783.266
Relação passivo líquido sobre patrimônio líquido	1,30	1,40

Notas Explicativas



Risco de crédito e outros riscos operacionais

As informações sobre como a Companhia administra: (i) o risco de crédito; (ii) o risco de sobrecontratação ou subcontratação de energia elétrica; (iii) o risco de continuidade da concessão; e (iv) o risco hidrológico estão divulgadas na nota explicativa 31 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

31. SEGMENTOS OPERACIONAIS

As informações detalhadas sobre os segmentos operacionais estão divulgadas na nota explicativa nº 5 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

INFORMAÇÕES POR SEGMENTO EM 31 DE MARÇO DE 2023									
DESCRIÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA				Participações / Holding	Total	Transações inter segmentos (1)	Conciliação (2) (3)	TOTAL
	Geração	Transmissão	Comercialização	Distribuição					
RECEITA LÍQUIDA	647.428	288.036	1.857.609	5.376.938	901.417	9.071.428	(286.626)	(137.865)	8.646.937
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS	20.603	(80)	(1.519.274)	(3.053.275)	(616.168)	(5.168.194)	286.626	122.517	(4.759.051)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS (3)									
Pessoal	(36.605)	(35.095)	(7.154)	(224.665)	(31.678)	(335.197)	-	-	(335.197)
Participação dos empregados e administradores no resultado	(3.824)	(4.050)	(831)	(24.614)	(4.808)	(38.127)	-	-	(38.127)
Obrigações pós-emprego	(6.549)	(4.046)	(927)	(73.266)	(18.250)	(103.038)	-	-	(103.038)
Materiais, serviços de terceiros e outras despesas, líquidas	(53.216)	(24.374)	(4.157)	(517.350)	52.024	(547.073)	-	15.348	(531.725)
Depreciação e amortização	(81.140)	(1)	(4)	(194.240)	(27.281)	(302.666)	-	-	(302.666)
Provisões e ajustes para perdas operacionais	(49.530)	(2.113)	(45)	(51.070)	(64.830)	(167.588)	-	-	(167.588)
Custos de construção da infraestrutura	-	(26.833)	-	(657.608)	(18.840)	(703.281)	-	-	(703.281)
Total do custo de operação	(230.864)	(96.512)	(13.118)	(1.742.813)	(113.663)	(2.196.970)	-	15.348	(2.181.622)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(210.261)	(96.592)	(1.532.392)	(4.796.088)	(760.318)	(7.365.164)	286.626	137.865	(6.940.673)
Resultado de equivalência patrimonial	(299)	-	-	-	153.340	153.041	-	-	153.041
RESULTADO OPER. ANTES DO RESULT. FIN. E TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	436.868	191.444	325.217	580.850	324.926	1.859.305	-	-	1.859.305
Resultado financeiro	12.517	(649)	15.528	(92.347)	(40.963)	(105.914)	-	-	(105.914)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	449.385	190.795	340.745	488.503	283.963	1.753.391	-	-	1.753.391
Imposto de renda e contribuição social	(100.990)	(35.885)	(108.152)	(118.970)	8.812	(355.185)	-	-	(355.185)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	348.395	154.910	232.593	369.533	292.775	1.398.206	-	-	1.398.206
Participação dos acionistas controladores	348.395	154.910	232.593	369.533	292.107	1.397.538	-	-	1.397.538
Participação dos acionistas não-controladores	-	-	-	-	668	668	-	-	668

(1) As transações intersegmentos são integralmente realizadas entre os segmentos de geração e comercialização.

(2) A conciliação entre os valores dos segmentos divulgáveis e as informações contábeis sobre receitas e custos representam as operações entre as empresas consolidadas (eliminações).

(3) As informações dos custos e despesas operacionais por natureza são segregadas de acordo com o modelo interno de negócios, que apresenta diferenças imateriais em relação às informações contábeis.

Notas Explicativas



INFORMAÇÕES POR SEGMENTO EM 31 DE MARÇO DE 2022									
DESCRIÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA				Participações / Holding	TOTAL	Transações inter segmentos (1)	Conciliação (2) (3)	TOTAL
	Geração	Transmissão	Comercialização	Distribuição					
RECEITA LÍQUIDA	700.034	307.556	1.420.645	4.748.317	784.355	7.960.907	-	(113.459)	7.847.448
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS	(55.673)	(70)	(1.148.156)	(2.867.437)	(563.781)	(4.635.117)	-	99.422	(4.535.695)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS (3)									
Pessoal	(34.203)	(31.576)	(5.198)	(200.016)	(32.574)	(303.567)	-	-	(303.567)
Participação dos empregados e administradores no resultado	(3.776)	(3.850)	(630)	(23.999)	(4.895)	(37.150)	-	-	(37.150)
Obrigações pós-emprego	(14.838)	(10.316)	(2.332)	(103.809)	(22.185)	(153.480)	-	-	(153.480)
Materiais, serviços de terceiros e outras despesas (receitas)	(43.065)	(17.990)	(2.095)	(370.640)	(10.887)	(444.677)	-	14.098	(430.579)
Depreciação e amortização	(81.875)	(1)	(3)	(175.375)	(26.655)	(283.909)	-	-	(283.909)
Provisões e ajustes para perdas operacionais	(9.114)	(4.822)	(866)	(98.385)	(50.143)	(163.330)	-	-	(163.330)
Custos de construção da infraestrutura	-	(50.696)	-	(429.503)	(11.063)	(491.262)	-	-	(491.262)
Total do custo de operação	(186.871)	(119.251)	(11.124)	(1.401.727)	(158.401)	(1.877.374)	-	14.098	(1.863.277)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(242.544)	(119.321)	(1.159.280)	(4.269.164)	(722.182)	(6.512.491)	-	113.520	(6.398.972)
Resultado de equivalência patrimonial	56.475	-	-	-	127.953	184.428	-	-	184.428
RESULTADO OPER. ANTES DO RESULT. FIN. E IMPOSTOS	513.965	188.235	261.365	479.153	190.125	1.632.843	-	61	1.632.904
Resultado financeiro	121.741	71.502	10.344	24.803	85.773	314.163	-	-	314.163
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	635.706	259.737	271.709	503.956	275.898	1.947.006	-	61	1.947.067
Imposto de renda e contribuição social	(167.973)	(83.333)	(95.335)	(128.030)	(16.825)	(491.496)	-	-	(491.496)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	467.733	176.404	176.374	375.926	259.073	1.455.510	-	61	1.455.571
Participação dos acionistas controladores	467.733	176.404	176.374	375.926	258.691	1.455.128	-	61	1.455.189
Participação dos acionistas não-controladores	-	-	-	-	382	382	-	-	382

(1) As transações intersegmentos são integralmente realizadas entre os segmentos de geração e comercialização, conforme explicado acima.

(2) A conciliação entre os valores dos segmentos divulgáveis e as informações contábeis sobre receitas e custos representam as operações intra-segmentos entre as empresas consolidadas (eliminações).

(3) As informações dos custos e despesas operacionais por natureza são segregadas de acordo com o modelo interno de negócios, que apresenta diferenças imateriais em relação às informações contábeis.

As informações referentes aos ativos por segmentos não são apresentadas, pois não compõem o conjunto de informações disponibilizadas ao principal gestor das operações.

32. ATIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA

Alienação de participação societária - Axxiom

Em 22 de dezembro de 2022, a Companhia celebrou contrato de compra e venda de ações e outras avenças ("CCVA") para alienação de 49,0% de sua participação societária na Axxiom Soluções Tecnológicas S.A. ("Axxiom") para a Light S.A. ("Light"), que detém 51,0% de participação remanescente.

Notas Explicativas



Em 17 de abril de 2023, a Companhia concluiu a alienação da totalidade de sua participação societária no capital social da Axxiom. O valor da operação é simbólico, de R\$1,00 (um real), com a liquidação de ativos e passivos da Axxiom.

Essa transação está em linha com o Planejamento Estratégico da Companhia, que prevê o desinvestimento de ativos não aderentes às atividades core do Grupo Cemig.

Processo de alienação de 15 PCHs/CGHs

Em 17 de março de 2023, a Cemig GT publicou o edital para realização de leilão público visando à alienação de 15 PCHs/CGHs, listadas abaixo, sendo 12 ativos da Cemig GT e 3 da Horizontes Energia S.A., subsidiária integral da Cemig GT. O valor mínimo para o lote único dos ativos é de R\$48.185, com previsão para realização do leilão em 10 de agosto de 2023.

Empresa/Usina	Registro	Início da operação	Potência instalada (MW) (1)	Garantia física (MWm) (1)	Status operação comercial	Local
Cemig GT						
CGH Bom Jesus do Galho	Registro	1931	0,36	0,13	Fora de operação	Minas Gerais
CGH Xicão	Registro	1942	1,81	0,61	Em operação	Minas Gerais
CGH Sumidouro	Registro	1954	2,12	0,53	Em operação	Minas Gerais
PCH São Bernardo	Concessão	1948	6,82	3,42	Em operação	Minas Gerais
CGH Santa Marta	Registro	1944	1,00	0,58	Em operação	Minas Gerais
CGH Santa Luzia	Registro	1958	0,70	N/A	Em operação	Minas Gerais
				Geração: 0,28		
CGH Salto Morais	Registro	1957	2,39	0,60	Em operação	Minas Gerais
PCH Rio de Pedras	Concessão	1928	9,28	2,15	Em operação	Minas Gerais
CGH Pissarrão	Registro	1925	0,80	0,55	Em operação	Minas Gerais
CGH Lages	Registro	1955	0,68	N/A	Em operação	Minas Gerais
				Geração: 0,32		
CGH Jacutinga	Registro	1948	0,72	0,57	Em operação	Minas Gerais
CGH Anil	Registro	1964	2,06	1,10	Em operação	Minas Gerais
Horizontes						
CGH Salto do Paraopeba	Autorização	1955	2,46	2,21	Fora de operação	Minas Gerais
CGH Salto Passo Velho	Autorização	2001	1,80	1,64	Em operação	Santa Catarina
PCH Salto Voltão	Autorização	2001	8,20	7,36	Em operação	Santa Catarina
Total			41,20	22,05		

(1) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

A alienação visa atender às diretrizes do planejamento estratégico da Companhia, que preconiza a otimização do portfólio de ativos, buscando melhorar a eficiência operacional e a melhor alocação de capital.

Assim, em março de 2023, os ativos foram transferidos para o ativo circulante mantido para venda, nos termos do CPC 31 / IFRS 5, conforme segue:

Notas Explicativas



Usina	Valor líquido contábil Ativo imobilizado e Intangível	Ativo mantido para venda
Cemig GT	46.126	-
CGH Bom Jesus do Galho	110	-
CGH Xicão	8.188	-
CGH Sumidouro	1.906	-
PCH São Bernardo	6.367	-
CGH Santa Marta	249	-
CGH Santa Luzia	995	-
CGH Salto Morais	798	-
PCH Rio de Pedras	21.943	-
CGH Pissarrão	1.423	-
CGH Lages	948	-
CGH Jacutinga	1.485	-
CGH Anil	1.713	-
Horizontes	7.212	7.212
CGH Salto do Paraopeba	-	-
CGH Salto Passo Velho	2.479	2.479
PCH Salto Voltão	4.733	4.733
Total	53.338	7.212

A Companhia avaliou o valor recuperável de seus ativos imediatamente antes da classificação como ativo mantido para venda e reconheceu no resultado uma provisão para redução ao valor recuperável no montante de R\$46.126. A estimativa do valor em uso foi determinada por meio de fluxo de caixa do acionista descontado a IPCA + uma taxa que varia entre 5% e 10%. O horizonte de projeção considera os prazos dos contratos de cada uma das usinas.

Subsequentemente, os ativos foram classificados como mantidos para venda tendo sido mensurados pelo menor valor entre seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda, sendo o saldo do ativo mantido para a venda no montante de R\$7.212, nos termos do item 15 do CPC 31, não tendo sido reconhecidos efeitos no resultado.

Concluiu-se que os ativos classificados como mantidos para venda não se enquadram no conceito de operações descontinuadas, nos termos do item 32 do CPC 31, uma vez que não representam uma importante linha separada de negócios ou área geográfica de operações, tampouco constituem uma controlada adquirida exclusivamente com o objetivo de revenda.

A Companhia continua operando no negócio de geração de energia.

33. COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – CPI

Em 17 de junho de 2021, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais instaurou Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI para apurar atos de gestão da Cemig, desde janeiro de 2019. A CPI teve poderes para investigar os fatos que fundamentaram o requerimento de sua instauração, sendo que por meio de requerimentos, a CPI solicitou diversas informações e documentos relacionados principalmente a gestão de pessoas e processos de compras, que foram integralmente atendidos pela Companhia em conformidade aos prazos estipulados.

Em 18 de fevereiro de 2022, foi aprovado o relatório final dos trabalhos da CPI, encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais e demais órgãos de controle para avaliação dos encaminhamentos que serão adotados. Até o momento não houve qualquer definição de medidas que poderão ser adotadas pelo MPMG em virtude dos resultados apontados pela CPI.

Notas Explicativas



Ressalta-se, no que tange aos processos de contratação, que a Companhia realiza auditorias regulares, sendo que com base nos resultados identificados até o momento, não foram identificados impactos materiais nas informações contábeis intermediárias do primeiro trimestre de 2023 ou nas demonstrações financeiras de exercícios anteriores.

34. EVENTOS SUBSEQUENTES

Celebração de CCVA para alienação de Retiro Baixo e Baguari Energia pela Cemig GT

Em 14 de abril de 2023, foram celebrados os Contratos de Compra e Venda de Ações (CCVA) para a alienação da totalidade da participação detida pela Cemig GT em suas controladas em conjunto Retiro Baixo e Baguari Energia para Furnas Centrais Elétricas, conforme segue:

- (i) Por R\$200,4 milhões, a participação de 49,9% detida pela Companhia no capital social total de Retiro Baixo, que explora a Usina Hidrelétrica Retiro Baixo, situada em Minas Gerais, com potência instalada de 81,1 MW e 34,8 MW de garantia física;
- (ii) Por R\$393 milhões, a participação indireta de 34% detida pela Companhia no Consórcio Baguari, que explora a Usina Hidrelétrica Baguari, situada em Minas Gerais, com potência instalada de 140 MW e 81,9 MW de garantia física, representando 69,38% do capital social total de Baguari Energia.

Os valores serão corrigidos por 100% do CDI, desde a data base de 31 de dezembro de 2022, até o seu efetivo pagamento no fechamento das transações.

As transferências das ações estão sujeitas a determinadas condições suspensivas usuais em transações desta natureza, dentre elas a autorização pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") e pela Aneel.

Em abril de 2023, os ativos foram classificados como mantidos para venda, pelo valor contábil, nos termos do item 15 do CPC 31/IFRS 15 e, assim, sem efeitos no resultado.

Adiantamento para futuro aumento de capital

Em 25 de abril de 2023, a Cemig realizou Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital na Cemig D, no montante de R\$100.000, com a finalidade de reforço de caixa, os quais serão utilizados para suas operações de investimentos e despesas operacionais.

Notas Explicativas**Reajuste tarifário da distribuição de gás**

Em 25 de abril de 2023, foi publicada a resolução SEDE nº 10, vigente a partir de 01 de maio de 2023, contendo os reajustes das tarifas que representam redução dos valores médios entre 4,74% e 8,34%, conforme faixas de consumo e categorias tarifárias.

Reynaldo Passanezi Filho
Diretor-Presidente

Leonardo George de Magalhães
Diretor de Finanças e Relações com Investidores

Henrique Motta Pinto
Diretor de Regulação e Jurídica

Marney Tadeu Antunes
Diretor Cemig Distribuição

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo
Diretor Cemigpar

Thadeu Carneiro da Silva
Diretor Cemig Geração e Transmissão

Dimas Costa
Diretor Cemig Comercialização

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria
CRC-MG 47.822

José Guilherme Grigolli Martins
Gerente de Contabilidade Financeira e Participações
Contador - CRC-1SP/242.451-04



Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Governança Corporativa

A governança corporativa da Cemig é baseada em transparência, equidade e prestação de contas. A principal característica do modelo de governança da Cemig é a clara definição dos papéis e das responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva na formulação, aprovação e execução das políticas e diretrizes que dizem respeito à condução dos negócios da Companhia. Os membros do Conselho de Administração, que são designados pela Assembleia Geral de Acionistas, elegem seu Presidente, Vice-Presidente e nomeiam a Diretoria Executiva da Cemig.

O foco da governança da Companhia tem sido o equilíbrio entre os aspectos econômicos, financeiros, ambientais e sociais da Cemig, com o intuito de contínua contribuição ao desenvolvimento sustentável, e visando o aprimoramento do seu relacionamento com acionistas, clientes, empregados, sociedade e demais partes interessadas. Para sustentar um modelo de governança corporativa bem estruturado, a Cemig segue as boas práticas e recomendações do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), fomentando uma relação de confiança e integridade com suas partes interessadas. Desde 2001 a Cemig segue as práticas de Governança Corporativa do Nível 1 da B3, a bolsa de valores de São Paulo.

Conselho de Administração

Reuniões

O Conselho de Administração, até 31 de março de 2023, reuniu-se 3 vezes para tratar de planejamento estratégico, projetos, aquisições de novos ativos, investimentos diversos, dentre outros assuntos.

Composição, eleição e mandato

O atual mandato do Conselho de Administração iniciou-se na Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2022, por intermédio do mecanismo de voto múltiplo.

O mandato dos atuais membros do Conselho de Administração expira na Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2024.

A composição do Conselho de Administração será avaliada anualmente pelo próprio Conselho de Administração, com o objetivo de implementar uma mudança gradual, visando aumentar a diversidade, podendo ser estabelecidas metas.

O Conselho de Administração é integrado por 11 (onze) membros efetivos, sendo 10 indicados e eleitos pelos acionistas e 1 eleito pelos empregados, dentre os quais um será o Presidente e outro, o Vice-Presidente. Os membros do Conselho de Administração serão eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, para mandato unificado de 2 (dois) anos, permitidas, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas, observados os requisitos e vedações estabelecidos na legislação e regulamentação aplicáveis.



Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Informações sobre a composição do Conselho de Administração, atribuições e o Curriculum Vitae de seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria é órgão independente de caráter consultivo e permanente, com o objetivo de assessoramento do Conselho de Administração, ao qual se reportará, cabendo-lhe, ainda, exercer as demais atividades que a legislação aplicável lhe atribuir.

O Comitê de Auditoria é composto por 4 (quatro) membros, em sua maioria independentes, indicados e eleitos pelo Conselho de Administração, na primeira reunião que se realizar após a Assembleia Geral Ordinária, para mandato de 3 (três) anos, não coincidentes, sendo permitida 1 (uma) reeleição.

As atribuições do Comitê de Auditoria encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é composta por 7 (sete) membros que têm suas funções individuais estabelecidas no estatuto social da Companhia, eleitos pelo Conselho de Administração para mandato de 2 (dois) anos, observados os requisitos da legislação e regulamentação aplicáveis, sendo permitida, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas.

É permitido o exercício do cargo concomitante e não remunerado em cargos de administração de subsidiárias integrais, controladas e coligadas da Cemig, a critério de seu conselho de administração, competindo-lhes, porém, obrigatoriamente, o exercício dos cargos correspondentes na Cemig Geração e Transmissão S.A. e na Cemig Distribuição S.A..

O mandato dos atuais diretores expira na 1ª reunião do Conselho de Administração que ocorrer após a Assembleia Geral Ordinária de 2024.

A composição da Diretoria Executiva será avaliada anualmente pelo próprio Conselho de Administração, com o objetivo de implementar uma mudança gradual, visando aumentar a diversidade, podendo ser estabelecidas metas.

A composição da Diretoria Executiva, atribuições e informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>

Conselho Fiscal

Reuniões

No período de janeiro a março de 2023, foram realizadas 4 reuniões do Conselho Fiscal.



Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Composição, eleição e mandato

Temos um Conselho Fiscal permanente, composto por cinco membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral para mandato de 2 (dois) anos.

Na composição do Conselho Fiscal observar-se-ão as seguintes regras de indicação:

- aos acionistas minoritários titulares de ações ordinárias e aos acionistas titulares de ações preferenciais fica assegurado o direito de elegerem, em votação em separado, 1 (um) membro, respectivamente, de acordo com a legislação aplicável; e,
- a maioria dos membros deverá ser eleita pelo acionista controlador da Companhia, sendo pelo menos 1 (um) servidor público, com vínculo permanente com a Administração Pública.

A composição do Conselho Fiscal e informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>

Auditoria interna, gerenciamento de riscos e controles internos

Mantendo o ciclo de atualização, no mínimo anual, foram mapeados e aprovados em 2022, pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração, após apreciação pelo Comitê de Auditoria e Comitê de Riscos do Conselho de Administração, a Matriz de *Top Risks* e Riscos de *Compliance*, vigente para o ciclo 2022/2023.

Tais riscos, associados à execução da estratégia e cenários de exposição da Companhia, bem como a conflito de interesses, fraude e corrupção têm como titulares os Diretores Executivos, em conformidade às suas atribuições, sendo monitorados e reportados periodicamente à Alta Administração. A Matriz compreende os riscos dos pilares Distribuição, Geração, Transmissão, Comercialização, Tecnologia da Informação, Regulatório Institucional, Gestão ágil com segurança, Viabilizadores Corporativos, Participações e Financeiro.

No intuito de fortalecer ainda mais a governança e as discussões de gestão de riscos, em junho de 2022, foi criado o Comitê de Riscos, órgão vinculado e de assessoria do Conselho de Administração com atribuições de análise do cumprimento das exigências dos agentes reguladores e fiscalizadores; definição dos principais riscos (*Top Risks*) e monitoramento de tratamento, identificação e mensuração de planos de ação de mitigação e controle dos riscos identificados; e avaliação dos limites de tolerância aos riscos que a Companhia será exposta.



Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

A Companhia mantém ainda um Plano Anual de Auditoria Interna, aprovado pelo Conselho de Administração, que prevê a avaliação dos principais processos corporativos. O plano tem como objetivo assegurar a adequação, a eficácia e a eficiência dos processos da Companhia, bem como o cumprimento das leis, normas, padrões e procedimentos internos a que está sujeita. A Auditoria Interna avalia, de forma independente, a eficácia do gerenciamento de riscos e a efetividade do sistema de controle interno, reportando eventuais deficiências e propondo ações de melhorias a serem implementadas pelas áreas responsáveis, que são periodicamente monitoradas quanto ao seu cumprimento.

Certificação de qualidade emitida pelo Instituto de Auditoria Interna - IIA

Em 2023, a Auditoria Interna da Cemig recebeu a Certificação de Qualidade emitida pelo Instituto de Auditoria Interna – IIA, órgão mundial que regulamenta a atividade de auditoria interna quanto ao cumprimento de normas e padrões internacionais de auditoria. Esta é uma conquista importante, que coloca a Auditoria Interna da Cemig no seleto grupo de empresas brasileiras que possuem essa certificação internacional do IIA.

Política de *Compliance* e Antifraude

A Companhia preza pela prevenção e combate à fraude, corrupção e a todo e qualquer ato que possa representar desvios em relação à conduta ética requerida ou às normas internas e externas estabelecidas, e conta com a dedicação e diligência de toda a força de trabalho para que atos ilícitos ou antiéticos não sejam cometidos em seu nome.

Como forma de prevenir a ocorrência desses atos, a Companhia mantém um efetivo sistema de controles internos e de *Compliance* composto, dentre outros, por: Comissão de Ética, Canal de Denúncias e políticas e procedimentos internos de integridade, auditoria, incentivo à denúncia de irregularidades, e prevenção à fraude e corrupção, sobre as quais dá pleno conhecimento a todos os profissionais que venham a se relacionar com a Cemig, sejam eles acionistas, administradores, empregados ou contratados.

O Canal de Denúncia garante confidencialidade, anonimato e não-retaliação ao denunciante, sendo que a Comissão de Ética é responsável por assegurar a devida apuração e investigação de todas as denúncias recebidas e, após concluídas, as respostas são disponibilizadas aos denunciantes.

Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional

Código de Conduta Cemig

Aprovado pelo Conselho de Administração da Cemig em 18 de abril de 2022, o novo Código de Conduta Cemig (<http://ri.cemig.com.br>) foi revisto e construído com a participação de empregados de todas as áreas da Companhia. Ele tem como base os pilares institucionais da Cemig, que são respeito à vida, integridade, geração de valor, comprometimento, inovação, sustentabilidade e responsabilidade social, além de um alinhamento à identidade cultural da



Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Companhia. É um pacto que visa a incorporação de valores, objetivos e comportamentos comuns, desenvolvendo uma cultura de integridade. O Código deve ser cumprido por todos os seus destinatários: administradores, conselheiros fiscais, membros de comitês estatutários, empregados, estagiários e terceiros, em qualquer relação estabelecida com as partes interessadas da Companhia.

Comissão de Ética

A Comissão de Ética da Cemig tem o objetivo de, dentre outras atribuições, coordenar as ações da Companhia em relação à gestão do “Código de Conduta Cemig” (interpretação, divulgação, aplicação e atualização), além da avaliação e deliberação sobre possíveis descumprimentos do Código.

A Comissão é composta por 8 membros titulares entre Superintendentes e Gerentes, nomeados pela Diretoria Executiva. A Comissão de Ética pode ser contatada através do Canal de Denúncias Anônimas disponível na intranet corporativa, por meio de e-mail, correspondência interna ou externa ou por telefone exclusivo, meios amplamente divulgados junto à força de trabalho da Cemig. Esses canais possibilitam o recebimento de denúncias e consultas, o que pode resultar na instauração de procedimentos de apuração relativos a eventuais descumprimentos do “Código de Conduta Cemig”.

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DO CAPITAL VOTANTE EM 31/03/2023

	Quantidade de ações em 31/03/2023					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado de Minas Gerais	375.031.302	50,97	17.085	-	375.048.387	17,04
Outras Entidades do Estado	30.021	-	27.129.745	1,85	27.159.766	1,23
FIA Dinâmica Energia S/A	235.488.192	32,00	116.951.354	7,98	352.439.546	16,01
BNDES Participações	82.007.784	11,14	-	-	82.007.784	3,73
BlackRock	-	-	218.212.381	14,89	218.212.381	9,91
Outros						
No País	24.817.515	3,37	167.700.610	11,44	192.518.125	8,75
No Exterior	18.472.810	2,52	935.511.889	63,84	953.984.699	43,33
Total	735.847.624	100,00	1.465.523.064	100,00	2.201.370.688	100,00

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES, ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO EM 31/03/2023

	31/03/2023	
	ON	PN
Controlador	375.031.302	17.085
Outras entidades do Estado	30.021	27.129.745
Conselho de Administração	-	109.976
Conselho Fiscal	-	30.179
Diretoria Executiva	14.947	4.419
Ações em tesouraria	102	846.062
Ações em circulação (free float)	360.771.252	1.437.385.598
Total	735.847.624	1.465.523.064

Relações com Investidores

A Companhia mantém um fluxo de comunicação constante e proativo com o mercado investidor da Cemig reforçando nossa credibilidade, buscando aumentar o interesse e assegurar a satisfação do investidor em relação às ações da Companhia.



Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

As divulgações dos nossos resultados são realizadas através de apresentações transmitidas via vídeo webcast e teleconferência, com tradução simultânea para o inglês, sempre contando com a presença de membros da Diretoria Executiva, desenvolvendo um relacionamento cada vez mais transparente e em consonância com as melhores práticas de governança corporativa.

Para atender aos nossos acionistas distribuídos em mais de 40 países e facilitar a melhor cobertura dos investidores, a Cemig esteve presente no Brasil e no exterior em inúmeros seminários, conferências e encontros com investidores; congressos; Road shows; Money Shows; além de ter promovido teleconferências e videoconferências com analistas, investidores e demais interessados do mercado de capitais.

Realizamos em março de 2023, pelo 28º ano consecutivo, o nosso tradicional “Encontro Anual da Cemig com o Mercado de Capitais”, onde os profissionais do mercado tiveram a oportunidade de interagir com os Diretores e principais executivos da Companhia.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG
Belo Horizonte – MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2023, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado nas notas explicativas 15 e 33 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, existem investigações sendo conduzidas por autoridades públicas na Companhia, suas controladas e na investida Norte Energia S.A., que envolvem a investida e seus executivos e outros acionistas dessa investida. Neste momento, não é possível prever os desdobramentos decorrentes destes processos de investigação conduzidos pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos reflexos sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado - DVA (informação suplementar) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2022, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório de revisão em 13 de maio de 2022, sem modificação.

Belo Horizonte, 4 de maio de 2023.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG

Thiago Rodrigues de Oliveira
Contador CRC 1SP259468/O-7

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

.